

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

LILIANE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE ALVIM

**A POESIA-RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA MATERIALISTA
DE “AS 29 POETAS HOJE”**

VITÓRIA

2023

LILIANE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE ALVIM

**A POESIA-RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA MATERIALISTA
DE “AS 29 POETAS HOJE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisição parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística na área de concentração de Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A475p Alvim, Liliane, 1978-
A poesia-resistência de mulheres no Brasil contemporâneo :
uma análise discursiva materialista de As 29 poetas hoje /
Liliane Alvim. - 2023.
166 f.

Orientador: Luís Fernando Figueira.
Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Análise do discurso poético. 2. Problemas sociais. 3.
Gênero e violência. I. Figueira, Luís Fernando. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80



Programa de Pós-Graduação em Linguística
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - ATA Nº 264 - 24/11/2023

Em sessão pública ocorrida no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, através de webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, procedeu-se a avaliação da dissertação da aluna **Liliane Rodrigues de Albuquerque Alvim**. Às quinze horas, o Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES), Orientador e Presidente da Comissão Examinadora, deu início aos trabalhos, convidando os demais integrantes da Comissão: Prof^a. Dr^a. Michele Freire Schiffler (UFES) - Examinadora Interna e Prof^a. Dr^a. Letícia Queiroz de Carvalho (Ifes/Vitória) - Examinadora Externa. A seguir, o Presidente solicitou à mestranda que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado **"A POESIA-RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA MATERIALISTA DE AS 29 POETAS HOJE"**. Finda a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente, por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES)
Orientador e Presidente da Comissão

Prof^a. Dr^a. Michele Freire Schiffler (UFES)
Examinadora Interna

Prof^a. Dr^a. Letícia Queiroz de Carvalho (Ifes/Vitória)
Examinadora Externa





Ata de Aprovação- Liliane Rodrigues de Albuquerque Alvim

Data e Hora de Criação: 23/11/2023 às 12:11:52

Documentos que originaram esse envelope:

- Ata de Aprovação- Liliane Rodrigues de Albuquerque Alvim.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: daf0260020974e5c00ffc3c38b05edb8b8f0fbc5b72c86d0946628c0b11a656

[SHA512]: c7840fe65d435fd7adfe3b2f75ed92014da1e6dab9400f88f2931f36d838da62b24f73043d1e82a7d283f9467c0c3033f77aab0842ebad0b4ba86bfe150f4b27

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Letícia Queiroz de Carvalho (leticia.carvalho@ifes.edu.br)

Data/Hora: 27/11/2023 - 18:33:54, IP: 200.137.71.132, Geolocalização: [-20.310415, -40.318546]

[SHA256]: 0e2f7cca96b6011b5fd1f2b7feb84e4ebdbde279c1eaf9e5c024e9884aaca



ASSINADO - Luís Fernando Bulhões Figueira (luisfernandobf@gmail.com)

Data/Hora: 27/11/2023 - 13:58:13, IP: 187.36.170.106, Geolocalização: [-20.264557, -40.269495]

[SHA256]: 5abcb4d3e99f01a6ce7b8a68cb83e95717abf1a6a08697605361dcf70d056e5



ASSINADO - Michele Silva Freire (miletras@yahoo.com.br)

Data/Hora: 29/11/2023 - 20:04:08, IP: 18.228.10.136, Geolocalização: [-20.274106, -40.303937]

[SHA256]: b7799a9a731962bee435737691ad15f0a7ad4f9657e26ca27afa88f0ebe902dd

Histórico de eventos registrados neste envelope

29/11/2023 20:04:08 - Envelope finalizado por miletras@yahoo.com.br, IP 18.228.10.136

29/11/2023 20:04:08 - Assinatura realizada por miletras@yahoo.com.br, IP 18.228.10.136

29/11/2023 20:03:59 - Envelope visualizado por miletras@yahoo.com.br, IP 18.228.10.136

27/11/2023 18:33:54 - Assinatura realizada por leticia.carvalho@ifes.edu.br, IP 200.137.71.132

27/11/2023 18:33:35 - Envelope visualizado por leticia.carvalho@ifes.edu.br, IP 200.137.71.132

27/11/2023 13:58:13 - Assinatura realizada por luisfernandobf@gmail.com, IP 187.36.170.106

27/11/2023 13:57:35 - Envelope visualizado por luisfernandobf@gmail.com, IP 187.36.170.106

27/11/2023 10:32:36 - Envelope registrado na Blockchain por tais.lorencon@ufes.br, IP 200.137.65.108

27/11/2023 10:32:34 - Envelope encaminhado para assinaturas por tais.lorencon@ufes.br, IP 200.137.65.108

23/11/2023 12:11:53 - Envelope criado por tais.lorencon@ufes.br, IP 200.137.65.109

Filhos da época

Somos filhos da época
e a época é *política*.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes *têm um passado político*,
tua pele, *um matiz político*,
teus olhos, *um aspecto político*.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.

Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para *ter significado político*.

Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.

Ou mesa de conferência cuja forma
se discutia por meses a fio:

deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,

morriam os animais,

ardiam as casas,

ficavam ermos os campos,

como em épocas passadas

e menos políticas.

(SZYMBORSKA, 2011, p. 77-78, destaques
nossos)

A poesia é o perfume da resistência.

(FERLINGHETTI, 2023, p. 60)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Luís Fernando, que desde o primeiro contato tem sido bússola e horizonte neste meu caminho de formação como analista de discurso. Sua companhia dedicada, humana e respeitosa tornou esse trajeto desafiador muito mais leve. Ainda, por todas as conversas tão instigantes sobre Althusser.

Aos professores, Dr. Luciano Vidon, Dra. Mayara Oliveira e Dr. Roberto Perobelli, em cujas aulas tive a certeza por enveredar pela Linguística.

Aos professores, Dra. Luciana Nogueira, Dr. Pedro Varoni e Dra. Lígia Menossi, pela acolhida afetuosa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pelos significativos conhecimentos construídos acerca das diferentes vertentes da análise de discurso.

Aos professores, Dra. Letícia Carvalho, Dra. Michele Schiffler e Dr. Luciano Vidon, pelas valiosas contribuições à pesquisa, quando da Qualificação. Aos mesmos professores e, ainda, à professora Dra. Grenissa Stafuzza, pelo aceite para participação na banca de Defesa.

À Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por me oportunizar qualificação humana e profissional, gratuita e de qualidade.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL), por todo apoio nas demandas durante o curso.

Aos colegas do Grudi, Grupo de Estudos sobre Discurso e Ideologia, pelos diálogos em Análise de Discurso Materialista.

Aos colegas de turma, em especial à Kátia e à Gisele, amigas do mestrado para a vida, e ao Guilherme, pela parceria durante o curso.

Aos funcionários da Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação (SIP), pela efetividade no atendimento.

À Capes, pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

A minha família, por todo amor, apoio e presença, sempre. Esta conquista não teria sido possível sem a atuação direta e constante de vocês.

A todos que fizeram parte deste percurso, meu agradecimento.

Para Silvio, Beatriz e Bernardo,
sentidos poéticos da minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar discursivamente como os conflitos sociais, principalmente de gênero, da contemporaneidade brasileira se manifestam em poesias presentes na obra “As 29 poetisas hoje”. Ainda, a denúncia dessas fissuras sociais e a amplificação e circulação da alteridade de discursos dessas mulheres poetisas. Mira, ademais, a politização, por meio da criticidade construída a partir da Análise de Discurso Materialista, teoria em que nos inscrevemos e que fundamenta o nosso trabalho, teórica e analiticamente, principalmente a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux (2014a, 2014b, 2015, 2019) e de Louis Althusser (1980, 1985). No caminho metodológico realizamos um recorte interseccional na obra, de forma a representar diferentes estratos de mulheres da sociedade brasileira e a partir daí escolhemos seis poesias que abordam problemas sociais e de gênero. Posteriormente, realizamos as análises de maneira qualitativa e interpretativa, relacionando as materialidades poéticas às formações discursivas e ideológicas correspondentes. Percebemos que é a violência, em diversas manifestações, que interliga os diferentes contradiscursos combativos destas mulheres, cujas poesias se mostraram como meio linguageiro de luta, resistência e denúncia das violações a que são submetidas historicamente e ainda hoje dentro da ótica capitalista – patriarcal e machista – de (re)produção do trabalho da qual são essencial engrenagem.

Palavras-chave: Discurso poético de mulheres. Análise de Discurso Materialista. Problemas sociais e de gênero.

ABSTRACT

This research aimed to discursively analyze how social conflicts, mainly gender, in contemporary Brazil manifest themselves in poetry present in the work “As 29 Poetas Hoje”. Furthermore, the denunciation of these social fissures and the amplification and circulation of the otherness of the discourses of these women poets. It also aims at politicization, through criticality constructed from Materialist Discourse Analysis, a theory in which we subscribe and which underpins our work, theoretically and analytically, mainly based on the works of Michel Pêcheux (2014a, 2014b, 2015, 2019) and Louis Althusser (1980, 1985). In the methodological path, we carried out an intersectional approach to the work, in order to represent different strata of women in Brazilian society and from there we chose six poems that address social and gender problems. Subsequently, we carried out the analyzes in a qualitative and interpretative way, relating the poetic materialities to the corresponding discursive and ideological formations. We realize that it is violence, in different manifestations, that interconnects the different combative counter-discourses of these women, whose poems proved to be a linguistic means of struggle, resistance and denunciation of the violations to which they are subjected historically and even today under the capitalist perspective – patriarchal and sexist – of (re)production of the work of which they are essential gear.

Keywords: Poetic speech by women. Materialistic Discourse Analysis. Social and gender problems.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | 21 |
| 1.1 IDEIAS CENTRAIS DA AD MATERIALISTA DE MICHEL PÊCHEUX.. | 22 |
| 1.1.1 Discurso | 22 |
| 1.1.2 Ideologia/Formação Ideológica | 23 |
| 1.1.3 Formação Discursiva | 25 |
| 1.1.4 Condições de produção e Interdiscurso/Memória Discursiva .. | 26 |
| CAPÍTULO II: METODOLOGIA | 28 |
| 2.1 O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA..... | 29 |
| CAPÍTULO III: GESTOS DE LEITURA..... | 32 |
| 3.1 ANÁLISE 1 – A VIOLÊNCIA QUE ATRAVESSA O PASSADO E CONSTITUI O PRESENTE: A COLONIZAÇÃO PELO ESTUPRO, O <i>DÉJÀ VU</i> DE 64 E A RE(AÇÃO) LINGUAGEIRA PELA IGUALDADE DE GÊNERO | 32 |
| 3.1.1 Sobre a poeta..... | 32 |
| 3.1.2 “dia 1. nome completo”, de Luiza Romão | 33 |
| 3.2 ANÁLISE 2 – VOZ(ES) INDÍGENA(S): POESIA ENGAJADA POR UM FUTURO ANCESTRAL | 54 |
| 3.2.1 Sobre a poeta..... | 54 |
| 3.2.2 “Matriarcal cunhã”, Renata Machado Tupinambá | 55 |
| 3.3 ANÁLISE 3 – DE AIA A UNIVERSITÁRIA: OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE SABER E PODER PELAS MULHERES NEGRAS | 72 |

| | |
|---|------------|
| 3.3.1 Sobre a poeta | 72 |
| 3.3.2 “Universo das saias”, de Elizandra Souza | 73 |
| 3.4 ANÁLISE 4 – A DESIGUALDADE PARIDA PELO CAPITALISMO E O NASCIMENTO DA MULHER PETRIFICADA | 79 |
| 3.4.1 Sobre a poeta | 79 |
| 3.4.2 “idade da pedra”, de Cecília Floresta | 80 |
| 3.5 ANÁLISE 5 – O AMOR MORREU: IDEOLOGIAS PATRIARCAIS E MACHISTAS NO CERNE DO FEMINICÍDIO NO BRASIL..... | 94 |
| 3.5.1 Sobre a poeta | 94 |
| 3.5.2 “Sem título”, Luna Vitrolira | 95 |
| 3.6 ANÁLISE 6 – A DESCONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO ÚTERO-CORPO: O DIREITO DE ESCOLHA | 107 |
| 3.6.1 Sobre a poeta | 107 |
| 3.6.2 “vocaçãõ”, de Jarid Arraes | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 124 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 129 |
| ANEXO I – POESIAS ESCOLHIDAS | 154 |

INTRODUÇÃO

[...]

Cada mulher sabe a dor de suas vivências

Toda mulher é potência

Possibilidade de vida e transformação.

(COSTA; DUNCAN, 2019)

O ano era 2021. A pandemia de Covid-19 já estava entre nós desde o ano anterior. Entre o pavor da morte, demasiadamente cotidiana naquele momento infeliz, e o anseio de preservação da vida, seguíamos; talvez por instinto, talvez por amor, talvez pela arte, possivelmente por esses motivos todos. O pior evento pandêmico dos últimos cem anos deixou marcas físicas e psicológicas em todos nós que sobrevivemos a ele – talvez já as estejamos sentindo, talvez o futuro as traga. Quase setecentos mil brasileiros, em números desse ano de 2023, não tiveram a mesma sorte de não terem as suas vidas interrompidas; ainda choramos sorumbáticos por eles e nos indignamos com todas as forças pela forma de condução política do governo federal de Jair Bolsonaro a esse evento extremo de saúde pública, cujas ações efetivas teriam preservado a vida de milhares de pessoas, que tinham rostos, nomes, famílias, anseios, amores. Do luto fomos intrinsecamente convocados à luta.

A pandemia aprofundou as já existentes fissuras sociais desse nosso país de desigualdade abissal. A necessidade do isolamento por conta da doença foi combatida pelo capital atualizando a dicotomia entre saúde (dos trabalhadores) e economia (saudáveis lucros do patrão). Cogitou-se pelo governo federal até mesmo o absurdo de que funcionários devessem ficar em casa por quatro meses sem receber salário, se preparando em cursos on-line para o (imaginado) breve – e quiçá mais eficiente – retorno ao trabalho presencial (SAKAMOTO, 2020). O auxílio emergencial, política pública essencial para que o isolamento pudesse ser cumprido pelos trabalhadores com a garantia de um mínimo de dignidade da vida humana, foi inicialmente sugerido, mais uma vez pelo governo federal, no valor ínfimo de cerca de

duzentos reais, tendo sido reajustado posteriormente por atuação do Congresso Federal (SENADO NOTÍCIAS, 2020).

De acordo com relatório da Oxfam Brasil,

O 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 – cerca de US\$ 42 trilhões -, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. E na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada. Pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente (OXFAM BRASIL, 2023a).

Segundo a publicação *Síntese de Indicadores Sociais*, divulgada pelo IBGE, em 2020 o Brasil “está enquadrado entre os dez países mais desiguais do mundo, sendo o único latino-americano na lista onde figuram os africanos”. A alta concentração de renda leva a pobreza à maior parte da população. “Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado no final de 2019, portanto antes da pandemia, mostrou que o 1% da população mais rica detinha 28,3% da renda do país, quase um terço do total” (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Neste contexto brasileiro inóspito econômico-socialmente já há muito tempo para grande parte da população, as mulheres, uma das principais faces da pobreza do nosso país, tiveram suas vidas ainda mais impactadas por conta da peste que se abateu sobre o Brasil e o mundo. A pandemia intensificou a desigualdade-chaga de um país cujas ideologias colonizadora e patriarcal permanecem vivas no senso comum, reiteradas que são, frequentemente, para a manutenção do *status quo* da minoria endinheirada do capital.

A insegurança alimentar, bem antes da pandemia, já era mais alta em casas chefiadas por mulheres que, carregando marcadores da diferença de gênero, raça, território e escolaridade, encontram mais dificuldades de driblar a fome e vivem no limiar da sobrevivência, ganhando hoje o necessário para comer amanhã (BARROSO; GAMA, 2020, p. 88).

A falta de acesso à escola por conta do isolamento social obrigatório e, nesta realidade, a impossibilidade do trabalho profissional das mulheres por conta do cuidado com os filhos, fez com que suas rendas despencassem. As despesas, na contramão, cresciam à medida que refeições antes realizadas na escola, agora aconteciam em casa. No período pandêmico, as mulheres tiveram 10,35% de perda de renda por conta da jornada dupla para o cuidado com as crianças e a casa, ante

8,4% de perda dos homens, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Em face do exposto, nossa escolha por pesquisar as formas de resistência das mulheres a partir da arte literária, mais especificamente do discurso poético, nasce da indignação proveniente das rachaduras sócio-histórico-econômicas de gênero existentes no Brasil e do desejo pulsante de politização para a construção de uma mudança de realidade. Nasce, também, da esperança de amplificação desses discursos, meios linguageiros de luta social que são.

Atualmente, no Brasil, as violações de direitos humanos às mulheres são uma realidade cotidiana e se apresentam de diversas formas, como o assédio moral e o sexual – em diversos contextos sociais –, a submissão nas relações de poder – pessoais e trabalhistas –, e têm seu ápice trágico no feminicídio. Segundo Meneghel e Portella (2017, p. 3079) “[...] as violências contra as mulheres compreendem um amplo leque de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que ocorrem em um continuum que pode culminar com a morte por homicídio”.

Ainda no que se refere à sociedade brasileira, as desigualdades sociais de gênero e étnico-raciais marcaram sua constituição, o que permanece hoje e acontece de forma mais intensa nas vidas de mulheres negras e indígenas, condição que as segrega e marginaliza. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). De acordo com a Oxfam (2017), em todo o mundo as mulheres ganham menos do que os homens. No Brasil, a desigualdade, retrato de uma subjugação histórica que vem do passado, mas não se tornou ainda ultrapassada em pleno século XXI, tem gênero e cor: cerca de 38% das pessoas em condição de pobreza e 40% em condição de extrema pobreza no país são de mulheres pretas ou pardas (AGÊNCIA IBGE, 2020).

A exploração é outra face da desigualdade a que as mulheres são submetidas, provavelmente a menos aparente, visto que “[...] a ausência de um salário a esconde” (FEDERICI, 2021, p. 23). No decorrer da história, as mulheres foram tratadas de forma desigual na sociedade, com subjugação e violência, além de serem exploradas em jornadas duplas de trabalho profissional e cuidado desmonetizado da casa e da família para que o capitalismo não deixasse de acontecer (FEDERICI, 2021).

Desta maneira, a responsabilidade com o cuidado de outrem é atribuída às mulheres desde o nascimento e permanece sendo reiterada no decorrer de suas vidas até se consolidar, se tornando, no decorrer do tempo, uma espécie de obrigação moral e sentimental entrelaçada ao ser mulher, arraigada nos costumes e tornada um valor para a sociedade capitalista. Neste sentido, Federici (2021, p. 23) afirma que “[...] no que concerne às mulheres, nosso trabalho parece ser uma assistência pessoal, alheia ao capital”. Afirma ainda que “[...] o trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra [...]” (FEDERICI, 2021, p. 28-29). Tiburi (2020, p. 14) contribui com a reflexão ao asseverar que

desde que nasce, não é um exagero dizer, uma menina está condenada a um tipo de trabalho que se parece muito com a servidão que, em tudo, é diferente do trabalho remunerado ou do trabalho que se pode escolher dependendo da classe social à qual se pertence. Em muitos contextos, lugares, países e culturas, meninas e jovens, adultas e idosas trabalharão para seu pai, os irmãos, para o marido, para os filhos. Serão, apenas por serem mulheres, condenadas ao trabalho braçal dentro de casa, a serviço de outros que não podem ou não querem trabalhar como elas.

A linguagem, neste quadro, foi, historicamente, e é instrumento dos seres humanos para denúncia e resistência às opressões, violações e explorações, também a partir da arte, seja a literatura, o cancionário, a pintura, o teatro, a dança ou o cinema, entre outras tantas manifestações artísticas humanas. Por meio da capacidade linguística se forma o grito ou se faz o silêncio, que a partir do sentido se opõe ao que violenta, explora e oprime.

Posto isso, e com os olhos nesse país-hoje onde desigualdade social, preconceito, misoginia, discursos e ações violentas contra as mulheres, bem como a ameaça de uma ruptura institucional pela força física têm sido atitudes corriqueiras, com vistas à normalização, especialmente a partir de 2018 – não para todas as pessoas, nem sem luta, é preciso dizer, mas ainda assim, aceitas por uma parte considerável da população –, eis que surge, mais uma vez, Heloísa Buarque de Hollanda, 45 anos depois de organizar e publicar a antologia “26 poetas hoje”, obra que “[...] lançou a poesia marginal” (HOLLANDA, 2021a, p. 11) e é testemunho histórico-discursivo da luta contra a ditadura militar vigente à época no país, para

novamente amplificar vozes combativas, desta vez de mulheres, a partir de uma nova antologia intitulada “As 29 poetas hoje”.

De novo, me deparo com uma poesia criativa, direta, com estilo próprio, que reinventa o lugar da poesia e enfrenta um momento de alta voltagem conservadora. De novo, uma poesia que surge aparentemente sem aviso prévio, como uma surpresa, sem grandes antecedentes, e imprime sua dicção particular na cena literária e política (HOLLANDA, 2021b, p. 25).

Deste modo, nossa pesquisa tem como objeto de estudo o discurso literário escrito por mulheres e seu *corpus* é constituído por seis poesias escolhidas a partir de um recorte que aborda problemas sociais e de gênero.

Levantamos as seguintes perguntas de pesquisa que nos ajudaram a compreender os discursos materializados no recorte:

- Como a escrita poética das autoras materializa discursivamente as fissuras sociais e de gênero no Brasil contemporâneo?
- Que efeitos de sentidos e que inscrições ideológicas são produzidas por essa escrita poética?

Partimos das hipóteses de que os discursos combativos enunciados pelas poetisas nas suas produções buscam a equidade e, neste contexto, se mostram como mecanismo de denúncia, resistência e luta contra as opressões sofridas por elas em suas vidas pessoais, não apenas, mas especialmente no momento de publicação da obra, quando acontecia o aumento do conservadorismo e a perda/desconstrução de políticas públicas para as mulheres no Brasil sob o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Também, que as escolhas linguísticas bastante diretas e até agressivas em alguns momentos utilizadas nas enunciações buscam afastar suas produções do rótulo de poesia “feminina”, historicamente constituído no senso comum como expressão de delicadezas e amenidades.

O nosso problema de pesquisa aponta para quais estratégias discursivas são utilizadas pelas poetisas em suas poesias, de forma a lutarem pela equidade e contra a desigualdade social, a violência, a subjugação e a exploração – fissuras sociais e de gênero.

Como objetivo geral da nossa pesquisa, pretendemos analisar discursivamente como os conflitos sociais da contemporaneidade brasileira se

manifestam em poesias presentes na antologia “As 29 poetas hoje”. Intentamos, também, além de denunciar essas fissuras, contribuir com a amplificação e a circulação dos discursos dessas mulheres poetas em suas diversidades e lutas. Miramos, ademais, a politização, a partir da criticidade que emerge da Análise de Discurso Materialista, teoria que nos filiamos e fundamenta o nosso estudo.

Como objetivos específicos, almejamos analisar discursivamente (descrever e interpretar) seis poemas presentes na obra, relacionando suas materialidades linguísticas e os efeitos de sentidos produzidos às formações discursivas e ideológicas correspondentes; e, por fim, identificar as regularidades, singularidades e rupturas discursivas que caracterizam a escrita poético-política das autoras e seus contradiscursos de resistência.

Para as análises, utilizamos os pressupostos epistemológicos da Análise de Discurso (AD) Materialista, de linha francesa, de Michel Pêcheux, na qual nos inscrevemos, onde não se “[...] procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2020, p. 57). Ainda, a epistemologia de Louis Althusser, “[...] referência indispensável a projetos que pretendam investigar a constituição da Análise de Discurso Pecheutiana (ADP) (FIGUEIRA, 2015, p. 20).

A importância do projeto althusseriano para a constituição da Análise de Discurso é inegável, uma vez que a obra de Michel Pêcheux sempre foi bastante influenciada pelas proposições de Althusser. Gregolin (2004, p. 113) dá testemunho disso quando afirma que “a análise do discurso proposta por Pêcheux tem uma profunda relação com as teses althusserianas” (FIGUEIRA, 2015, p. 21).

Além disso, empreendemos diálogo com algumas pesquisas realizadas em AD, cujo objeto assemelha-se ao nosso: “As margens na literatura: uma análise discursiva de versos marginais”(COSTA, 2009); “O social no cordel: uma análise discursiva” (D’OLIVO, 2010); “A voz que canta na voz que fala: Poética e Política na Trajetória de Gilberto Gil (CARVALHO, 2013); “Ethos discursivo e gênero canção: a construção das imagens de si e do outro nas canções d’Os Afro-sambas” (NOGUEIRA, 2013) e “Manoel de Barros, entre limites e deslimites: poesia, ruptura e análise do discurso” (GOULART, 2013).

Perante tudo o que foi exposto, é notório na atualidade que mesmo sendo a igualdade uma garantia presente na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta da qual o Brasil é signatário, dia após dia são direcionados às mulheres discursos e atos violentos e misóginos; também ocorre a subjugação nas relações pessoais e de trabalho – o que inclui salários menores para elas em relação aos homens (AGÊNCIA IBGE, 2019) –; além da exploração delas em serviços de cuidado desmonetizado com a casa e a família; e, por fim, a tragédia do feminicídio.

Desta maneira, justificamos nossa escolha em analisar poesias escritas por mulheres à luz da Análise de Discurso Materialista, à importância de refletirmos acerca do local de subalternidade onde, historicamente e ainda hoje, a sociedade insiste em colocar a mulher. Também, para que possamos compreender como os conflitos sociais e de gênero existentes atualmente em nosso país atingem as mulheres, e ainda, pela relevância e urgência da discussão e reflexão de temática e obra progressista como essa, em oposição à ideologia política patriarcal, conservadora e sexista que vigorava de maneira intensa entre 2018 e 2022 no Brasil, com resquícios significativos ainda hoje, ao colocarmos em foco os discursos combativos provenientes “[...] de vozes fora do eixo dominante, heteronormativo e branco: [...] vozes lésbicas, vozes negras, vozes trans, vozes indígenas, interseccionais” (HOLLANDA, 2021b, p. 31).

Além disso, por acreditarmos que a poesia é um instrumento de luta, denúncia e resistência das populações minoritárias contra as opressões impostas a elas pelo capitalismo; “[...] um braço da luta de classes [que] perturba o sono daqueles que não desejam ser perturbados [...]” (Ferlinghetti, 2023, p. 75). De acordo com Schiffler e Nathanailidis (2017, p. 5), “como elemento aglutinador, a língua também expressa políticas de marginalização e diferença, assim como, em sua vertente subalternizada de enunciação, focos de resistência política, identitária e econômica”.

Poesia enquanto “[...] terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas de emancipação e nas ilusões e desilusões da história” (Rancière, 2005, p.12)”. Ainda, poesia de escrivência, tomando emprestado o conceito criado por Conceição Evaristo que conecta as palavras escrever e viver e forma um termo histórico, não para contar histórias de ninar para a casa-grande, mas

para borrar essa imagem do passado (ITAÚ SOCIAL, 2020). Contradiscurso, protesto linguageiro, resistência, poesia-ação que mira mudança social. Acerca do conceito de escrevivência, Evaristo diz que

era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande (ITAÚ SOCIAL, 2020).

Também, pela possibilidade de circulação dessas materialidades na/a partir da academia, de forma a contribuímos para a amplificação dessa alteridade de vozes que (re)agem ao confrontar o que está posto pela classe dominante. Acordamos, neste contexto, com Badiou (2017, p. 40) ao afirmar que “[...] todo grande poema é o lugar linguageiro de uma confrontação radical com o real. Um poema extorque à língua um ponto real de impossível de dizer”. As palavras abaixo, de Alfredo Bosi, em entrevista para Rinaldo Gama no ano de 2003, também corroboram com essa nossa posição:

[...] a poesia terá também, ou poderá ter, o papel de contradizer a generalidade abusiva das ideologias, em especial das ideologias Dominantes. Por quê? Porque as ideologias, em geral, racionalizam e justificam o poder. Há no sistema capitalista um uso constante, ideológico, da palavra, que procura convencer o usuário a transformar tudo em mercadoria e a consumir toda mercadoria como bem supremo. Ora, nesse contexto particular, que nós estamos vivendo, que é uma sociedade de consumo, em que tudo passa a ter um valor venal, a palavra lírica soa como uma mensagem estranha porque ela se subtrai a esse império da ideologia, nos remete a certos traços humanos, universais, a certos sentimentos comuns, à humanidade, como a angústia em face da morte, a indignação em face da opressão – enfim, a palavra lírica está em tensão com a ideologia Dominante, e isso é um papel evidentemente dialético (GAMA, 2023).

Além disto, é também constitutiva de nossa escolha a afeição pelo gênero desde a infância, tendo se tornado nosso objeto de pesquisa a partir da graduação em Letras-Português, visto o potencial de formação crítica e humana existente na tessitura poética.

Salientamos que tomamos a poesia (linguagem/texto) pelo viés discursivo, em que é percebida como discurso, que se constitui como tal pelo/no atravessamento da história, da(s) ideologia(s) e do inconsciente, enunciado por um sujeito interpelado pela Ideologia¹ e submetido “[...] à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade” (ORLANDI, 2020, p. 7).

De forma a compreendermos questões político-sociais que emergem das materialidades discursivas, em nossas análises pensamos o discurso – estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2015) –, na relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), suas condições de produção (sujeitos e situação) e a exterioridade constitutiva, o interdiscurso/memória (ORLANDI, 2007).

A análise de discurso visa construir um método de compreensão dos objetos de linguagem. Para isso, não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como *fato*. Ela tem sua origem ligada ao político ou, melhor dizendo, como afirma Courtine (1986), a análise de discurso procura “compreender as formas textuais de representação do político (ORLANDI, 2008, p. 31).

Com a pretensão de conhecermos mais de perto a realidade das poetisas e/ou escritoras periféricas e da própria relação da professora Heloisa Buarque de Hollanda com essas mulheres, e, assim, construirmos uma base sólida para a dissertação, nos candidatamos a participar da Oficina de Leitura e Escrita “Livres Livros”, que aconteceu de maneira remota no ano de 2021; projeto coordenado por Hollanda na Universidade das Quebradas/Mulheres nas Quebradas, do PACC – Programa Avançado de Cultura Contemporânea do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Estivemos, desta forma, em contato com mulheres das periferias de todo Brasil, semanalmente, de agosto a novembro de 2021, em momentos ricos de diálogo, escuta e reflexão. Posteriormente, fizemos parte da equipe de publicação da antologia que contém um texto de cada mulher participante – a obra foi intitulada “As manas na estrada”.

Além desta introdução, esta dissertação é composta pelo Capítulo I, em que abordamos os conceitos fundamentais da Análise de Discurso Materialista, de Michel Pêcheux, base epistemológica que sustenta nosso trabalho; pelo Capítulo II, que trata

¹ Na verdade, o que a tese “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que “o não sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito” [...] (PÊCHEUX, 2014a, p. 141).

da metodologia norteadora do desenvolvimento; pelo Capítulo III, em que apresentamos as análises qualitativas e interpretativas; e, por fim, pela seção de considerações finais.

Depois de discorrermos acerca da nossa pesquisa, tratamos, a seguir, dos conceitos teóricos que fundamentam nossos gestos de leitura.

CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Quero mesmo dizer que as palavras, as expressões, as proposições têm sentido, ou seja, fazem sentido, e não necessariamente *um* sentido.

(PÊCHEUX, 1976, p. 308)²

Ao pensarmos o lugar das mulheres na sociedade contemporânea, os contextos sócio-histórico e ideológico (ALTHUSSER, 1980; PÊCHEUX, 2014a) se entrelaçam, produzindo discursos que materializam a tentativa constante de subjugação, que se concretiza em desigualdade, violência e preconceito, o que retroalimenta o “lugar” delas nas relações de poder e na luta de classes (ALTHUSSER, 1980).

Sem a pretensão de esgotarmos as possibilidades de análise do objeto de pesquisa em questão, a seleção de categorias que efetuamos pretendeu evidenciar nas materialidades discursivas, a partir do embasamento teórico, as relações entre o dito e o não-dito, tomando por base o enredamento entre as circunstâncias de enunciação – contexto imediato de produção –, a história e a ideologia.

Com os olhos voltados à tese maior da AD, de que os sentidos variam conforme a posição ideológica sustentada pelos sujeitos que enunciam, analisar discursos (ORLANDI, 1994 e 2013) é mais do que apenas interpretar; ao analista cabe compreender e explicar como ocorreu a produção de sentidos em dado discurso (FIGUEIRA, 2022). De acordo com Pêcheux,

a posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso [...] supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

² Nota dos editores mexicanos: Nesta edição estamos apresentando a conferência de Michel Pêcheux, realizada no dia 08 de setembro de 1976 na Semana do Pensamento Marxista, promovida pela Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Autônoma do México (Unam). [...]

Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão ética e política: uma questão de responsabilidade (PÊCHEUX, 2015, p. 56).

Assim, nesta seção abordamos os fundamentos e as ideias centrais da Análise de Discurso (AD) de linha francesa e viés materialista, proposta por Michel Pêcheux, “[...] fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso” (SANTOS, 2013, p. 209), cujo pensamento norteou o desenvolvimento de nossa pesquisa e as análises das materialidades discursivas.

1.1 IDEIAS CENTRAIS DA AD MATERIALISTA DE MICHEL PÊCHEUX

1.1.1 Discurso

O conceito de discurso é um traço distintivo da AD com a linguística, pois seu objeto não é a língua, mas o discurso. Ele é um objeto histórico-social onde os elementos linguísticos atuam como pressupostos (FERREIRA, 2003). Orlandi (2020, p. 13-14) assevera que

[...] a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma na sociedade.

Ferreira (2003, p. 196) afirma que “[...] apoiada no discurso, a Análise do Discurso entra em ação, tentando pôr à luz o confronto do simbólico com o político”. Em conformidade, Orlandi (2020) afirma que na proposta da AD o político e o simbólico se confrontam e essa nova forma de conhecimento fornece questões históricas apagadas pela Linguística. Às Ciências Sociais é interrogada a transparência da linguagem. Ainda de acordo com Orlandi (2020, p. 14-15) a AD “[...] critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo [...] como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”.

O discurso é, pois, o objeto da Teoria do Discurso. Ele não é o mesmo que mensagem, nem se refere apenas à transmissão de informação; tampouco diz respeito à linearidade presente nos conceitos da comunicação, onde o enunciador profere a enunciação se baseando em um código, e o seu receptor capta a mensagem

e faz a decodificação. Para a AD, enunciador e receptor realizam ao mesmo tempo o processo de significação e não se apresentam separados.

Dentro do exposto, a linguagem é capaz de comunicar, mas também de não comunicar, e as relações de linguagem ocorrem pelas relações entre sujeitos e sentidos, cujos efeitos são múltiplos (ORLANDI, 2020). “[...] O discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2020, p. 20). Assim, a linguagem é percebida como opaca, e, portanto, submetida à interpretação outra, à equívocidade.

A partir do discurso é possível observar as relações entre a ideologia e a língua e os efeitos do jogo da língua na história, bem como os efeitos da história na língua. É por meio do discurso que é possível compreender como certo material simbólico produz sentidos e como sujeitos são constituídos (FERREIRA, 2003). Ainda de acordo com Ferreira, “[...] ao situar-se como lugar privilegiado de observação entre a língua, a ideologia e o sujeito, o discurso propicia, como bom observatório, a visualização das propriedades do complexo dispositivo teórico-analítico” (FERREIRA, 2003, p. 193).

[...] O estudo do discurso nos obriga a compreender o que chamamos de “processo discursivo” (PÊCHEUX, 1997) ou processo de produção de sentidos. Enquanto processo histórico, que produz como efeito de sentidos, o processo discursivo é determinado pelas ideologias em disputa na sociedade (FIGUEIRA, 2022, p. 93).

O discurso é, portanto, a materialização da ideologia pelo sujeito através da língua. Como assertado por Malidier (2003, p. 15), o discurso “[...] não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito”.

1.1.2 Ideologia/Formação Ideológica

A questão da ideologia é fundamental na Análise de Discurso de viés materialista, e, nesse sentido, Louis Althusser é uma referência indispensável para Pêcheux (FIGUEIRA, 2015). Segundo Ferreira (2003, p. 191) o “[...] conceito de ideologia trabalhado no materialismo histórico e dialético, sobretudo com a formulação atribuída a Althusser, apresenta-se [...] pelo viés discursivo”.

De acordo com Orlandi (2020) a AD ressignificou “[...] a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem” (ORLANDI, 2020, p. 43). Ainda segundo a mesma autora, a própria interpretação atesta a presença da ideologia (ORLANDI, 2020), pois “[...] não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se em questão: o que isto quer dizer?” (ORLANDI, 2020, p. 43). Ferreira (2003) contribui com a discussão ao afirmar que a ideologia é no discurso prática significante, e surge como efeito da relação que acontece entre língua e história, processo em que são constituídos sujeitos e, também, sentidos. Ao serem interpelados pela ideologia, indivíduos tornam-se sujeitos. Segundo Pêcheux,

a modalidade particular de funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...] (PÊCHEUX, 2014b, p. 162).

Orlandi (2020, p. 44) afirma que “[...] a ideologia [...] é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. A ideologia, dentro do exposto, não é ocultação, mas relação entre linguagem e mundo (ORLANDI, 2020).

[...] o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever (ORLANDI, 2020, p. 45).

É a ideologia que faz com que a interpretação seja apontada em determinada direção, por meio da relação entre a língua e a história (FERREIRA, 2003). Assim, para pensar a ideologia é preciso pensar a interpretação, pois para que a língua faça sentido, a história precisa intervir pelo equívoco, opacidade e espessura material do significante (ORLANDI, 2020). Desta forma, enquanto prática de significação, a ideologia é efeito da relação necessária do sujeito, língua e história para que o sentido ocorra (ORLANDI, 2020).

1.1.3 Formação Discursiva

A partir do conceito de Formação Discursiva (FD) é possível compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia (ORLANDI, 2020). De acordo com Pêcheux, formação discursiva é o que, a partir de uma formação ideológica dada, numa posição em certa conjuntura dada e estabelecida pela luta de classes, “[...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147). Ainda segundo Pêcheux (2014a), os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que na linguagem representam as formações ideológicas em que eles se inscrevem.

Nesta cena, o sentido não existe em si mesmo, mas é determinado por posições ideológicas apresentadas no momento sócio-histórico em que os discursos são produzidos. Segundo Pêcheux (2014a, p. 146-147),

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo histórico-discursivo no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas proposições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Os sujeitos produzem sentidos por meio das formações discursivas em que se inscrevem, FD’s estas que retratam as formações ideológicas que os constituem no momento histórico em que o discurso é produzido. Assim, os sentidos das palavras não se encontram nelas mesmas, mas derivam das formações discursivas em que se inscrevem (ORLANDI, 2020). As palavras, partes dos discursos, são opacas – nunca transparentes (literais). Existe no discurso uma fresta que o torna aberto a diferentes efeitos de sentidos ou gestos de interpretação. “[...] Há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora” (ORLANDI, 2020, p. 53). Metáfora (cfe Lacan, 1966) definida por tomada de uma palavra por outra, que em AD consiste na transferência de sentido das palavras (ORLANDI, 2020). “[...] Segundo Pêcheux (1975), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, uma outra expressão ou proposição [...]” (ORLANDI, 2020, p. 42).

1.1.4 Condições de produção e Interdiscurso/Memória Discursiva

Ao tratarmos de interdiscurso/memória discursiva em AD é preciso nos voltarmos inicialmente às condições de produção dos discursos, que compreendem os sujeitos e a situação. Também à memória, pois ela é parte da produção do discurso. Em um sentido estrito, as condições de produção são o contexto imediato, e em sentido amplo o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2020).

Para Orlandi (2020), a memória discursiva quando pensada em relação ao discurso é o interdiscurso.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2020, p. 29).

Figueira (2007, p. 33) aponta para a definição de interdiscurso na formulação de Pêcheux, como um “[...] ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas (Pêcheux, 1997, p. 162)”. Ainda segundo Figueira (2007, p. 33), o interdiscurso é, assim,

[...] o universo das coisas ditas (escritas, registradas, enunciadas, repetidas, transformadas), no interior do qual podem ser delineados “espaços de reformulação-paráfrase” (Pêcheux, 1997, p. 172) nos quais se dá a configuração dos sentidos, por referência ao todo complexo com dominante das formações ideológicas.

De acordo com Pêcheux (2014a, p. 149) o interdiscurso é “[...] submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que “[...] caracteriza o complexo das formações ideológicas”. Ainda segundo Pêcheux (2014a) o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e conecta elementos discursivos que se constituíram pelo interdiscurso na forma de pré-construído. Essa é, portanto, a matéria-prima em que o sujeito se constitui como “sujeito falante” – assujeitado pela ideologia.

O interdiscurso, neste quadro, é engendrado discursivo-ideologicamente pela memória discursiva – o já-dito, escrito, repetido, transformado (FIGUEIRA, 2007) e pelo pré-construído, o “[...] ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica, que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das

coisas') (PÊCHEUX, 2014a, p. 151). Os sujeitos do discurso afetados (atravessados, constituídos) pelo interdiscurso, produzem efeitos de sentidos nas enunciações.

Após apresentarmos os fundamentos e as ideias centrais da Análise de Discurso Materialista, de Michel Pêcheux, abordamos na próxima seção as estratégias de ação e/ou métodos.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

Quanto ao processo metodológico, essa pesquisa é qualitativa e interpretativa.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Cruz (2009), é por sua natureza, de processo mais indutivo, cuja exploração do tema acontece de maneira muito mais livre e aberta. Ainda segundo a mesma autora (2009, p. 22) “[...] na pesquisa qualitativa, há menos decisões irreversíveis, pois se trata de uma exploração permanente, em que as dúvidas, as respostas, as pistas e os novos territórios de indagação permanecem abertos até o final”. De acordo com Yin (2016, p.7), são características da pesquisa qualitativa:

- [...] 1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como participantes) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

Mediante o exposto, a abordagem qualitativa é meio importante para nossa pesquisa, pois nos possibilita executar a descrição, interpretação e explicação da relação entre linguagem e sociedade, em certo tempo histórico.

Utilizamos para a análise do *corpus* os pressupostos epistemológicos da Análise de Discurso Materialista, de Michel Pêcheux.

[...] A questão crucial para a análise do discurso é a do estatuto do sujeito enunciativo, na fala e na escrita, na escuta e na leitura: na medida em que ela se alinha entre as disciplinas de interpretação, colocando em causa a existência de um metadiscurso do sentido sob os discursos, a análise de discurso não pode se satisfazer com a concepção do sujeito cognitivo epistêmico, “mestre em seu domínio” e estratégico em seus atos (face às coerções bio-sociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca da sua inscrição no campo do simbólico (ORLANDI, 2015, p. 229-230).

A abordagem qualitativa consistiu, inicialmente, na realização de um estudo bibliográfico a respeito da Análise de Discurso Materialista. Posteriormente, a partir dos pressupostos de Michel Pêcheux, descrevemos as materialidades das poesias – sintaxe, léxico e elementos dêiticos de pessoa e de tempo –, para efetuarmos análises qualitativas e interpretativas.

Pretendemos, assim, a identificação de elementos nos discursos materializados nas poesias que contribuam para a compreensão dos conflitos sociais e de gênero que atingem as mulheres no Brasil contemporâneo.

2.1 O *CORPUS* DA PESQUISA

O nosso *corpus* de pesquisa é constituído por seis poesias que fazem parte da antologia “As 29 poetas hoje” (HOLLANDA, 2021b), escolhidas a partir de um recorte voltado à abordagem de problemas sociais e de gênero no Brasil.

De acordo com Orlandi (1984, p. 14), a ideia de recorte remete “[...] à polissemia e não à informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”.

A antologia é composta por 129 poesias de diferentes poetas e sua escolha como objeto de nossa pesquisa foi presidida pela sua importância como meio de amplificação de vozes de resistência e revolta no panorama histórico-social de violência, subjugação e pobreza vivenciado pelas mulheres – fissuras sociais do Brasil contemporâneo. A obra é uma espécie de acerto de contas com o passado no que se refere à diversidade, ocorrida de forma modesta em “26 poetas hoje”. A partir de um caminho de lutas feministas percorrido por Hollanda durante toda sua vida como professora, crítica literária, editora e escritora, inclusive com a publicação de diversas obras a respeito do tema, em “As 29 poetas hoje” ela mira a diversidade: estão presentes na obra poesias de mulheres periféricas, pretas, brancas, indígenas, trans, cis, hétero, lésbicas, de diversos lugares do Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021a).

[...] São muitas mulheres que escrevem hoje. Mulheres que falam. Mulheres que fazem boa poesia. Como nos movimentos feministas jovens, a nova

poesia de mulheres não reflete apenas a produção individual de cada poeta. Ela se faz em coro, em ressonâncias. (HOLLANDA, 2021b, p. 31).

As seis poesias que constituem nosso *corpus* de pesquisa são: “dia 1. nome completo”, de Luiza Romão; “Matriarcal cunhã”, de Renata Machado Tupinambá; “Universo das saias”, de Elizandra Souza; “idade da pedra”, de Cecília Floresta, sem título, de Luna Vitrolira e “vocação”, de Jarid Arraes.

A escolha do *corpus* foi orientada pelo conceito de interseccionalidade, criado por Kimberlé Crenshaw, “[...] ativista americana de direitos civis e estudiosa da teoria crítica racial” (INSAPER, 2022), de forma a representar diferentes estratos de mulheres presentes na sociedade brasileira.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16).

A conceituação trata do problema da associação de múltiplos sistemas de subordinação. Assim, procura capturar as consequências estruturais e dinâmicas que ocorrem na interação entre dois ou mais eixos onde ocorram situações subordinativas. Procura tratar, de maneira específica, como o racismo, a opressão de classe, o patriarcalismo e outras formas de discriminação criam desigualdades que estruturam posições com relação às mulheres, raças, etnias, classes, etc. (CRENSHAW, 2002).

Segundo Collins e Bilge (2021), nos primeiros anos do século XXI o conceito passou a ser utilizado de maneira ampla por diversos setores da sociedade como acadêmicos, estudantes e docentes de cursos interdisciplinares como os que versam sobre o feminismo e o racismo, por exemplo, ativistas dos direitos humanos, entre outros. Akotirene (2022, p. 19) contribui com a compreensão do conceito ao afirmar que

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

No Brasil, na década de 1980, várias ativistas e intelectuais, como Thereza Santos, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz do Nascimento, Luiza Barros, Jurema Werneck e Sueli Carneiro, entre outras, criaram a teoria da tríade de opressões “raça-classe-gênero” de forma a articular as diferenças das mulheres brasileiras que eram ignoradas pelo discurso feminista dominante até então (RIOS; SANTOS; RATTTS, 2023).

De maneira a destacar a polifonia de vozes-outras para além daquelas das poetisas, analisamos as epígrafes que antecedem cada análise discursiva, o que pensamos contribuir para a construção de uma epistemologia decolonial³, feminista, antirracista e anticapitalista, à inspiração de François Vergès.

Os feminismos de política decolonial [...] se apoiam na longa história das lutas de suas antepassadas, mulheres autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional e de internacionalismo subalterno feminista nos anos 1950-1970, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje (VERGÈS, 2020, p. 36).

Colocadas as estratégias de ação e/ou métodos, passamos, na próxima seção, às análises das poesias.

³ Tomamos o conceito de decolonial de François Vergès, que parte de tornar ideias e ações livres da colonialidade. Assim, descolonizar um território histórico-administrativamente não é garantia de que discursos que circulam nele não continuem reiterando a lógica colonial, por isso a importância da mudança de pensamentos e práticas, a partir da decolonialidade (DIAS; CAMARGO, 2020).

CAPÍTULO III: GESTOS DE LEITURA

A concha seca, alguns grãos de areias, os restos de um mergulho que já não há, o mar ausente no dentro dela, a concha, a língua: há quem diga ser possível até mesmo ouvir o gemido de mar dentro de uma concha. Emprestamos a metáfora para tomar a língua como concha que manifesta marcas de rolamentos, de navegação, de rachaduras e de trincados que o analista do discurso precisa escutar (SOUSA; GARCIA; FARIA, 2014, p. 93-94).

Tendo em mente que o discurso é aberto a diferentes significações, anotamos aqui os efeitos de sentido que obtivemos após procurarmos amiúde em nossa materialidade discursiva pistas, indícios, marcas, ruídos e silêncios que significam, afinal “[...] a interpretação não pode ser qualquer uma nem toda [...]” (SOUSA; GARCIA; FARIA, 2014, p. 100). Buscamos regularidades, repetições e faltas. Atentamo-nos à “[...] linguagem de desvio, da falha e do vacilo, daquilo que re(in)siste [...]” (SOUSA; GARCIA; FARIA, 2014, p. 97). De acordo com Orlandi,

[...] a proposta é a da construção de um dispositivo de interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2020, p. 57).

Desta maneira, a seguir, passamos às análises das materialidades, propriamente.

3.1 ANÁLISE 1 – A VIOLÊNCIA QUE ATRAVESSA O PASSADO E CONSTITUI O PRESENTE: A COLONIZAÇÃO PELO ESTUPRO, O *DÉJÀ VU* DE 64 E A RE(AÇÃO) LINGUAGEIRA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

3.1.1 Sobre a poeta

Nascida em Ribeirão Preto (SP), no ano de 1992, além de poeta, Luiza Romão é atriz e *slammer*; também é pesquisadora de *slam* no Brasil. Coursou mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Algumas de

suas obras são: “Sangria” (2017) e “Coquetel motolove”. A poeta utiliza a poesia de maneira interseccional com a performance, o cinema e o ativismo (HOLLANDA, 2021). Em 2022, foi agraciada com o Prêmio Jabuti pelo seu livro “Também guardamos pedras aqui” (2021) (UOL, 2023).

Romão faz parte, ainda, da Coletiva de Mulheres “Palabreria”, grupo que pesquisa de maneira híbrida teatro, literatura, performance e vídeo, a partir da abordagem de discursos feministas sobre a liberdade de expressão e o direito ao corpo, além de tratarem acerca do feminicídio, da violência sexual, etc. (ARRIBAÇÃO, 2022).

A poesia “dia 1. nome completo” foi publicada inicialmente por Luiza Romão em 2017, em obra própria intitulada “Sangria”. Posteriormente, em 2021, é publicada novamente, desta vez, na antologia “As 29 poetas hoje” (HOLLANDA, 2021b).

3.1.2 “dia 1. nome completo”, de Luiza Romão

dia 1. nome completo

Luiza Romão

Estrofe 1

1. eu queria escrever a palavra br*+^%
2. a palavra br*+^% queria escrever eu
3. palavra eu br*+^% escrever queria
4. BRASIL
5. eu queria escrever a palavra brasil

Estrofe 2

1. aquela em nome da qual
2. tanto homem se faz bicho
3. tanto bandido general
4. aquele em nome de quem

5. a borracha vira bala
6. a perversidade qualidade de bem

Estrofe 3

1. aquela empunhado em canto
2. atestada em docs
3. que esconde pranto
4. mãe do dops

Estrofe 4

1. eu queria escrever a palavra brasil
2. mas a caneta
3. num ato de legítima revolta
4. feito quem se cansa
5. de narrar sempre a mesma trajetória
6. me disse "PARA
7. e VOLTA
8. pro começo da frase
9. do livro
10. da história
11. volta pra cabral e as cruces lusitanas
12. e se pergunte
13. DA ONDE VEM ESSE NOME?"

Estrofe 5

1. palavra-mercadoria
2. brasil

Estrofe 6

1. PAU-BRASIL

2. o pau-branco hegemônico
3. enfiado a torto e a direto
4. suposto direito
5. de violar mulheres
6. o pau-a-pique
7. o pau-de-arara
8. o pau-de-araque
9. o pau-de-sebo
10. o pau-de-selfie
11. o pau-de-fogo
12. o pau-de-fita
13. O PAU
14. face e orgulho nacional

Estrofe 7

1. A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO
2. matas virgens
3. virgens mortas
4. A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO

Estrofe 8

1. pedro ejaculando-se
2. dom precoce
3. deodoro metendo a espada
4. entre as pernas
5. de uma princesa babel
6. costa e silva gemendo cinco vezes
7. AI AI AI AI AI

Estrofe 9

1. getúlio juscéline geisel
2. collar jânio sarney
3. a decisão parte da cabeça
4. do membro ereto
5. de quem é a favor da redução
6. mas vê vida num feto

Estrofe 10

1. é o pau-brasil
2. multiplicado trinta e três vezes
3. e enterrado numa só garota

Estrofe 11

1. olho pra caneta e tenho certeza
2. não escreverei mais o nome desse país
3. enquanto estupro for prática cotidiana
4. e o modelo de mulher
5. a mãe gentil (HOLLANDA, 2021b, p. 166-168).

[...]

Sabe, no fundo eu sou um sentimental

Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo... (além da sífilis, é claro)*

Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar

Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...

[...]

(Fado Tropical, Chico Buarque & Ruy Guerra, 1973)

* Trecho vetado, na época, pela censura

Abrimos a seção de análises com “dia 1. nome completo.” não por acaso; também a escolha dessa ordem significa, e essa materialidade fornece um quadro do cenário político que vivíamos em 2021 pelo olhar de uma mulher. Envoltos, naquele momento, no pavor da pandemia que matava milhares de pessoas no mundo todos os dias, vivíamos ainda, no Brasil, uma aura de medo, um cotidiano sem sol, pela possível ruptura democrática que nos assombrava. Discursos golpistas saíam da boca do Presidente do Brasil em exercício, a polarização e a violência política eram incentivadas, mortes aconteceram por diferenças ideológico-partidárias. Humanos semelhantes eram motivados a se perceberem como inimigos pelo governo no poder. Os discursos por parte deles eram violentos, suas ações simbólicas também; especialmente contra aqueles que mais precisam da proteção do governo, as minorias sociais e econômicas, onde se encontram as mulheres.

A todos que compreendíamos o caminho que vinha sendo pavimentado por Jair Bolsonaro e a extrema-direita a partir de discursos e ações, com a participação de parte das forças policiais brasileiras, havia indícios de que a nossa democracia estava em risco. Esta hipótese tem se confirmado desde a eleição de Lula, em 2022, quando, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal dificultou a chegada de eleitores do Nordeste, reduto majoritariamente petista, aos pontos de votação.

Não obtendo êxito no intento da permanência de Jair Bolsonaro no poder, em 08 de janeiro de 2023 a tentativa de um golpe de estado aconteceu de fato, em Brasília. A turba bolsonarista que estava acampada há meses em frente e sob proteção dos quartéis, caminhou até a Praça dos Três Poderes e destruiu tudo o que conseguiu, à espera de que os militares destituíssem pela força o governo eleito democraticamente. A ação fracassou, muitas dessas pessoas estão presas hoje, algumas já foram julgadas e condenadas, mas certamente tudo o que aconteceu deixou fraturas na jovem democracia brasileira.

A epígrafe que trazemos, neste contexto, remete à violência primeira que atravessa a nossa constituição como brasileiros e está ainda entre nós enquanto herança da colonização, se repetindo na “necessidade” de um controle pela autoridade, materializado nas forças policiais. Perpétua realidade de violência de um passado-sempre-presente.

Dentro do exposto, iniciamos nossa análise pelo título dessa poesia-protesto, cuja enunciadora se encontra em posição-sujeito de mulher-feminista-decolonial.

A chegada dos portugueses no Brasil é apresentada logo na primeira parte do título, a partir do efeito de sentido dos significantes *dia 1*. Pela memória discursiva temos a segunda parte do título tratando da colonização, a partir da especificação/historicidade/gênese do nome fornecido à terra descoberta (marcado pelo adjetivo “completo”, que deriva de Pau-Brasil, árvore-mercadoria encontrada aqui e explorada pelos portugueses. O substantivo “pau” fornece aos menos dois efeitos de sentido: o primeiro, “madeira”, e o outro, o “órgão sexual masculino”, significação que se encontra presente no interdiscurso brasileiro como representação da ideologia machista, falocêntrica e patriarcal. Esses dois efeitos de sentido parecem ligar o presente (cultura do estupro/machismo) e o passado (pau-brasil/colonização), consequência e causa, a partir dos estupros primeiros das riquezas e das mulheres indígenas, como afirmado pela enunciadora na estrofe sete, versos 1 a 4: “A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO | matas virgens | virgens mortas | A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO”.

Ao refletirmos acerca do título em sua totalidade, percebemos o ponto final grafado agindo para separar a chegada portuguesa (“dia 1”) e o fato do registro formal (“nome completo”). O uso desse sinal gráfico entre as duas partes do título aponta, em nossa análise, para uma pausa/silêncio em razão do luto pela violência/violações acarretadas a partir da colonização. O silêncio, como a linguagem, significa. De acordo com Orlandi (2018, p. 23), “[...] se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante”.

A enunciadora marca sua posição-sujeito de poeta com o uso da locução verbal “queria escrever” já no primeiro verso da primeira estrofe, “eu queria escrever a palavra br*+^%”. A palavra Brasil, cuja escrita não é alcançada por ela nos três primeiros versos da primeira estrofe transmite uma significação de revolta/indign(ação), e/ou um xingamento (marcado pelos caracteres especiais) devido à insatisfação com a história e os rumos político-humanos do seu país desde o desembarque lusitano.

Na sequência, a palavra “Brasil” é escrita em caixa alta – BRASIL –, como que em um grito que estava preso e finalmente consegue sair: protesto contra um histórico de violências que se manifestaram e ainda ocorrem de muitas formas, elencadas nas estrofes que seguem.

Acontecem na poesia mudanças temporais no encadeamento das estrofes que passam pela chegada dos portugueses, a colonização, a ditadura militar⁴ e a contemporaneidade (2017 e 2021), não necessariamente nessa ordem. Outra diferença temporal são os quatro anos que separam a primeira e a segunda data de publicação da poesia. Percebemos esses quatro anos como um elemento muito significativo das condições de produção e circulação da poesia (ou do discurso poético), cujo efeito de sentido é de uma realidade que teima em não passar, visto a emergência do protesto em ambos os tempos históricos de publicação.

O retorno ao autoritarismo de 64, dessa vez por vias democráticas, e, dentro dessa cultura, o aumento e banalização da violência (como de fato ocorreu nos quatro anos de governo da extrema-direita) era uma grande preocupação tanto em 2017 quanto em 2021. Em se tratando dos militares, sua presença como “vigilância” aos civis vem de muito mais tempo. Segundo o cientista político Rodrigo Lentz (PÚBLICA, 2022a), com a eleição de 2018, os militares conseguiram uma autonomia inédita na República. Ainda segundo Lentz,

[...] ao longo dos últimos 37 anos os militares exerceram tutela permanente sobre a política, até alcançarem o topo do poder a partir de 2018, com a ocupação de cargos que pertenciam aos civis [...] (PÚBLICA, 2022a).

Na segunda estrofe, ocorre a mudança temporal do presente para o passado. Pelo interdiscurso, percebemos o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), momento em que “tanto homem se faz bicho, tanto bandido general” (versos 2 e 3, segunda estrofe – significante “general” presente no verso 3)”. Depreendemos, ainda, a partir dos versos 1 e 2, estrofe 2, “aquela (Brasil) em nome da qual | tanto homem se faz bicho”, uma referência ao discurso nacionalista como caução e legitimação para a prática da barbárie, desde a colonização, passando pela ditadura militar, até os dias de hoje. A desumanização do homem é marcada pelo significante “bicho”, a partir da

⁴ Com essa designação nos referimos ao período que vai de 1964 até 1985, sublinhando a participação importante de civis para que o golpe fosse alcançado. Ainda, que nem todos os militares tenham sido favoráveis e/ou tenham participado do que ocorreu (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2023).

violência praticada na época ditatorial – “tanto homem se faz bicho” (verso 2). De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, “[...] 191 brasileiros que tentaram resistir à ditadura foram mortos, 210 estão até hoje desaparecidos e foram localizados apenas 33 corpos, totalizando 434 militantes mortos e desaparecidos” (COMISSÃO DA VERDADE PUC SÃO PAULO, 2023).

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, [...] publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 475 militantes morreram sob tortura ou tiveram suas mortes simuladas como suicídios e atropelamentos, ou tiveram suas prisões não assumidas e seus restos mortais desaparecidos. Esse número pode ser muito maior se levarmos em conta a extensão territorial do Brasil, a ausência de compilação estatística rigorosa, o número de pedidos de indenização, a inclusão recente de militantes, camponeses e operários na lista de desaparecidos e aqueles cujos familiares não deram queixa (COMISSÃO DA VERDADE PUC SÃO PAULO, 2023).

A tortura é um dos símbolos da miséria humana deste período, cujas consequências nefastas foram e ainda são sentidas por diversos brasileiros e brasileiras, uma dor que não é só do corpo, mas também da mente, sendo que muitos destes perderam suas vidas – extremada dor que Cacaso (BRITO, 2012), poeta marginal que vivenciou esse momento histórico, externa na sua poesia “Aquarela”: (os torturados são) “pássaros que agonizavam em cavaletes, exaustos dos próprios gritos até que o verde, o amarelo, o azul e o branco da bandeira brasileira se tornassem o negro” (BRITO, 2012), ou seja, a morte, o fim. É a tortura em pau-de-arara que o poeta aborda; a mesma violência que a nossa enunciadora-poeta toma em crítica (estrofe 6, verso 7) pela volta dos militares ao poder no governo de Jair Bolsonaro. Destacamos que a mesma formação discursiva que defende e justifica a prática de tortura contra os opositores da ditadura militar, hoje defende a prática de tortura de agentes do Estado (policiais) contra populações minorizadas, periféricas.

A associação dos significantes “bandido” e “general” (bandido general) em um mesmo sintagma nominal (verso 3, estrofe 2), aponta para um efeito de sentido que insere dois grupos que deveriam ser opostos em um mesmo que os iguala (general = bandido/ bandido é general). O período ditatorial brasileiro retorna como significação, via interdiscurso, pelo significante “general”. O efeito de sentido de “bandido” é alcançado a partir da violência, tortura, desaparecimentos e mortes desse período, com o agravante de terem sido cometidos em nome do Estado – aquele que deveria proteger sua população.

Percebemos, ainda, uma crítica ao governo federal vigente de extrema-direita, que desde 2018 detinha o mais alto cargo do executivo federal; Jair Bolsonaro havia sido eleito, e os militares – incluindo generais da ativa e da reserva, que o acompanhavam desde a campanha, ocupavam postos de destaque no governo, muitos deles no primeiro escalão. De acordo com o G1 (2018), o número de oficiais da mais alta patente no Primeiro Escalão do Executivo seria, em 2019, o maior desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal Brasileira. Conforme João Roberto Martins Filho (PUC PLAY, 2020), pesquisador do período da ditadura militar brasileira e professor da Universidade Federal de São Carlos, é sem precedentes no período democrático brasileiro a militarização ocorrida no governo de Jair Bolsonaro. Ainda segundo o professor, a “[...] intensificação da presença das Forças Armadas na política vem junto de um apoio e elogio explícitos do presidente ao período ditatorial (1964-1985), inclusive da prática de tortura” (PUC PLAY, 2020).

A união da extrema-direita e as forças de segurança brasileiras em torno da candidatura de Jair Bolsonaro e, posteriormente, a participação massiva dos militares em seu governo, forneceu a muitos setores da sociedade, inclusive a academia, o *dèjà vu* aterrorizante de 64. Pairou no ar durante os quatro anos do mandato de Bolsonaro a possibilidade de um novo golpe militar, desta vez, possivelmente sem o uso da força, visto a constante tentativa de corrosão dos pilares da democracia brasileira, especialmente a partir de discursos de desabono e contrários a decisões do Supremo Tribunal Federal, e de descrédito ao sistema de votação informatizado, o mesmo utilizado nas diversas vezes em que o deputado Jair Bolsonaro foi eleito e que o elegeu como presidente da república. O simbolismo de um governo formado por um presidente de extrema-direita, com discursos beligerantes e contrários à democracia, afeito à ditadura militar e com apoio considerável das forças de segurança entregava um significado de penumbra que escondia o nosso céu azul anil.

Ainda na segunda estrofe, dois significantes produzem efeitos de sentido que denotam a violência que acontecia no período de exceção brasileiro. São eles “bala” (de borracha) e “general”. As balas de borracha são muito utilizadas pelos militares, por exemplo, para dispersar manifestações, mesmo as pacíficas, a depender de quem e pelo que se protesta – normalmente com muita agressividade a professores, estudantes e trabalhadores. A violência policial é tão sistêmica no Brasil, que ocorre

independentemente da coloração ideológica do governo. E, quase sempre, volta-se contra pretos, pobres e periféricos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019, p. 59), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta dados que revelam que “os jovens até os 29 anos representam 54,8% das vítimas de homicídio no Brasil”. Se considerarmos os dados das mortes causadas pela ação policial, os jovens nesta faixa etária representam 78,5% do total de vítimas de “intervenções policiais com resultado morte”. Os dados revelam também que 33,6% das vítimas jovens está na faixa etária entre 20 e 24 anos.

Como se não bastasse o cenário caótico que mostra os jovens como maiores vítimas da violência no Brasil, inclusive violência policial, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019, p. 59) constata ainda, que “os negros são 75,4% dos mortos pela polícia”. Segundo a análise do material, as vítimas são basicamente: jovens, negros, do sexo masculino, com baixa escolaridade e moradores das periferias (IDENTIDADE INSTITUCIONAL PUC PARANÁ, 2023).

Continuando nossa análise, os significantes que compõem o último verso da segunda estrofe, “a perversidade qualidade de bem”, nos levam pelo interdiscurso ao enunciado “cidadãos de bem”, amplamente utilizado desde antes da campanha de Jair Bolsonaro à presidência; durante as manifestações verde-amarelas pró-*impeachment*, contra a corrupção, etc., sempre pelas ideologias voltadas à direita.

A extrema-direita, neste contexto, utilizou-se dessa construção discursiva para nomear apenas os seus eleitores. A transparência ideológica consoante à essa ideologia foi, assim, sendo construída a partir da repetição desse discurso; temos, pois, o efeito de sentido no interdiscurso/memória discursiva de cidadão de bem=bolsonarista, o que torna o seu opositor, no imaginário coletivo, uma pessoa má/ruim que deve ser eliminada – nesse caso, o Partido dos Trabalhadores (PT), a(s) esquerda(s) e os cidadãos filiados às suas ideias. De acordo com Filho (2022),

[...] o bolsonarismo, enquanto movimento político que ascendeu ao comando das instituições estatais – tanto no Executivo quanto no Legislativo –, teve como lógica inerente de funcionamento a ideia de uma guerra, para a qual a população e os seus principais representantes (os agentes de segurança pública e privada, além das Forças Armadas) deveriam estar preparados se quisessem sobreviver. E isso somente seria possível por meio da capacitação dessas pessoas para o uso de força letal. Por sua vez, essa força letal deveria ser aplicada contra os inimigos internos do corpo social, qual seja os “bandidos” – bem como todos aqueles que supostamente os defenderiam (de modo abrangente, os grupos sociais identificados com a esquerda política e a defesa dos Direitos Humanos).

Ainda de acordo com Filho (2022), a nomeação “cidadão de bem” vai além de uma estratégia política. Ela implica uma divisão entre cidadãos que devem possuir

direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade e os não-cidadãos, que não teriam acesso a esses direitos. Os não-cidadãos, desta forma, não teriam garantidos seus direitos pelo Estado. Percebidos como bandidos, eles teriam, por essa visão, renunciado aos seus direitos civis quando optaram por cometer crimes (FILHO, 2022).

A crítica contundente à violência do período ditatorial brasileiro segue na terceira estrofe. Em nosso gesto de leitura, percebemos a enunciadora atribuindo culpa àqueles brasileiros que se filiam ao discurso patriótico-nacionalista, simbolizado/representado pela palavra “Brasil”. Esse discurso é historicamente mobilizado para defender o *status quo*, a manutenção do poder e dos privilégios das camadas dominantes da sociedade brasileira.

Ainda quanto à terceira estrofe, no enunciado “aquela empunhado em canto”, o pronome demonstrativo “aquela” retoma o significante “Brasil”, cujo efeito de sentido nos remete ao entoar de um canto, provavelmente o Hino Nacional Brasileiro, uma vez que o nacionalismo era muito presente na ditadura. O significante “empunhado” (verbo empunhar no particípio) nos remete, via memória discursiva, também à mesma época pelo efeito de sentido de empunhar/segurar uma arma. Outro sentido para “empunhado” aponta para segurar uma bandeira, retomando o nacionalismo já citado.

A junção dos significantes “empunhado”, “docs” (documentos) e “dops” (Departamento de Ordem Política e Regional) – presentes no primeiro, segundo e quarto versos da terceira estrofe, respectivamente, são responsáveis por efeitos de sentido que designam o terror das prisões, das torturas, dos sequestros, dos desaparecimentos e das mortes que aconteciam nos diversos DOPS, os órgãos de repressão da ditadura. É a “palavra Brasil” (=eles, os cidadãos de bem, patriotas), que sinaliza os responsáveis por prender, atestar em documentos (que não chegavam à sociedade em tempos de censura) e esconder o pranto daquelas pessoas e famílias que sofriam as violações; e, ademais, é a “palavra Brasil” a mãe do Dops. Em nosso gesto de leitura, a poeta reitera que são os “cidadãos de bem”, os “patriotas”, os responsáveis por esse nível intolerável de violência acontecido nesse período escuro da história brasileira.

A variação temporal, citada anteriormente, aparece na quarta estrofe, “eu queria escrever a palavra brasil | mas a caneta | num ato de legítima revolta | feito

quem se cansa | de narrar sempre a mesma trajetória | me disse “PARA | e VOLTA | pro começo da frase | do livro | da história | volta pra cabral e as cruzes lusitanas | e se pergunte | DA ONDE VEM ESSE NOME?”.

Do período ditatorial a poeta retorna para um passado mais longínquo, para o “dia 1”, marcado pela sequência discursiva “[...] VOLTA | pro começo da frase | do livro | da história” e, por conseguinte, para a colonização, o “nome completo” (“Da onde vem esse nome?”). De forma a uma melhor compreensão do entrelaçamento dessas temporalidades distintas da nossa história (chegada dos portugueses, colonização e ditadura) é necessária a leitura das três próximas estrofes.

Ainda, em nossa percepção, a escolha pelo significante “palavra”, verso 1, estrofe 4, (“eu queria escrever a palavra brasil”) sublinha a posição-sujeito de poeta da enunciativa.

Na quinta estrofe, o enunciado “palavra-mercadoria | brasil” (versos 1 e 2) remete pelo interdiscurso à exploração das riquezas brasileiras pelos colonizadores. Dizer que o nome do país vem de uma mercadoria (ou melhor, de um elemento da natureza tornado mercadoria), alude, em nosso ver, à história do país estar atrelada desde sua fundação à ideia de exploração, usurpação, que produz a mercantilização das relações humanas e sociais. Pensamos, ademais, que esses versos (“palavra mercadoria”, “brasil”) se conectam com a estrofe anterior e respondem ao enunciado “DA ONDE VEM ESSE NOME?” (verso 13, estrofe 4).

Podemos inferir, ainda, pelo enredamento do tempo da chegada portuguesa/colonização com o tempo da ditadura militar, proposto pela enunciativa, um sintoma, enquanto desconhecimento histórico, ou fetiche, recusa na aceitação de um saber (FIGUEIRA, 2021), que remetem a um saudosismo de tutela (ou controle), como a militar.

Dando sequência, trazemos a sexta estrofe:

1. PAU-BRASIL
2. o pau-branco hegemônico
3. enfiado a torto e a direto
4. suposto direito

5. de violar mulheres
6. o pau-a-pique
7. o pau-de-arara
8. o pau-de-araque
9. o pau-de-sebo
10. o pau-de-selfie
11. o pau-de-fogo
12. o pau-de-fita
13. O PAU
14. face e orgulho nacional

E a sétima:

1. A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO
2. matas virgens
3. virgens mortas
4. A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO

A partir destas estrofes, a enunciadora insere novos elementos ao tecido poético-discursivo, a partir da repetição do significante “pau”, cujo deslize aponta para alguns efeitos de sentido que abordamos na sequência. Ressaltamos a escolha poética da autora pela utilização do hífen em todas as palavras compostas presentes na estrofe. Depreendemos o uso repetitivo do substantivo “pau” nessa estrofe como um excesso, que de acordo Ernst-Pereira (2009), busca estabelecer a provável relevância de saberes de determinada formação discursiva por meio da repetição.

Ao analisarmos a estrofe 6 em sua totalidade, a primeira significação que retorna pelo interdiscurso se refere a uma revoltada crítica da enunciadora contra a violência sexual a que as mulheres são submetidas cotidianamente no nosso país desde a chegada dos portugueses, o “dia 1”. Violência masculina, construída social e historicamente; aquela que, além do estupro, entrega desigualdade de gênero, opressão, subjugação, outras formas de violência, violação e morte, ou seja, o homem, marcado pelo significante “pau”, percebe-se, dentro da ideologia dominante em todas as diversas épocas brasileiras, inclusive a atual, superior e dono dos corpos, mentes e vidas das mulheres, “objetos” que eles descartam/matam à sua vontade. O

simbólico “suposto direito | de violar mulheres”, aponta, desta maneira, não apenas para o estupro, mas para uma violência mais ampla a elas. Assim, percebemos também na estrofe um sentido de entrelaçamento entre épocas distintas, problemas sociais, violências e violações, que do passado assombram ainda hoje as mulheres e envolvem suas vidas reais, com consequências seriamente nocivas a elas, como já mencionado. Justamente por isso, a poeta exprime, na estrofe 4, a legítima revolta da caneta, que “se cansa de narrar sempre a mesma trajetória”.

Essa violência mais ampla se reflete no imaginário presente, cultura machista e falocêntrica já enraizada ideologicamente, e que é marcada, fechando a estrofe 6, pelos significantes “O PAU | face e orgulho nacional”. Percebemos, ainda, a utilização de letras garrafais (todas maiúsculas) pela poeta nos significantes “PAU-BRASIL” (verso 1, estrofe 6) apontando para o “nome completo” = “Pau-Brasil”, sendo que “Brasil” é, portanto, o nome incompleto. Além da “palavra-mercadoria”, que já aponta para uma relação de exploração econômica na fundação do país, temos a ideologia falocêntrica, patriarcal, constitutivamente violenta.

De outra maneira, ao refletirmos acerca dos significantes da estrofe 6 em separado (um verso de cada vez), dentro de um contexto presente na poesia de protesto/revolta contra o colonialismo, base de formação da sociedade atual, fraturada por problemas sociais e de gênero, temos então: colonialismo → subjugação do povo brasileiro pela força/violência → desigualdade social → problemas sociais → violência/opressão contra as mulheres → problemas econômicos e sociais maiores a elas/desigualdade de gênero → estupro, violência e morte: círculo vicioso a partir da violência primeira.

Neste contexto, alguns significantes escolhidos pela enunciadora na sexta estrofe remetem a outros sentidos que não apenas o da violência sexual, que é, sim, recorrente na materialidade discursiva em análise. Percebemos, por exemplo, uma crítica ao racismo estrutural – o racismo é sempre estrutural⁵, ou seja, ele integra a

⁵ De acordo com Silvio Almeida (ALMEIDA, 2019), o racismo estrutural se desdobra em processo político e processo histórico. Político, porque o poder político tem força de influência no processo sistêmico de discriminação; e histórico, uma vez que enquanto estrutural é também processo que se realiza durante a história e pode se manifestar, neste contexto, de maneira circunstancial e específica, bem como em ligação com as transformações na sociedade. O racismo opera na naturalização de desigualdades e na legitimação de segregação, maneira sistêmica de discriminação

organização político-econômica da sociedade (ALMEIDA, 2019) –, como significação a partir do simbólico “pau branco-hegemônico” (verso 2), sentido esse que se entrecruza, em nossa percepção, com a nomeação, na poesia, de diferentes representantes do poder político no Brasil (estrofes 8 e 9), em diversas épocas, todos eles brancos – passado e presente de violências contra as mulheres pelas mãos da hegemonia branca dos detentores do poder.

Ainda, a desigualdade brasileira é um efeito de sentido que retorna do significante “pau-a-pique”, que é uma técnica de construção de moradias, em geral muito simples e pequenas, feitas de ripas, barro e cipó, presente na realidade dos desfavorecidos. A crítica se mostra a uma desigualdade sempre-aqui, que nunca deixou de ser uma realidade no país desde a colonização.

Na sequência, temos o significante “pau-de-arara”, que pela memória discursiva aponta para a violência desumana dos militares (e o Estado brasileiro) na ditadura, visto que essa é a denominação de um método de tortura muito usado naquele período aos que se opunham ao regime.

[...] O pau de arara, instrumento de tortura mais usado no Brasil, distingue-se por sua extrema simplicidade e facilidade de emprego: uma barra apoiada em dois pontos elevados – duas cadeiras, mesas ou o que seja. A barra pode ser de madeira ou de ferro, mas deverá ter dois ou três centímetros de diâmetro para o bom funcionamento do sistema, que se baseia na interrupção da circulação do sangue e a simultânea contração muscular e nervosa. Desnudo, o preso é amarrado pelos pulsos e pelos tornozelos. Senta-se no chão com o corpo dobrado para frente, de forma que abrace seus joelhos.

A barra é introduzida longitudinalmente, no espaço entre os joelhos e antebraços. Então é levantada, e suas extremidades são apoiadas nos dois suportes ou pontos elevados. As articulações dos joelhos e dos antebraços sustentam todo o peso da vítima. Os efeitos da tortura começam a ser sentidos em menos de meia hora aproximadamente: os pulsos e os tornozelos ficam arroxeados, dormentes, com uma sensação inicial de formigamento. O inchaço é progressivo, crescente e logo advém o que em medicina se chama pletora. A vítima tem a sensação de que seus dedos vão se quebrar a qualquer momento. A dor aumenta mais ainda quando o preso é movimentado para frente e para trás.

O pau de arara é geralmente usado para facilitar a aplicação de outras torturas, pela posição extremamente vulnerável em que a vítima se encontra. Pendurado, o preso é submetido a choques elétricos nas partes sensíveis do corpo (especialmente os genitais e a boca), também é empalado e queimado com cigarros. Aplicado sem combiná-lo com outras torturas, o pau de arara é extremamente “seguro”: não deixa marcas e, inclusive, não mata, caso se

que se baseia na raça, onde, por meio de práticas conscientes ou inconscientes culmina na obtenção de privilégios ou desvantagens, a depender do grupo racial em que o indivíduo se insira.

tenha o cuidado de, ao menos a cada duas horas, baixar o prisioneiro, desamarrá-lo e deixá-lo descansar um pouco. No entanto, ao ser desamarrado e abandonado ao solo, o preso sofre dores terríveis devido à súbita descontração muscular e nervosa e ao reinício da circulação normal do sangue (KUCINSKI; TRONCA, 2013, p.105-106).

Um outro efeito de sentido que percebemos pela análise do significante “pau-de-arara” se refere, também, à desigualdade já abordada anteriormente, uma vez que esse significante nomeia um tipo de transporte irregular em que os trabalhadores viajam em carrocerias de caminhão mal adaptadas, muito usado pelos patrões, normalmente na zona rural, para transporte da massa operária pobre que precisa se sujeitar ao perigo iminente se quiser ter o mínimo de condição de subsistência.

É relevante abordarmos, ainda, o significante pau-de-fogo, cujo sentido é de uma arma de fogo, e, neste contexto, aponta, mais uma vez, pelo deslize, à violência extremada do período ditatorial brasileiro quanto à repressão dos que se opunham a ele. Um outro efeito de sentido que percebemos é a crítica quanto ao momento vivenciado em 2021, de culto às armas. A arma era um símbolo do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro e sua aquisição foi facilitada sobremaneira no seu governo, sendo que, naquele período, houve uma disparada na abertura de clubes de tiro Brasil afora.

De acordo com o UOL (2022), durante o governo Bolsonaro foi autorizada a abertura de quase um clube de tiro por dia no país. Essa cultura de violência perdurou fortemente durante os quatro anos, com consequências na sociedade ainda hoje, especialmente contra as minorias – os negros são os que mais morrem por arma de fogo. Estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz acerca do impacto desse tipo de arma quanto à violência de gênero no nosso país, aponta que “[...] em 2020, para cada duas mulheres assassinadas, uma foi morta a tiros no Brasil” (G1, 2022a). Ainda de acordo com o estudo (G1, 2022a), sete a cada dez feminicídios nesse período foram de mulheres negras. A facilitação do acesso às armas em um país onde a violência doméstica é uma revoltante realidade cotidiana entrega ainda mais medo e insegurança às mulheres.

Seguindo, temos nas estrofes sete, oito, nove e dez a retomada de diferentes temporalidades: a colonização, a ditadura e a contemporaneidade, nesta ordem, conforme a seguir:

Estrofe 7

1. A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO
2. matas virgens
3. virgens mortas
4. A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO

Estrofe 8

1. pedro ejaculando-se
2. dom precoce
3. deodoro metendo a espada
4. entre as pernas
5. de uma princesa babel
6. costa e silva gemendo cinco vezes
7. AI AI AI AI AI

Estrofe 9

1. getúlio juscélino geisel
2. collar jânio sarney
3. a decisão parte da cabeça
4. do membro ereto
5. de quem é a favor da redução
6. mas vê vida num feto

Estrofe 10

1. é o pau-brasil
2. multiplicado trinta e três vezes
3. e enterrado numa só garota

Nestes versos, percebemos um protesto indignado que parte da enunciadora contra a ideologia machista, falocêntrica e patriarcal presente desde os primórdios na sociedade brasileira, por meio da crítica a figuras masculinas históricas, na

colonização, na ditadura e na democracia (estrofes 8 e 9), em cenas, cujo efeito de sentido do simbólico formado por elas aponta para o cunho sexual, e, a partir disso, para a objetificação da mulher e a demonstração do poder masculino/fálico sobre ela.

Desta maneira, na estrofe 8, temos Dom Pedro II “ejaculando-se”, Marechal Deodoro da Fonseca “metendo a espada | entre as pernas | de uma princesa babel”, e, ainda, o General Costa e Silva “gemendo cinco vezes | AI AI AI AI AI”. O deslize de sentido do significante “espada” (estrofe 8, verso 3) como símbolo falocêntrico (pênis), converge com os dois versos anteriores (1 e 2) e com os próximos (4 a 7) para a formação de um efeito de crítica e protesto quanto ao machismo estrutural presente na sociedade brasileira, que leva à objetificação e, em consequência dessa ideologia, ao estupro, que vem do passado e é manchete corriqueira no presente. De acordo com a juíza de direito Fabriziane Stellet Zapata, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Riacho Fundo e uma das coordenadoras do Núcleo Judicial da Mulher:

A sociedade tem um papel de grande relevância na proteção da mulher, visto que a grande causa da violência está no machismo estruturante dessa mesma sociedade brasileira. As pessoas naturalizam a violência contra a mulher e não observam que, no dia a dia, em pequenos atos, mulheres são vítimas de violência, discriminação e discursos de ódio apenas pelo fato de serem mulheres. É comum que meninas tenham tarefas domésticas diferenciadas de meninos numa mesma família; é comum que mulheres, mesmo em cargos de poder, sejam assediadas da forma que homens não são; é considerado “normal” que um homem sinta ciúmes de sua mulher e impeça determinadas condutas (é até entendido como “cuidado” e “proteção”); é comum que vítimas de violência sejam questionadas nas suas atitudes quando, na verdade, são vítimas. A questão é tão complexa e tão profundamente enraizada na sociedade brasileira, que levaremos décadas e décadas de desconstrução de rígidos estereótipos de gênero para formar uma sociedade mais equânime para homens e mulheres [...] (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, 2019)

Pela memória discursiva, temos, ainda, o deslize dos significantes que compõem o último verso da estrofe 8, “AI AI AI AI AI”. Percebemos um duplo efeito de sentido interligado pela violência às mulheres e ao país; o primeiro remetendo a um gemido sexual e o outro ao Ato Institucional Número 5 (AI-5), que iniciou os anos de chumbo, período mais violento e repressor da Ditadura Militar Brasileira. O ato fechou o Congresso, cassou direitos políticos, utilizou a violência como política de estado e perseguiu opositores do regime, especialmente estudantes que se voltaram contra as extremas agressões e o autoritarismo vigente. Angélica Müller, doutora em História

Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP afirma que

[...] o AI-5 foi decretado em 1968 em um contexto de crescimento da oposição à Ditadura. Parte das forças civis que haviam apoiado o golpe em 1964 já se afastavam conforme avançava a militarização. Em 1966, uma Frente Ampla de oposição se formou e as manifestações de rua organizadas pelo movimento estudantil se intensificaram, enquanto crescia uma resistência cultural ao regime. “Este quadro estourou em março de 1968, quando a polícia da Guanabara matou um estudante secundarista, Edson Luís, no restaurante universitário Calabouço” (FFLCH USP, 2022).

Ao tratarmos sobre a Ditadura no Brasil é importante reiterarmos que esse evento não aconteceu apenas pelas mãos dos militares, mas teve importante participação de civis. Também, que nem todos os militares concordaram e/ou participaram do golpe – muitos foram, inclusive, perseguidos e punidos pela discordância a ele (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2023). De fato, o efeito de sentido que aponta para apenas os militares como idealizadores e executores do golpe está presente no interdiscurso brasileiro quando pensamos no significante “ditadura”.

Dando sequência, a próxima estrofe, a nove, segue na mesma direção de crítica da anterior ao machismo/falocentrismo, ao afirmar que as decisões de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, General Ernesto Geisel, Fernando Collor, Jânio Quadros e José Sarney partiram da cabeça do(s) seu(s) membro(s) ereto(s). Percebemos que a poeta passa pela ditadura e vai até a democracia nessa estrofe, e, nesses tempos históricos, o poder e, portanto, as decisões que dizem respeito ao país e às mulheres e seus corpos se manteve nas mãos masculinas, como é o caso da interrupção de uma gravidez/aborto, sentido que aferimos a partir dos seguintes significantes “mas vê vida num feto”. A centralidade das vidas das mulheres na reprodução (filhos), impostas, seja pela ótica do conservadorismo religioso ou do capitalismo – produção de mão de obra –, tem sido um impedimento às escolhas delas sobre o próprio corpo. De acordo com o Código Penal Brasileiro, no seu artigo 128, o aborto é permitido em território nacional por três motivos: a gravidez com risco à gestante, a gravidez proveniente de estupro e anencefalia fetal (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 2022). É preciso dizer que mesmo com o aval da justiça, o aborto no Brasil é um tema espinhoso. A interrupção do absurdo que é a gravidez de uma menina, por exemplo, recebe críticas, atitudes violentas, e por vezes

é dificultada o quanto possível por certos setores da sociedade, como aqueles cuja ideologia conservadora-religiosa faz parte das suas formações discursivas.

É a violência, a tentativa de subjugação masculina socialmente e o esforço machista/falocêntrico pelo controle das mentes e dos corpos femininos que relaciona as estrofes 8 e 9. A culminância repugnante dessa percepção ideológica, presente no interdiscurso da sociedade brasileira quanto às mulheres, ocorre na estrofe 10, “é o pau-brasil | multiplicado trinta e três vezes | e enterrado em uma só garota”. O efeito de sentido produzido pelos três versos, aponta, pela memória discursiva, para o estupro revoltante de uma jovem de 16 anos por 33 homens no ano de 2016 (O GLOBO, 2016).

A transparência ideológica de pretensa superioridade masculina ante as mulheres presente no interdiscurso brasileiro tem entregado uma realidade violenta no cotidiano delas, que as deixa vulneráveis e amedrontadas. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em maio de 2023, estimou, de maneira conservadora, que o número de casos de estupro no Brasil, por ano, é de 822 mil, o que equivale a dois por minuto (IPEA, 2023).

Além do estupro, as mulheres têm se percebido cada dia mais desprotegidas perante outras violências/violações e é exatamente isso que demonstra uma pesquisa do Instituto Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo ela, todas as formas de violência contra a mulher tiveram aumento no ano de 2022, o que inclui xingamentos, violência psicológica, ameaças e feminicídios (JUSTIÇA DO TRABALHO, 2023).

Nesta cena, passamos à última estrofe da poesia-materialidade. Os cinco versos que a compõem, “olho para a caneta e tenho certeza | não escreverei mais o nome desse país | enquanto estupro for prática cotidiana | e o modelo de mulher | a mãe gentil”, reiteram a posição-sujeito de uma mulher-poeta, marcado pelo significante “caneta”. A recusa em escrever o nome do próprio país demonstra a indignação com o que está posto na sociedade: as diversas violações/violências contra as mulheres, cuja significação depreendemos de “estupro”, bem como a obediência e a subjugação, cujo efeito de sentido vem dos significantes “modelo de mulher” e “mãe gentil” presentes nos versos 4 e 5. Os significantes “mãe gentil”

apontam para o Hino Nacional Brasileiro pela intertextualidade – “dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada Brasil”, e a partir do contexto no verso, denotam uma crítica à gentileza/doçura esperada – construída e reiterada – no interdiscurso da sociedade brasileira, de forma que os homens não percam seu *status* de força e poder sobre elas. A evidência implícita nesse simbólico – mulher=mãe gentil –, caracteriza-se pela presença do discurso-transverso (ERNST-PEREIRA e QUEVEDO, 2013), ao ser necessária a mobilização de uma memória específica de cunho histórico, o interdiscurso (POSSENTI, 2017). De acordo com Pêcheux (2014b, p. 310),

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos-transversos”).

Ao analisarmos a poesia em sua totalidade, percebemos uma noção de causa-consequência utilizada no seu decorrer: a história brasileira de violências, injustiças e exploração do país aponta como responsáveis as ideologias capitalista (mercadorista), racista-colonialista, machista-patriarcal-falocêntrica e nacionalista-patriótica, essa última funcionando como fachada para esconder tudo aquilo de deplorável que é perpetrado pelas outras.

Neste contexto, chamamos atenção à importância da formação política para a compreensão da nossa própria história enquanto país. A aceitação tácita e/ou a falta de posicionamento político quanto à violência sexual contra as indígenas durante todo o período colonial, por exemplo, é parte fundante da ideologia machista/falocêntrica/patriarcal que habita o interdiscurso atual, e percebe a mulher como um objeto pertencente a um homem, este, seu superior. E é a partir desse contexto que o estupro e outras violações às mulheres se balizam para acontecer.

É preciso, ainda, não esquecer que a violência do período ditatorial segue à espreita, sendo uma realidade aceita e requerida por uma grande parte da população brasileira, haja vista a quantidade de manifestações neste sentido que têm ocorrido no Brasil, especialmente a partir da eleição da extrema-direita.

Destarte, percebemos as políticas públicas de memória e história como urgência e imensa necessidade, visto o estrago que a falta de conhecimento do passado pode acarretar a uma sociedade no presente. Neste contexto, urge, também,

a percepção do próprio lugar na sociedade capitalista. De acordo com a crítica teórica marxiana,

no sistema capitalista, conforme o direito de propriedade, todas as pessoas são proprietárias apenas de si mesmas e das coisas que adquirem para poder continuar vivendo. No entanto, conforme o uso econômico da propriedade, há uma diferença imensa entre ser proprietário de um objeto de consumo e ser proprietário de um meio de produção que lhe garanta a existência por um longo tempo. Embora todos possam ser proprietários de objetos de consumo, nem todos o são de meios de trabalho (GRESPLAN, 2021, p. 21).

Percebemos, enfim, a materialidade poético-discursiva como um manifesto-grito, feminista e decolonial, de revolta e luta linguageira de uma poeta contra o autoritarismo; pela liberdade dos corpos e mentes das mulheres; para que elas ocupem mais espaços de poder; contra as diversas formas de violência e violações dos direitos delas; pela igualdade e equidade de gênero.

Tomamos, por fim, Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, e sua canção “Menino”⁶ (MAGALHÃES, 2014), escrita após a morte do jovem Edson Luis, em 1968, pela ditadura militar. Dizem alguns dos seus versos: “Quem cala sobre o teu corpo | consente na tua morte [...] Quem grita vive contigo”. “dia 1. nome completo” é, pois, à semelhança da canção, um chamado à ação política a partir do grito que emerge da poesia-discurso.

3.2 ANÁLISE 2 – VOZ(ES) INDÍGENA(S): POESIA ENGAJADA POR UM FUTURO ANCESTRAL

3.2.1 Sobre a poeta

Renata Machado Tupinambá, conhecida também como Aratykyra, nasceu em 1989, em Niterói (RJ). É poeta, produtora, jornalista, consultora, roteirista, curadora e artista visual. Ainda, cofundadora da Rádio Yandê, que foi a primeira web rádio indígena no país (HOLLANDA, 2021b).

⁶ “Aos 18 anos, o rapaz pobre e com rosto de Garrincha quando jovem foi baleado no coração. Era março de 1968. Um policial militar o matou, no Rio, e a multidão alertou: ‘Podia ser seu filho’” (MAGALHÃES, 2014).

Proveniente da etnia Tupinambá, a poeta trabalha e pesquisa a comunicação voltada às etnomídias, decolonização dos meios de comunicação e fortalecimento das narrativas indígenas, tanto no cinema quanto na literatura, na TV, no áudio e na música. É, também, criadora do podcast “Originárias”, primeiro no Brasil no *Spotify* com entrevistas a músicos e artistas indígenas (AMANTE, 2019).

3.2.2 “Matriarcal cunhã”, Renata Machado Tupinambá

Matriarcal cunhã

Renata Machado Tupinambá

Estrofe 1

1. Vocês acham que podem me ver?
2. Vocês acham que podem me ver?
3. Sou penumbra
4. luminosidade
5. o canto do povo e sua liberdade
6. na mão carrego afetividade
7. sou o sangue que jorra da rua, fazenda e comunidade
8. seu coração sangra de mentira
9. o meu é morto todos os dias e renasce
10. não sou a índia potyra
11. sou Aratykyra
12. então pode atirar
13. uma arma na minha cabeça
14. não foi capaz de me matar
15. eu disse atira, atira
16. não importa quantas vezes eu tombar
17. sempre vou retornar
18. sou as marcas da violência

19. sou as cicatrizes de viver
20. sou o espelho de justiça da terra
21. não da igreja

Estrofe 2

01. sou tempestade que vai destruir o concreto
02. e os frios olhares da cidade
03. não sou o sono dos justos
04. não durmo
05. sobrevivo por todos prisioneiros do afeto
06. sou todos que sentem dor, amor, raiva, compaixão
07. sou quem caça os senhores de escravos
08. sou todos que queimam e explodem nos cemitérios
09. [clandestinos da omissão
10. exterminam e comem gente viva
11. acham que podem costurar o tamanho da ferida?
12. esperam que sejamos passivas, calmas, obedientes,
13. [silenciosas

Estrofe 3

01. mulheres não são humanas
02. são onças, serpentes, águias

Estrofe 4

01. eu sou um animal não domesticado
02. não faço o que querem
03. sou devota do que desejo

Estrofe 5

01. difícil de seduzir ou induzir

02. eu teço a teia dos sonhos
03. sou uma guardadora de sementes
04. árvore antiga de pé
05. Ainda Aracy, mãe do dia, do amanhecer dos pássaros
06. sou a fé que carregam no peito, para cantar, gozar e
07. [sentir
08. eu compartilho encantaria
09. é preciso saber me invocar
10. para fazer o mundo como conhece desabar
11. eu estou fora do tempo
12. não tenho tempo
13. tenho uma faca apontada para meus olhos.

(HOLLANDA, 2021b, p. 61-63)

“Nunca mais um Brasil sem nós. Vamos aldear a política”. Sônia Guajajara – Ministra dos Povos Indígenas (WWF, 2023).

Em 11 de janeiro de 2023, sob o governo de centro-esquerda de Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2022, toma posse no Ministério dos Povos Indígenas, inédito até então no nosso país, a líder indígena Sônia Guajajara, cuja epígrafe que trazemos nesta análise é um fragmento do seu discurso neste dia histórico para os povos originários do Brasil, em especial para as mulheres indígenas. Pertencente ao Povo Guajajara/Tentehar, a ministra é liderança atuante no país e no mundo na luta pelos direitos dos indígenas; foi eleita uma das cem pessoas mais influentes do mundo em 2022 pela revista “Time” (GOV.BR, 2023a).

Partimos, inicialmente, do excerto da fala da ministra, e, em nossa leitura, os significantes “nunca mais um Brasil sem nós”, escolhidos por ela, apontam para um forte protesto pela falta de participação histórica dos povos originários nas pautas e decisões políticas brasileiras, especialmente as que lhes dizem respeito, e marca, também, a reiteração da luta, de um compromisso de permanência, de não retorno à realidade anterior, marcado pela locução adverbial “nunca mais”; reiterado, na

sequência, pelo significativo “aldear”, presente na sequência discursiva “vamos aldear a política”.

O fato da escolha/nomeação de uma mulher indígena para comandar a pasta, contribui fortemente para um simbolismo positivo na sociedade que remete à ocupação de lugares de poder por pessoas atravessadas por marcadores sociais interseccionais, nesse caso, de gênero e etnia; marcadores esses que costumam entregar “lugares” para as minorias bem diferentes desse que Guajajara ora ocupa. Ademais, a participação das mulheres na política brasileira é ainda muito reduzida, mais uma violência de gênero a ser combatida e que deve ser colocada em discussão. Segundo o G1 (2023f),

Dados da União Interparlamentar apontam que as mulheres compõem apenas 17,7% da Câmara dos Deputados. Dos 32 partidos políticos existentes no país, apenas 2 são presididos por mulheres: o PT (Partido dos Trabalhadores) e PMB (Partido da Mulher Brasileira).

Quando levamos em consideração o marcador da etnia, a situação se agrava: em 2022 foram eleitos apenas 5 indígenas entre os 513 deputados federais, entre eles, Sônia Guajajara (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Em uma história de resistência contra a violência, a colonialidade e a escravização, a política é só um dos diferentes espaços sociais onde a presença indígena se encontra sub-representada no Brasil, sobretudo quando falamos de mulheres.

No momento histórico de publicação da poesia, 2021, sob a extrema direita, os povos originários vivenciavam a ampliação de violências e violações, seja por discursos, ações ou omissões do Estado. Jair Bolsonaro nunca escondeu o menosprezo pelos povos indígenas e sua cultura, e acumulava declarações ofensivas a eles desde que era deputado federal. Em sua retórica nefasta, não faltaram aberrações discursivas de ataque às singularidades dos povos originários, como por exemplo, que eles deveriam explorar comercialmente as terras em que vivem, que a demarcação de terras foi nociva para o Brasil e que os indígenas deveriam ser “integrados” à sociedade (G1, 2022d). Além da tentativa de aculturação, por trás desses discursos existem interesses reais (no sentido de realidade e no sentido financeiro) do capital que apoiou sua eleição, sobretudo o agronegócio, mineradores e madeireiros.

Rememoramos o ano de 1998, pelo absurdo da violência discursiva enunciada pelo então deputado Jair Bolsonaro, transcrita no Diário da Câmara, de 16 de abril:

“Até vale uma observação neste momento: realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país”. [...] Depois, bem ao estilo Bolsonaro, que fala o que pensa e deixa uma frase para como seguro político-jurídico, ele acrescenta: “se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro”. (GUEDES, 2022).

De acordo com o IELA (Instituto de Estudos Latino-Americanos), da Universidade Federal de Santa Catarina, já nos primeiros dias de mandato, o governo Bolsonaro, em 2019, defendeu que os povos indígenas deveriam ser “incluídos” na vida brasileira, ou seja, deixarem suas aldeias para se transformarem em mão de obra nas cidades, deixando suas terras, que ficariam livres para a exploração do agronegócio ou da mineração (IELA/UFSC, 2022). Vemos, pois, como já mencionado anteriormente, uma tentativa de aculturação e apagamento dos povos originários, e é importante citarmos que ela não acontece exclusivamente no governo da extrema-direita, mas é escalada nele, a partir de discursos e ações cada vez mais segregadores e violentos. Eni Orlandi, a partir de trabalhos em que refletiu sobre a questão dos povos originários (1982), o discurso das lideranças desses povos (1984) e a relação e cultura dos pataxós (1985), verificou que a partir do contato entre indígenas e brancos, acontece um silenciamento por parte do Estado, que ela especifica como Estado brasileiro branco, que atinge não somente o indígena como sujeito, mas também a própria existência dele enquanto sujeito indígena (ORLANDI, 2008). Ainda segundo a mesma autora

Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes (ORLANDI, 2008, p. 66).

Cooptado por ganância e poder, apesar da tentativa hipócrita e permanente de se mostrar um brasileiro comum e de hábitos simples, Bolsonaro, sob o manto ideológico religioso-patriota muito aceito pela sociedade conservadora do nosso país, beneficiou o capital e a si próprio em detrimento das necessidades do povo brasileiro, não entregando políticas públicas, mesmo aquelas garantidas pela Constituição, como a demarcação das terras indígenas. Sua promessa de campanha foi entregue:

nenhum centímetro foi demarcado durante os quatro anos em que esteve na presidência do Brasil (PÚBLICA, 2023a).

No início do governo, ele chegou a editar uma medida provisória (MP) transferindo a responsabilidade sobre a demarcação do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura. O Congresso, contudo, alterou a MP e transferiu a função para a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada à Justiça.

Bolsonaro, então, editou uma nova medida provisória, devolvendo a demarcação para a pasta da Agricultura. O Supremo Tribunal Federal (STF), porém, suspendeu o ato do presidente, deixando a demarcação com a Funai novamente (G1, 2020a).

Não fosse a atuação da Suprema Corte Brasileira, o cenário para os indígenas seria ainda mais catastrófico.

Conforme abordamos, para os povos originários, a situação histórica de luta e resistência pela própria existência tomou contornos dramáticos a partir da eleição da extrema-direita. Já em agosto de 2019, conscientes das dificuldades que estavam por vir, mulheres indígenas marcharam contra o governo Bolsonaro em Brasília. Sônia Guajajara, hoje ministra, foi uma das organizadoras do movimento que contou com mulheres de aldeias do Brasil e de outros países da América Latina (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Outro momento crítico para os indígenas sob a extrema-direita foi o da pandemia de Covid-19. A omissão foi tamanha, que um plano de contingência só foi criado depois que o Supremo Tribunal Federal determinou um prazo. Até o final de 2022, mais de 900 indígenas morreram da doença (PÚBLICA, 2023b).

O plano de contingência só foi homologado, parcialmente, por Barroso em 16 de março de 2021, quase um ano depois da primeira vez em que foi citado em uma ata, antes ainda da intervenção do STF. De acordo com o ministro, várias determinações feitas por ele não foram atendidas, o que demonstraria “profunda desarticulação” por parte dos órgãos envolvidos na elaboração do documento. Barroso disse ainda que decidiu homologar parcialmente a proposta já que a existência de um plano era urgente para salvar vidas (PÚBLICA, 2023b).

Além da ausência do cuidado com a população indígena na pandemia, com a mudança do governo federal, em 2023, a sociedade teve acesso à tragédia humanitária que vinha acontecendo com o povo Yanomami sob o governo de Jair Bolsonaro. A invasão de garimpeiros levou à morte de indígenas, que foram vitimados especialmente pela desnutrição e pela malária, nesta que é a maior reserva indígena

do país em extensão, situada em Roraima. As imagens chocantes de crianças, homens, mulheres e idosos, fracos e esqueléticos, tamanha a magreza, nos retornam extrema dor e profunda indignação. A respeito da situação dos yanomami em suas terras dominadas pelo garimpo, o pesquisador Paulo Basta, da Escola de Saúde Pública, afirma que

com a chegada do garimpo, a situação fica ainda mais grave porque, à medida que eles precisam percorrer maiores distâncias para encontrar caça e produtos alimentares, eles vão ter também o conflito com o garimpo que está crescendo para dentro do território. Por sua vez o garimpo, quando entra na terra indígena, tem como primeira providência provocar o desmatamento, a derrubada da cobertura vegetal. Cavam buracos, desviam o curso do rio, fazem aquelas cavas enormes para tentar retirar os minérios e o ouro. Isso promove um processo em que os animais grandes, os mamíferos, a paca, a anta, que são alimentos preferenciais de caça pros indígenas, fogem (quando não são abatidos pelo próprio garimpo). Por sua vez, o mercúrio utilizado contamina o rio, deixando menos peixes; a área de devastação reduz a terra agricultável, então a área para você fazer uma roça na comunidade fica cada vez mais restrita. Isso promove uma insegurança alimentar para essa população e aí começa a questão da desnutrição. Falta comida, realmente falta comida nesse cenário' (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2023).

Sem alimento, os garimpeiros se aproveitam da fome para envolver os indígenas, a fim de que eles lhes permitam a exploração das terras (algo que é proibido pela Constituição), seja a partir da distribuição de alimentos (os industrializados entregues aos indígenas alteram seu padrão alimentar, o que impacta negativamente e de maneira mais intensa crianças e idosos), seja com a cooptação dos jovens, a partir de promessas de enriquecimento fácil e acesso a bens que vêm da cidade, como um motor para barco ou medicamentos, por exemplo. Assim, os garimpeiros acabam por conseguir uma “autorização” dos indígenas para a exploração do seu território (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2023).

No período do governo Bolsonaro – 2019 a 2022 –, houve um aumento de 90% do garimpo ilegal em áreas protegidas (MADEIRO, 2023). Ainda segundo o mesmo autor, citando o “Mapa do Garimpo 2022”, desenvolvido pelo MapBiomias, a área de terras indígenas garimpada em 2022 foi 265% maior do que há 5 anos (MADEIRO, 2023). É preciso sublinhar que isso não aconteceria caso o Estado estivesse presente na região, por meio de políticas públicas que visassem o cuidado e o bem-estar dos povos originários. Bolsonaro foi denunciado no Tribunal de Haia pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) (G1, 2021c). “O coletivo alega que o chefe de estado cometeu crimes contra a humanidade e genocídio por ter incentivado invasão de terras indígenas por garimpeiros” (G1, 2021c).

Um estudo publicado em abril de 2023 pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) demonstrou o desmonte de órgãos responsáveis por políticas públicas indigenistas no governo da extrema-direita:

Responsável pela demarcação, monitoramento e fiscalização das terras indígenas, a Funai já tinha um orçamento insuficiente em 2019. Até 2022, perdeu quase R\$200 milhões. Também o orçamento da Sesai sofreu cortes, o que teve impacto direto sobre a saúde das comunidades. Isso em um período em que a população indígena no Brasil cresceu – 78% em 12 anos, segundo o dado preliminar do Censo 2022 (JORNAL DA USP, 2023).

É, pois, nesta dura realidade para os povos originários que “Matriarcal cunhã” é publicada em 2021 por Renata Machado Tupinambá.

Iniciando a análise da materialidade, propriamente, percebemos o significante “matriarcal”, remetendo, em oposição a patriarcal, à autoridade exercida por mulheres, seja em algum grupo ou na família. “Cunhã” aponta para “mulher jovem de origem indígena” (um dos efeitos de sentido possíveis; esse existente no dicionário) (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2023a). Assim, os dois significantes em conjunto parecem apontar para algo como “uma mulher jovem em um posto de comando”. Na cultura tupinambá, a mulher tem papel de destaque dentro da formação social da aldeia, o que não é a mesma realidade nos diferentes povos originários que habitam o Brasil. De acordo com Potyra Tê Tupinambá, seu povo é matriarcal, e o posto de maior liderança da sua aldeia é ocupado por uma mulher. Assim, toda família tem uma matriarca, que é uma anciã e é ela quem fornece o aval para as resoluções da aldeia (PORTAL GELEDÉS, 2019). Ainda de acordo com Tupinambá, “o meu povo, Tupinambá de Olivença, tem uma cacique mulher” (PORTAL GELEDÉS, 2019). Essa visão de mundo dialoga com um dos princípios do feminismo, que busca a igualdade entre homens e mulheres. Assim, percebemos na FD da poeta, além da ancestralidade e a tradição, a ideologia feminista.

A posição-sujeito é marcada já no título: quem enuncia é a própria poeta, uma mulher indígena proveniente de um povo matriarcal, o tupinambá. O significante “Aratykyra” (verso 11) confirma essa nossa percepção, visto que esse é o seu nome indígena (AMANTE, 2019). Percebemos, ainda, a poeta se apresentando de maneira metonímica para “povos indígenas”, com ênfase na figura da mulher, que, na materialidade, é quem denuncia e luta contra as violências e violações do seu povo.

A estrofe que inicia a poesia-materialidade é composta por 21 versos e é o começo de um discurso combativo de denúncia e revolta pelas violências contra os povos indígenas, narrada em primeira pessoa. Nos seis primeiros, “Vocês acham que podem me ver? | Vocês acham que podem me ver? | Sou penumbra | luminosidade | o canto do povo e sua liberdade | na mão carrego afetividade”, percebemos algumas características culturais indígenas, como a espiritualidade proveniente da crença na ancestralidade, marcada pelos significantes “sou penumbra” e “luminosidade” (versos 3 e 4).

Os conhecimentos indígenas são conectados com o mundo ancestral. A ancestralidade é o conjunto de princípios, valores, saberes e capacidade criados e deixados nos primeiros tempos da humanidade e do mundo que chegam até os tempos atuais por meio de histórias orais, mitos, rituais e cerimônias praticadas e repassadas de geração a geração. Essa conexão com o mundo ancestral se materializa permanentemente por meio da vigência da cosmovisão xamânica de pensar com e através dos espíritos das coisas, dos seres e da natureza (Kopenawa & Albert, 2015). (RIOS; SANTOS; RATTIS, 2023, p. 280)

A música, que tem grande destaque na cultura dos povos originários, é marcada pelo significante “canto” (verso 5), momento em que a poeta coloca a sua voz como a voz do seu povo em busca da liberdade: “o canto do povo e sua liberdade”.

A música tem papel de destaque na cultura das comunidades indígenas do país, sendo um importante meio de preservação de grande parte das memórias e tradições nas aldeias. A música dessas populações representa não somente a riqueza cultural das diferentes etnias, mas também um forte instrumento de socialização, promovendo conexão com a ancestralidade indígena e a natureza em suas mais variadas expressões (FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, 2022).

Percebemos, ainda, outro efeito de sentido a partir da oposição entre os significantes “penumbra” e “luminosidade” (versos 3 e 4, estrofe 1), que apontam para a luta, o embate.

Vemos os dois primeiros versos da estrofe 1, “Vocês acham que podem me ver? | Vocês acham que podem me ver?”, como um discurso intimidatório, agressivo, de combate, como se a enunciativa estivesse pronta para a luta. A ameaça é enunciada de uma maneira bastante peculiar à cultura indígena, em uma espécie de fé/crença que remete para o fantasmático, para um poder religioso indígena. A reiteração desse sentido de ameaça ocorre pela repetição (versos 1 e 2), excesso (ERNST-PEREIRA, 2009).

Nas culturas indígenas a afetividade faz parte da base ética e política (FEITOSA; BOMFIM, 2020), o que é perceptível no verso 6 (estrofe 1), “na mão carrego afetividade”. Dentro do contexto de luta percebido na poesia, vemos o significante “afetividade” deslizando para “arma”; temos então que uma “arma” da enunciativa-indígena para o combate às violências que oprimem a ela e ao seu povo é a afetividade. Além do uso do discurso poético enquanto denúncia, a afetividade é a única “arma” citada nominalmente pela enunciativa durante toda a materialidade frente às violências e violações, marcadas nos versos que seguem (7 e 9): “sou o sangue que jorra da rua, fazenda e comunidade” (verso 7) e “o meu [coração] é morto todos os dias e renasce” (verso 9). Mais uma vez a dimensão espiritual é marcada, dessa vez pelo significante “renasce”.

A sequência discursiva formada pelo verso 8, “seu coração sangra de mentira” aponta, a nosso ver, para uma crítica contundente da enunciativa a uma falsa tentativa de combate pela sociedade brasileira às opressões sofridas pelos povos indígenas, historicamente e na contemporaneidade, visto que faltam ações concretas e efetivas dos brancos que materializem uma reparação histórica bem como uma mudança de paradigma social – enquanto houver desigualdade não existe justiça.

A denúncia da violência e os aspectos religioso/espiritual e ancestral indígena são reiterados na sequência discursiva que vai do verso 12 ao 17: “então pode atirar | uma arma na minha cabeça | não foi capaz de me matar | eu disse atira, atira | não importa quantas vezes eu tombar | sempre vou retornar”. Esses versos apontam para a não morte das ideias, presente na crença da ancestralidade. Por mais que o corpo físico seja violado e violentado, o pensamento indígena acompanhará as gerações futuras, ele não morrerá, pois é ancestral – “não importa quantas vezes eu tombar, sempre vou retornar”. Remetem, ainda, à persistência e não aceitação à subjugação capitalista e branca. Ao pensarmos no verso 12, vemos mais uma vez a enunciativa intimidando o seu oponente/inimigo, nesse caso a ideologia dominante, à revelia da desproporcionalidade das forças: “então pode atirar”.

Os saberes ancestrais não provêm somente das vidas que nós ocidentais pensamos serem humanas. Eles nos chegam de todas as formas de vida que estão entre nós ou estiveram antes de nós onde agora estamos: vidas minerais, vidas vegetais, vidas animais, vidas espirituais, vidas... que incluem aqueles que muitas vezes designamos como mortos. A sabedoria ancestral nos aponta que não há morte, mas vida em variação. Vida que se faz como

chão, como ar, como sonho, como rede (OLIVEIRA JÚNIOR; WUNDER, 2020, p. 18).

A falta de paridade econômica entre o capital e os indígenas mostra uma luta extremamente desigual aos povos originários, e, a partir disso, a não modificação histórica de uma realidade de dificuldades e violações que esses povos vivenciam cotidianamente.

É com o avanço das formas capitalistas de exploração do campo brasileiro que a relação entre indígenas, lavradores, quilombolas vive constantes ameaças de expropriação e reprodução das formas de rompimento com seu principal meio de reprodução da vida: a terra. Temos inúmeros casos na realidade brasileira de expulsão de populações ribeirinhas, tradicionais, quilombolas, pesqueiras pela ação predatória do grande capital nas investidas dos grandes empreendimentos (hidrelétricas, barragens, exploração de minérios, de madeira, entre tantos outros) (SILVA, 2018, p. 484).

Um outro efeito de sentido que percebemos para o significante “arma” (verso 13) aponta para o acesso crescente que aconteceu a partir de leis mais brandas sob o governo Bolsonaro, cujos interesses opunham-se frontalmente aos dos povos originários. “[...] Quase 800 indígenas foram assassinados entre 2019 e 2022” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2023).

Nos versos que seguem (18 e 19), “sou as marcas da violência | sou a cicatriz de viver”, a enunciadora continua a denunciar as violações de direitos sofridas por ela e por seu povo. Acreditamos que sua voz carrega as vozes da comunidade, pela coletividade característica dos povos originários (FEITOSA; BONFIM, 2018). A violência presente nesses versos parece constituir o ser indígena, a partir do significante “sou”. A repetição/excesso (ERNST-PEREIRA, 2009) a cada início de verso, reforça essa ideia: “sou” / trago em mim a violência, a cicatriz de um (não) “viver”.

Na sequência, os versos 20 e 21, “sou o espelho da justiça da terra | não da igreja”, temos no verso 21 a ácida recusa à doutrinação religiosa cristã (“não da igreja”), que teima em se sobrepôr à cultura ancestral destes povos desde a invasão colonial e a tomada de posição quanto à justiça buscada pelos indígenas, a da posse da terra; como dito pela Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a “retomada do território tradicional” (GOV.BR, 2023b).

O significante “terra” (verso 20) pode apontar, ainda, apesar da grafia com letra inicial minúscula, ao cuidado com os recursos naturais que regem a vida no planeta Terra, conceito basilar nas culturas indígenas.

Em continuação à análise, tomaremos como sequência discursiva a estrofe 2 (versos 1 a 13):

Estrofe 2

1. sou tempestade que vai destruir o concreto
2. e os frios olhares da cidade
3. não sou o sono dos justos
4. não durmo
5. sobrevivo por todos prisioneiros do afeto
6. sou todos que sentem dor, amor, raiva, compaixão
7. sou quem caça os senhores de escravos
8. sou todos que queimam e explodem nos cemitérios
9. [clandestinos da omissão
10. exterminam e comem gente viva
11. acham que podem costurar o tamanho da ferida?
12. esperam que sejamos passivas, calmas, obedientes,
13. [silenciosas

Nos dois primeiros versos da SD (1 e 2, estrofe 2), “sou tempestade que vai destruir o concreto | e os frios olhares da cidade”, a enunciadora utiliza a metáfora de um fenômeno da natureza, a “tempestade”, para apontar a força do seu povo na luta pelas pautas indígenas e contra o capital, poderoso financeira e politicamente. Os significantes “destruição do concreto” (presentes no verso 2) remetem, a nosso ver, à destruição do modo de viver do homem branco, individualista e apegado ao dinheiro acima de tudo; ainda, ao desejo de comunhão com a natureza e a preservação dos recursos naturais, que deveriam ser primordiais a eles como são aos povos originários, visto sua necessidade para a existência humana. Assim, pela “destruição do concreto”, a ótica indígena de vida se sobreporia à visão capitalista, vigente na cidade – local onde estão os governos, responsáveis pela definição de futuros. A

escolha lexical do significante “tempestade” demonstra, ainda, a simbiose, a forte ligação entre os povos indígenas e a natureza.

Ainda, somos levados pela memória discursiva à oposição do que geralmente ocorre, que é a tomada dos territórios naturais pelo concreto da cidade, cantada por Lô Borges na canção “Ruas da cidade”, de 1978, no LP Clube da Esquina 2:

Guaicurus Caetés Goitacazes

Tupinambás Aimorés

Todos no chão

Guajajaras Tamoios Tapuias

Todos Timbiras Tupis

Todos no chão

A parede das ruas

Não devolveu

Os abismos que se rolou

Horizonte perdido no meio da selva

Cresceu o arraial

Passa bonde passa boiada

Passa trator, avião

Ruas e reis

Guajajaras Tamoios Tapuias

Tupinambás Aimorés

Todos no chão

A cidade plantou no coração

Tantos nomes de quem morreu

Horizonte perdido no meio da selva

Cresceu o arraial (LETRAS, 2023).

Dando sequência, percebemos nos versos 4 e 5 (estrofe 2), a denúncia do sofrimento cotidiano imposto ao povo indígena, a partir dos significantes “não durmo” e “sobrevivo”: “não durmo | sobrevivo por todos prisioneiros do afeto”. A solidariedade

também aparece neste verso (“sobrevivo por todos [...]”) e é intensificada na sequência (versos 6 a 9), “sobrevivo por todos prisioneiros do afeto | sou todos que sentem dor, amor, raiva, compaixão | sou quem caça os senhores de escravos | sou todos que queimam e explodem nos cemitérios | [clandestinos da omissão]”. Assim, a enunciadora expande sua denúncia, que deixa de abordar apenas as violências contra o seu povo, para colocar em lume outras populações minorizadas, como os negros – “sou eu quem caça os senhores de escravos” (verso 7).

Os significantes “sou todos que queimam e explodem nos cemitérios [clandestinos da omissão]”, nos levam, pela memória discursiva, às mortes (“cemitérios clandestinos”) ocorridas nos territórios indígenas, ribeirinhos, nas favelas e periferias, locais onde a presença do Estado não é suficiente ou sequer existe (“omissão”), ou seja, cemitérios clandestinos que só existem pela ausência do Estado.

O próximo verso, “exterminam e comem gente viva”, que vem logo na sequência e se liga ao anterior pela “omissão”, nos leva, a partir da memória discursiva, a pelo menos dois efeitos de sentido. O primeiro aponta para uma crítica à “civilização moderna” branco-capitalista, com ironia: na memória discursiva atribui-se ao indígena a característica de primitivo, incivilizado, por conta do canibalismo, sendo que é a civilização branca do capital que “devora gente viva”, seja pela exploração, seja pela expropriação, aculturação ou extermínio.

Um outro sentido aponta para Jair Bolsonaro. O significante “extermínio” remete para a inação prometida e cumprida por seu governo quanto a políticas públicas de proteção aos povos originários, para a falta de demarcação de terras e a ausência de proteção das florestas. Além disso, no governo da extrema-direita o que se viu foi a perseguição daqueles que defendiam os indígenas e os recursos naturais, a Amazônia: cientistas, ativistas de direitos humanos, funcionários públicos, entre outros. O professor Ricardo Galvão, que dirigia o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) desde 2016, por exemplo, foi exonerado pela discordância de Bolsonaro com informações apresentadas sobre o aumento do desmatamento na Amazônia (EXAME, 2019). Ainda, a morte, em 2021, de Dom Phillips e Bruno Pereira, o primeiro, jornalista investigativo, e o outro, indigenista, funcionário licenciado da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) que prestava serviços de consultoria à União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (CONJUR, 2022).

Os três últimos versos da estrofe 2 (11, 12 E 13), “acham que podem costurar o tamanho da ferida? | esperam que sejamos passivas, calmas, obedientes, | [silenciosas” parecem se conectar ao anterior (“exterminam e comem gente viva”), em nossa leitura. Assim, é uma crítica da enunciadora à imagem construída de objetificação da mulher, a partir do discurso de cunho sexual do ex-presidente (“comer gente”). Ainda, rejeita e critica o discurso patriarcal e machista, comum no interdiscurso brasileiro, de que a mulher deve ser passiva, calma e obediente. A crítica da poeta demonstra mais uma vez a sua filiação à ideologia feminista.

A estrofe 3 é formada por apenas dois versos/duas sequências discursivas, “mulheres não são humanas | são onças, serpentes, águias” (versos 1 e 2). Percebemos no verso 1, “mulheres não são humanas”, mais uma vez a busca linguageira pela expressão da dimensão espiritual, que é basilar nas culturas dos povos originários. No verso 2, a reiteração da simbiose entre indígenas e natureza: “são onças, serpentes, águias”. Esses significantes parecem apontar para características destes animais percebidas pela enunciadora nas mulheres indígenas, como a força (“onça”) e a liberdade (“águias”). Chamamos a atenção para o verbo “ser” na terceira pessoa do plural do presente do Indicativo, “são”, pois com essa escolha lexical a enunciadora marca não apenas a si mesma como vinha acontecendo anteriormente com o uso do verbo na primeira pessoa do Indicativo (“sou”), o que amplia essas características a todas as mulheres. Ao afirmar que “mulheres não são humanas”, nos preocupa a romantização das dificuldades impostas à mulher, que por ser sobre-humana, aguentaria. Compreendemos, porém, que a poeta o faça, provavelmente, pela necessidade de afirmação de um simbolismo de força ante a subjugação tentada a todo tempo pela sociedade capitalista.

Outro sentido possível para a estrofe 3 é a exibição pela enunciadora do discurso do outro (misógino) e depois, com o verso seguinte (“são onças, serpentes, águias), reinscreve a mesma formulação (“mulheres não são humanas) numa outra FD (indígena), na qual o humano não é um ser especial, apartado dos outros seres vivos da natureza.

Nas duas estrofes que seguem, 4 (penúltima, versos 1 a 3) e 5 (última, versos 1 a 13) percebemos a reiteração da filiação feminista presente na FD da poeta ao se colocar combativa, ao não aceitar a desigualdade de gênero: “não faço o que querem

| sou devota do que desejo” (versos 2 e 3 da estrofe 4) – é interessante o deslocamento do significante “devota”, geralmente ligado ao discurso religioso para outra FD –, “difícil de seduzir ou induzir” (verso 1, estrofe 5). Ainda, em algumas vezes a partir da metáfora com elementos da natureza (simbiose presente na cultura indígena), como em: “eu sou um animal não domesticado” (verso 1); “eu teço a teia dos sonhos”; “sou [...] árvore antiga de pé” (verso 5). Esse último, apontando ainda para a ancestralidade, marcada pelos significantes “árvore antiga”.

A dimensão espiritual é retomada na última estrofe em: “sou a fé que carregam no peito [...]” (verso 6, estrofe 5), “eu compartilho encantaria | é preciso saber me invocar” (versos 8 e 9, estrofe 5) e “eu estou fora do tempo” (verso 11, estrofe 5), efeitos de sentido marcados pelos significantes “fé”, “encantaria”, “invocar” e “fora do tempo”. Um outro sentido que percebemos nos significantes “fora do tempo” apontam para a pressa, a urgência em mudar a visão que temos sobre a vida no planeta como conhecemos atualmente, moldado pelo capitalismo, sentido marcado pelo verso 10 da última estrofe, a 5, “para fazer o mundo como conhece desabar”. A resistência e luta indígena não se referem apenas à sobrevivência de seu povo, mas da humanidade, entretanto, não encontra eco na sociedade capitalista, cooptada pelo consumismo, apesar dos recursos naturais finitos e das mudanças climáticas que têm cobrado da população, especialmente as mais vulneráveis economicamente, um alto preço: enchentes cada vez mais devastadoras no Brasil, calor extremo na Europa, incêndios de proporções mortais no Havaí, entre outros; todos os eventos ocorridos só neste ano de 2023. De acordo com Krenak (2020a, p. 61-62),

o sistema capitalista tem um poder tão grande de cooptação que qualquer porcaria que anuncia vira imediatamente uma mania. Estamos, todos nós, viciados no novo: um carro novo, uma máquina nova, uma roupa nova, alguma coisa nova. Já disseram: “Ah, mas a gente pode fazer um automóvel elétrico, sem gasolina, não será poluente”. Mas será tão caro, tão sofisticado, que se tornará um novo objeto de desejo. Nós sabemos que precisamos renunciar às coisas que estão estragando a nossa vida no planeta, o problema é que as pessoas querem renunciar a elas por outras coisas mais novas e bonitas. Será que teriam coragem de simplesmente instalar um motor elétrico naquele carro que já existe?

Krenak (2022) cita na sua obra “Futuro Ancestral”, palavras da professora Conceição Evaristo, em que ela afirma que a sociedade acha mais fácil acabar com o mundo do que com o capitalismo. Neste contexto, e de maneira aplicada, reiteramos a necessidade da formação política de forma à compreensão crítica de interesses e

ideologias. Essa lacuna confere à ideologia dominante o controle social, a partir da emissão de discursos moldados a seus interesses no interdiscurso, que reiterados se tornam (falsas) transparências na memória discursiva da sociedade. A compreensão de que pela ganância de pouquíssimos donos do capital a humanidade poderá ser extinta é uma urgência do nosso tempo, e já há tempos denunciada, posta, esbravejada pelos povos originários, sem escuta.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra dos centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2020b, p. 14).

Retomando nossa análise, tomamos os dois últimos versos (12 e 13): “não tenho tempo | tenho uma faca apontada para os meus olhos”. Em nossa leitura, o verso 12 remete à iminência, à urgência da ação de defesa, da necessidade vital de resistência da mulher indígena (metonimicamente o povo indígena), contra todas as violências e violações citadas anteriormente, nascidas do capitalismo, pela luta por seus territórios, por sua terra, e pela Terra de todos nós; efeito de sentido que emerge dos significantes “tenho uma faca apontada para os meus olhos”.

Tomando, pois, a escrita como campo de combate, “Matriarcal cunhã” é arma de denúncia e luta contra o capitalismo que tem determinado ao longo da história, posições sociais e econômicas, hierarquização, submissão, e, no limite, o apontamento daquele que é considerado humano e aquele que não é, quem deve viver e quem deve morrer, sempre pela ótica de seus próprios benefícios, um colonialismo sempre-aqui.

A partir do exposto, a luta do povo indígena parece estar longe de acabar. A tese jurídica do Marco Temporal “[...] segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023) foi rejeitada no mês de outubro de 2023 pelo Supremo Tribunal Federal, o que foi uma vitória para os povos originários. Em contraofensiva, uma semana depois, o Senado aprovou um projeto que utiliza essa mesma tese como regra para as demarcações;

projeto que já havia sido aprovado pela Câmara de Deputados e segue, na sequência, para sanção da presidência da república (G1, 2023a). Desta feita, em um Congresso com presença de parlamentares ligados direta ou indiretamente ao agronegócio/bancada ruralista, ao garimpo e à mineração (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022), na Câmara e no Senado, e forte lobby desses estratos endinheirados do capital, o embate tende a se estender.

Já finalizando, em nosso gesto de leitura, a poesia-materialidade coloca em lume a ideologia patriarcal, tão incomum na sociedade capitalista, o que por si só já é importante discussão e grande simbolismo. Ainda, a denúncia combativa e corajosa de uma mulher/um povo que aponta o dedo na cara da sociedade e diz que não tem medo da luta e, dentro dessa realidade de cruza, usa a ancestralidade, a coletividade e a religiosidade para o embate.

Luta tecida de vozes muitas e saber ancestral, que, a despeito do capital, jamais morrerão: “não importa quantas vezes eu tombar | sempre vou retornar”.

3.3 ANÁLISE 3 – DE AIA A UNIVERSITÁRIA: OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE SABER E PODER PELAS MULHERES NEGRAS

3.3.1 Sobre a poeta

A poeta Elizandra Souza nasceu na periferia de São Paulo em 1983 e cresceu em uma pequena cidade da Bahia. De volta a São Paulo, em 1996, inicia seu diálogo com a cultura hip-hop. Era frequentadora dos Saraus da Cooperifa⁷ e participou do jornal Becos e Vielhas, cujo objetivo era fornecer visibilidade à cultura periférica. Em 2006, ingressa no curso de jornalismo. É criadora da fanzine de poesia “Mjiba”, que circulou entre 2001 e 2005.

A poesia, para a autora, é uma forma de demonstrar sua condição étnica e de gênero, sem precisar usar tais termos. Consciente da herança escravocrata das

⁷ A Cooperifa - Cooperativa Cultural da Periferia, foi idealizada pelo poeta Sérgio Vaz, no ano 2000, a fim de aglutinar artistas da periferia no desenvolvimento de atividades culturais em locais como praças, galpões e bares (FOLHA ONLINE, 2005).

mulheres negras e o peso do entrelaçamento entre discriminação de classe, gênero e etnia, compreende e vivencia as dificuldades de sua condição de mulher preta, seja pelo pouco espaço para a publicação dos seus livros, seja pelo pouco reconhecimento em saraus; de modo contrário ao que ocorre com os homens, sempre incentivados a sonhar o mais alto possível (LITERAFRO, 2022).

3.3.2 “Universo das saias”, de Elizandra Souza

Universo das saias

Elizandra Souza

1. Saias!
 2. Saia!
 3. Aia!
 4. De saias, elas despem as aias!
 5. Arrumam o turbante
 6. Sai com os olhos brilhantes...
 7. Despedem da mucama...
 8. Com um tapa estralado na face da Sinhá!
 9. Ela passou de Aia a universitária!
 10. Saiu dos cômodos do lar para os caminhos das alamedas
 11. Saia, que a mulher de saias, além de passar, permanecerá
- (HOLLANDA, 2021b, p. 60)

E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas

fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2017, p. 13)

É sob Conceição Evaristo que começamos. Ela, mulher preta, de origem pobre, que pela educação tornou-se professora universitária e uma das escritoras contemporâneas mais importantes do nosso país. Gostaríamos de salientar que de maneira alguma estamos romantizando as dificuldades impostas pelo capitalismo às mulheres, especialmente as negras, nem nosso discurso se refere ao absurdo da falácia meritocrática. Conceição, chamada aqui pelo nome, tão próxima a nós pelo contato com sua obra, aborda nessa poesia sonhos, sonhos delas, mulheres negras, sentido marcado pelo pronome possessivo “nossos”. Sonhos, apesar das dificuldades que se impõem historicamente a elas – “lágrimas” que “fertilizam a terra”. Elas, “negras sementes que resistem”, e que produzem um novo amanhecer de “esperança” ao germinarem; “esperança” que pela metáfora compreendemos como mudança.

Em 2021, as mulheres negras eram o maior grupo presente nas universidades públicas do país, (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021c), resultado de seus esforços ante todas as adversidades-herança promotoras da desigualdade social (ideologias capitalista, colonial e patriarcal), e, sublinhe-se, de ações afirmativas, como a Lei nº12.711 de 2012 – Lei de Cotas (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

É nesse contexto de desigualdade social, atravessado por marcadores de gênero e raça/etnia que a educação é a esperança de mobilidade social, o “sonho” que trazemos nas palavras de Conceição.

Iniciando propriamente a análise, o título da poesia, *Universo das saias*, remete, pelo interdiscurso, a um lugar de mulheres ou de coisas de mulheres, cuja marcação de gênero ocorre a partir do significante “saias”. Essa vinculação saias/mulheres é, de certa forma, uma contradição à natureza feminista da antologia, que pretende afastar as produções nela presentes do rótulo de “poesia feminina”, constituído historicamente como expressão de delicadezas. Percebemos, assim, o efeito de estranhamento. Ernst-Pereira (2009, p. 5) afirma que o estranhamento é uma

[...] estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do êx-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia do significante, marcando uma desordem no enunciado.

O efeito de sentido “feminina/delicada”, a partir dos significantes “saias” e/ou “saia”, ambos substantivos no plural e singular, respectivamente, demonstra o efetivo trabalho da ideologia, que cria uma (falsa) transparência de sentido (há saia, há mulher/ mulheres usam saia/ saia é uma roupa de mulher), onde existe opacidade, mesmo no discurso de alguém (a poeta) que faz parte de um espectro mais progressista da sociedade.

O primeiro verso da poesia é composto apenas pelo significante “saias”, que pode ser interpretado como a forma verbal do presente do subjuntivo na segunda pessoa do singular (saias), ou como substantivo (singular ou plural) “saia(s)” (peça(s) do vestuário, habitualmente associado(s) às mulheres). Ao juntarmos esses dois efeitos de sentido, percebemos um terceiro: a expressão de exortação “saia, mulher/saiam mulheres!” (gênero marcado pelo substantivo “saia(s)”).

O deslize de sentido do significante “saias”, do substantivo para o verbo, denota um efeito de sentido de ordem ou clamor para que a mulher se mova, saia de onde está – lugar historicamente construído, e ainda hoje, onde existe um processo contínuo da sociedade para subjugar-la. O ponto de exclamação que acompanha o significante “saias” reforça essa percepção da ordem/clamor e contribui para o sentido de ênfase, urgência e/ou de grito.

No segundo verso, a poeta utiliza o significante “saia”. Mais uma vez temos a possibilidade de deslizamento de sentido entre o verbo “sair”, dessa vez na terceira pessoa do imperativo afirmativo (saia) e o substantivo “saia”. De forma semelhante ao primeiro verso, ao pensarmos nas duas possibilidades de significado em conjunto percebemos o efeito de sentido “saia, mulher”, dessa vez direcionado especificamente a uma mulher, não mais às mulheres, como se a poeta tivesse uma interlocutora específica em vista ou como se tentasse falar de forma mais próxima e dirigida do que no verso anterior. O ponto de exclamação, também usado no segundo verso acompanhando o significante “saia”, proporciona uma imagem de clamor, ordem, ênfase, urgência e/ou grito para que essa mulher saia de onde está.

O terceiro verso, como os dois anteriores, é constituído de apenas um significante, o substantivo feminino “Aia”, acompanhado do ponto de exclamação, que mais uma vez fornece a noção de ênfase, urgência e clamor. Aias são mulheres que cuidam da educação e criação de crianças de famílias ricas ou nobres. Em nossa percepção, esse verso se conecta com o anterior (segundo), apresentando uma noção de continuidade ao nomear aquela que deve sair/mudar de lugar: a aia. Percebemos aqui a ação da memória discursiva, pois historicamente no Brasil as aias são mulheres negras (AGÊNCIA BRASIL, 2022), como é negra, também, a autora do poema. Pensamos ser relevante citar, que existe no dicionário a forma masculina “aio”, pouco usual no interdiscurso e, assim, apagada da memória discursiva mediante o trabalho da ideologia, permanecendo o sentido dominante que restringe apenas às mulheres as atividades domésticas.

O quarto verso, “De saias, elas despem as aias!”, remete ao movimento, à ação das mulheres (gênero marcado pelo significante “saias”) que tiram as roupas de aias, ou seja, saem do lugar social de cuidadoras dos filhos das elites, constituído social, histórica e ideologicamente como aquele que a mulher preta deve ocupar. O ponto de exclamação remete a um grito de resistência ao que estava posto (o lugar de submissão, do não sonhar, da imobilidade social), e, também, de alegria, esse último marcado discursivamente na poesia pelos versos que aparecem na sequência: “Arrumam o turbante | Sai com os olhos brilhantes”.

Em “Arrumam o turbante” percebemos a expressão da cultura negra, visto que o turbante é um símbolo da ancestralidade africana. O verbo “arrumam”, utilizado pela poeta na terceira pessoa do plural, proporciona um efeito de sentido que aponta que o acontecimento ocorre com mais de uma mulher, ou seja, que mulheres negras naquele momento histórico da escrita da poesia tinham a oportunidade de sair do lugar de aias.

Em nosso gesto de leitura, o sexto verso “sai com os olhos brilhantes” tem conexão com o anterior na construção de um efeito de sentido que aponta para um orgulho étnico/racial, ao mesmo tempo em que remete ao brilho no olhar de quem está saindo de um lugar pré-determinado pelo patriarcado à mulher, especialmente a preta. O patriarcado, segundo Tiburi (2020), representa uma estrutura presente na sociedade que a organiza e, a partir disso, favorece alguns e obriga outros a se

submeterem a ele, sob pena de violência e morte. De acordo com o pensamento de Saffioti (2015), no patriarcado os homens dominam as mulheres, e neste contexto, existe uma banalização da violência, percebida, tolerada e, por vezes, incentivada socialmente enquanto forma de expressão da força e dominação masculina sobre elas.

No sétimo verso “Despedem da mucama...” o verbo “despedir” conjugado na terceira pessoa do plural aponta para um efeito de sentido que assinala a troca de papéis das mulheres pretas deixando o lugar, historicamente constituído, de servidão. Neste contexto, o substantivo “mucama” indica, a partir da mobilização da memória discursiva/interdiscurso, o período da escravidão no Brasil, pois as mucamas eram as criadas negras ou escravas desse período.

O oitavo verso “Com um tapa estralado na face da Sinhá!”, aponta para uma espécie de retribuição da violência a que os negros foram submetidos no passado e ainda hoje; não apenas física, mas toda forma de subjugação, de preconceito, de falta de oportunidades, de desigualdade social, de falta de acesso e/ou permanência na educação – herança do passado escravagista brasileiro. O adjetivo “estralado” que acompanha o substantivo “tapa”, remete à força de uma violência que é retribuída, ao produzir o efeito de sentido do som alto, proveniente da agressão física. Parece demonstrar a ferida da escravidão, ainda aberta e sangrando na sociedade brasileira, e suas consequências devastadoras para o povo negro, especialmente para as mulheres negras; consequências estas que se materializam na desigualdade social e na segregação. É preciso observar neste verso em específico, o papel do patriarcado e do machismo agindo na disseminação de uma ideologia em que as mulheres devem competir entre si e se voltarem umas contra as outras – uma transparência ideológica que ainda hoje vigora. Há estranhamento (ERNEST-PEREIRA, 2009), afinal, a poeta se volta contra a sinhá e não contra o senhor. E, colocando em perspectiva as diferenças de tratamento, ou seja, guardando as devidas proporções entre a aia e a sinhá, a última era também subjugada pelos homens – os senhores.

Já caminhando para o final da poesia, no nono verso “Ela passou de Aia a universitária!”, o ponto de exclamação fornece o tom de celebração pela oportunidade dessa mulher preta chegar à universidade, pois em um país desigual como o Brasil, cursar o ensino superior é uma das poucas formas de mobilidade/ascensão social.

Análise de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua Anual mostra que as mulheres negras eram em 2019 (dois anos antes da publicação da antologia) o grupo mais numeroso nas universidades públicas brasileiras – 27% dos estudantes do ensino superior (ANDIFES, 2021). Mas, é preciso dizer que apesar de alguns avanços no acesso das pessoas negras à universidade, no ENEM de 2021, ano ainda afetado sobremaneira pela pandemia de Covid-19, houve redução de 7,5 pontos percentuais na participação deste público nesta avaliação que é a porta de entrada ao ensino superior (CNN BRASIL, 2021). Quanto à permanência dos alunos nas universidades, a política de sucateamento, gestada e executada pela gestão federal de extrema-direita por meio dos constantes e grandes cortes de verbas da educação, tem feito com que o sonho da graduação e pós-graduação finde para os jovens das classes menos abastadas da sociedade, que dependem das políticas públicas de assistência estudantil para permanecerem estudando (TAB UOL, 2022).

A escolha do verbo “passar” na primeira pessoa do singular – “passou” – retoma, a partir da memória discursiva, a construção “passou no vestibular/passou no ENEM”, ao mesmo tempo em que pode se deslocar e parece demonstrar a transformação de um sujeito em outro – ela era aia e agora é universitária – dores de um passado e presente que podem ser modificados pela perspectiva de um futuro diferente, a partir do acesso à universidade.

O efeito de contraste temporal entre os referentes “aia”, “mucama” e “sinhá” com o referente “universitária” fornecem um efeito de sentido que aponta para um passado escravocrata ainda muito presente na contemporaneidade brasileira. Um estranhamento é, assim, provocado pela simultaneidade de duas temporalidades distintas e distantes, que, mesmo com a incompatibilidade, fazem sentido ao pensarmos nas condições históricas que determinam o nosso tempo presente.

Na sequência, o verso “Saiu dos cômodos do lar para os caminhos das alamedas” parece fornecer continuidade à construção do simbólico iniciado no verso anterior – ela, a mulher negra, não é mais aia (“saiu dos cômodos do lar”), ela é hoje uma universitária (“para o caminho das alamedas”). Neste verso, a poeta volta a abordar uma mulher em específico, mesmo que não a cite nominalmente (verbo “sair” na terceira pessoa do singular). Pensamos se tratar dela própria, por sua trajetória da periferia ao jornalismo (LITERAFRO, 2022).

Os significantes “caminho das alamedas” parecem remeter a dois efeitos de sentido. O primeiro, de uma estrada arborizada que se percorre, local que se assemelha aos campi universitários. O segundo efeito aponta para o futuro: novos caminhos, novas possibilidades de vida que podem surgir pelo ingresso dessa mulher no ensino superior.

Encerrando a poesia, no último verso, “Saia, que a mulher de saias, além de passar, permanecerá”, a poeta utiliza o imperativo afirmativo do verbo “sair” – “saia”, ordenando a alguém não explicitado nominalmente (o efeito de sentido nos leva ao simbólico “homem branco”) que saia, visto que esse lugar pertence a uma certa mulher preta (singular). Mais uma vez a autora procura especificar/marcá-la com o artigo “a” uma certa mulher, aquela que “arruma o turbante”, ou seja, a mulher preta, possivelmente ela mesma. O não retorno à realidade anterior, de aia, é marcado discursivamente quando a poeta diz que “a mulher de saias, além de passar, permanecerá”. O efeito de sentido, assim, aponta para o desejo de permanência da mulher preta nesse lugar, a universidade, que antes era ocupado majoritariamente por homens brancos em seu privilégio étnico-racial e de gênero.

Dentro do exposto, é impreterível a luta pela ampliação de políticas públicas educacionais de reparação, como a Lei de Cotas, para o acesso das mulheres pretas e periféricas aos espaços de conhecimento – as universidades, a fim de que possam, futuramente, ter maiores chances de ocupar, também, espaços de poder.

O antirracismo só será uma realidade no Brasil quando as desigualdades econômico-sociais forem mitigadas. Ele está ligado sobretudo à luta de classes, mais do que apenas ao respeito à especificidade étnico-racial – o mínimo esperado em uma relação social harmônica e respeitosa entre sujeitos.

3.4 ANÁLISE 4 – A DESIGUALDADE PARIDA PELO CAPITALISMO E O NASCIMENTO DA MULHER PETRIFICADA

3.4.1 Sobre a poeta

A quarta poesia que escolhemos para análise é de Cecília Floresta, mulher afrodescendente (EDITORA URUTAU, 2023), escritora, editora e tradutora, nascida

em São Paulo, capital, no ano de 1988 (HOLLANDA, 2021b). Cecília é pesquisadora de “narrativas e poéticas iorubás, macumbárias, lesbianidades e literaturas insurgentes” (HOLLANDA, 2021b, p. 239).

idade da pedra havia sido publicada inicialmente na sua obra “poemas crus” (Editora Patuá, 2016) (HOLLANDA, 2021b).

3.4.2 “idade da pedra”, de Cecília Floresta

idade da pedra

Cecília Floresta

Estrofe 1

1. a mulher que caminha na pedra
2. carrega muito mais que peso
3. enfrenta desafios
4. cidades esquinas
5. asfaltos & chãos de terra batida

Estrofe 2

1. a mulher que caminha
2. sai à procura da comida
3. que os seios pros filhos seus
4. não pôde dar sem luta

Estrofe 3

1. caminha no silêncio da pedra
2. a mulher que desconfia & grita
3. sem nem conhecer o porquê
4. de tamanho silêncio

5. ou a qualidade robusta
6. que lhe saltam aos olhos
7. em dias ou não de chuva

Estrofe 4

1. a mulher que pela pedra caminha
2. não se lasca com qualquer parede
3. avança vozeia & grita
4. pelo alimento necessário das crias
5. que ardem de fome à revelia

Estrofe 5

1. a mulher de pedra caminha
2. afronta protesta & uiva
3. tem pelos longos cabelos
4. desgrenhados poréns
5. valiosas dúvidas
6. & dívidas muitas dívidas
7. que jamais foram suas (HOLLANDA, 2021b, p. 177-178)

[...] Os seres humanos são animais mamíferos, bípedes, que se distinguem dos outros mamíferos como as baleias, ou bípedes como a galinha, principalmente por duas características: o telencéfalo altamente desenvolvido e o polegar opositor. [...] Aquilo que foi considerado impróprio para a alimentação dos porcos será utilizado na alimentação de mulheres e crianças. Mulheres e crianças são seres humanos com telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e nenhum dinheiro⁸.

⁸ *Ilha das Flores* é um curta-metragem, de 1989, que demonstra como o capitalismo produz desigualdade, fome e miséria, tendo como pano de fundo a ilha homônima, situada em Porto Alegre-RS. O filme, escrito e dirigido por Jorge Furtado, foi eleito em 2019 “[...] como ‘o melhor curta-metragem brasileiro da história’ pela Abraccine (Associação Brasileira de Críticos de Cinema) [...]” (CENTRO DE CRÍTICA DA MÍDIA, 2022).

Tomamos, inicialmente, a epígrafe que escolhemos para abrir essa análise. Carregada de sarcasmo e crítica, demonstra a desumanização de mulheres e crianças, provavelmente seus filhos, promovida pelo capitalismo, gerador de desigualdades. Assim, apesar das mulheres possuírem “o telencéfalo altamente desenvolvido e o polegar opositor”, características humanas de superioridade e que as distingue dos outros animais, elas não têm nenhum dinheiro.

O documentário/curta-metragem começa com a produção do tomate – plantação, colheita e venda. A compra dele é realizada por uma vendedora de perfumes, que ao cozinhar um molho para a refeição de sua família constata que ele está meio podre e o considera impróprio para consumo, o descartando logo em seguida na lixeira. Daí em diante o documentário mostra o caminho percorrido por este tomate até a sua chegada à Ilha das Flores, local onde o lixo de Porto Alegre era depositado na época, 1989. A partir do descarregamento do lixo em um terreno na ilha pertencente a um dono de porcos, dotado de “telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e muito dinheiro”, seus funcionários escolhem os alimentos de origem orgânica em melhor estado para a alimentação da criação. Posteriormente, o que resta do lixo e que está em pior condição de consumo é jogado em um terreno de chão de terra batida cercado, também pertencente ao dono dos porcos. Então, a porteira é aberta por funcionários dele para que pequenos grupos de mulheres e crianças entrem, um de cada vez e por tempo determinado, e escolham dentre o que foi considerado impróprio à alimentação dos porcos, que “sequer têm o polegar opositor”, a alimentação que irão consumir. O curta demonstra, assim, com uma crueza cortante, a tragédia (re)produzida pelo capitalismo, que desumaniza pelas desigualdades que impõe para sua bonança.

Esta história real de 1989 poderia muito bem ter se passado em muitos lugares do Brasil de 2021. Segundo a Oxfam Brasil (2023), a fome tem gênero e cor no nosso país, e atinge em cheio as mulheres pretas:

Uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pardas e pretas no Brasil sofre com a fome (20,6%) – o dobro em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas (10,6%). A situação é ainda mais grave quando se leva em conta o gênero: 22% dos lares chefiados por mulheres

autodeclaradas pardas e pretas sofrem com a fome, quase o dobro em relação a famílias comandadas por mulheres brancas (13,5%). (OXFAM BRASIL, 2023b).

É, pois, nesse contexto de desigualdade, que atravessa de maneira interseccional gênero e raça/etnia, que a poesia-materialidade é republicada.

A partir do abordado e com os olhos na materialidade discursiva, ao refletirmos acerca dos significantes “idade da pedra”, título da poesia, somos levados, inicialmente, pela memória discursiva, ao período da Pré-História, momento em que os seres humanos começaram a criar ferramentas de trabalho e armas a partir da pedra. Ao seguirmos a leitura e termos contato com o primeiro verso, “a mulher que caminha na pedra”, um novo efeito de sentido se forma. Em nossa percepção, o título se interliga a ele e esse novo efeito de sentido aponta para “uma idade/período dura(o) e/ou uma idade em que muitas dificuldades se apresentam para a mulher”. O adjunto adverbial “na pedra” marca um ambiente hostil pelo qual esta mulher transita. Existe, pois, no interdiscurso, o efeito de sentido de que algo “duro” é algo difícil/sofrido.

Na primeira estrofe, os versos apontam, em conjunto com o título, como já citado, para “um certo momento, uma certa idade (nesse momento ainda não é possível saber que idade é essa que a poeta aborda) em que existem dificuldades para a mulher, que “carrega mais que peso”, “enfrenta desafios, cidades, esquinas, asfaltos ou chãos de terra batida”. Um efeito de sentido possível nesse momento aponta para as dificuldades dessa mulher em diferentes períodos de sua vivência.

Os significantes “asfaltos ou chão de terra batida” remetem a diferentes locais em que essa mulher precisa transitar no seu cotidiano, em um contexto de desigualdade econômico-social que é realidade no Brasil. Pensamos que os significantes “chão de terra batida” indicam as periferias e a falta de políticas públicas de infraestrutura que a população que vive nesses locais enfrenta. De acordo com o “Atlas das Periferias no Brasil: Aspectos Raciais de Infraestrutura nos Aglomerados Subnormais”, documento do IPEA,

[...] a ausência de serviços públicos e de infraestrutura de responsabilidade do Estado compromete a vivência dos grupos que residem nos aglomerados subnormais em diversas áreas de convivência. Há carência enormes: quanto à acessibilidade individual nas calçadas, que não dispõem de meio-fio e rampa, e ao transporte coletivo em ruas que apresentam lacunas de pavimentação; quanto à saúde coletiva pela presença de lixo acumulado no entorno dos domicílios e a falta de rede de esgoto com tratamento; quanto à

segurança em função da ausência de iluminação pública; e quanto ao desenvolvimento sustentável causado pela inexistência de bueiros, de arborização e mesmo de localização espacial oficial. Assim, fica evidente que o racismo ambiental instalado no contexto que permeia as periferias se sustenta na manutenção da desvalorização das necessidades de grupos assentados à margem da estrutura urbana socialmente compartimentada (GOES et al., 2021, p. 432).

Outro efeito de sentido se forma quando pensamos em “cidades esquinas | asfaltos & chãos de terra batida” como complemento (objeto direto) do verbo “enfrentar”, e remete a espaços que representam perigo para a mulher, a qual está sempre ameaçada por ser atacada nestes locais pela violência masculina. Segundo o boletim “Elas vivem: dados que não se calam”, lançado em 06 de março de 2023 pela Rede de Observatórios da Segurança, “no Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas” (AGÊNCIA BRASIL, 2023a).

Ao tratarmos das periferias e da violência, chamamos atenção para a interseccionalidade, interação entre raça/etnia, gênero e classe social, que provê face à pobreza no Brasil, constituída especialmente por mulheres negras. “Em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%)” (AGÊNCIA IBGE, 2022).

Na segunda estrofe, o primeiro e o segundo verso, “a mulher que caminha | sai à procura”, remetem à mulher provedora em contraponto ao imaginário do homem provedor, da Idade da Pedra. O efeito de sentido do homem provendo a família é ainda fortemente presente no interdiscurso da contemporaneidade brasileira, a partir da ideologia conservadora. O terceiro verso, “que os seios pros filhos seus”, especifica a mulher citada pela poeta desde a primeira estrofe: uma mãe. A idade, citada no título, é a idade em que a maternidade acontece. É, assim, uma mãe, a mulher que vive em uma realidade de dificuldade, caminhando em “asfaltos e/ou chãos de terra batida” em busca da comida para os seus filhos. A luta perante os desafios que aparecem na caminhada para o sustento deles fica clara no quarto verso da segunda estrofe, “não pôde dar sem luta”.

Um efeito de sentido possível ao pensarmos a segunda estrofe em sua totalidade, “a mulher que caminha | sai à procura da comida | que os seios pros filhos seus | não pôde dar sem luta”, aponta para a dupla jornada de trabalho das mulheres-

mães – profissional e a de cuidado com a família e a casa; as de cuidado, sublinhe-se, sem remuneração. Como assertado por Federici, o trabalho das mulheres é oculto e não resulta a elas em um contracheque, sequer tem horário para começar e terminar (FEDERICI, 2021). Ela afirma que

assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: força de trabalho (FEDERICI, 2021, p. 28).

Tiburi (2020, p. 14) contribui com essa reflexão ao afirmar que “[...] mesmo quando tiver um emprego fora de casa, a maior parte das mulheres trabalhará mais do que os homens que, de um modo geral, não fazem o serviço da casa”.

Como expressado, as duplas jornadas são uma realidade que dificulta a vida das mulheres, visto que o trabalho doméstico e de cuidado são praticamente exclusividade delas, que, extenuadas com a enorme carga de serviço não têm tempo para se desenvolverem em outros aspectos da vida, sejam eles educacionais/acadêmicos ou profissionais. Essa realidade entrega a elas cargos e salários menores, devido à formação. Muitas, em pior quadro, tornam-se totalmente dependentes financeiramente dos maridos. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE em 04/03/2021,

em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens: mais de 21 horas semanais contra 11 (deles). E essa proporção não tem se alterado significativamente nos últimos anos.

Além de desestimular o trabalho remunerado, isso também impacta nas características da ocupação e na remuneração recebida [...].

A dedicação aos serviços domésticos e de cuidado aumenta para 22 horas no caso das mulheres negras e para mais de 24 entre as que fazem parte dos 20% da população com menores rendimentos, refletindo as dificuldades para terceirizar essas atividades.

A presença de crianças pequenas nas famílias também cria uma disparidade no acesso ao trabalho: enquanto 54,6% das mulheres com filhos menores de 3 anos tinham uma ocupação, essa participação sobe para 67,2% entre aquelas sem crianças nessa faixa etária.

E, entre as mulheres com filhos pequenos que são negras, a taxa cai abaixo dos 50%, como afirma o pesquisador do IBGE.

As desigualdades por cor ou raça também aparecem na análise do trabalho parcial, já que 32,7% das mulheres negras trabalhavam até 30 horas semanais, frente a 26% das brancas. O levantamento do IBGE também encontrou disparidades regionais, com essa proporção chegando a 37,5% no

Nordeste e passando de 39% no Norte do país (RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 2021).

O discurso de que cuidado da família e da casa é igual a amor, propagado pela ideologia capitalista e reiterado pelas ideologias conservadora e religiosa, atualmente ainda muito presente no interdiscurso e na memória discursiva da sociedade brasileira, aprisiona a mulher em uma dicotomia extenuante: se trabalhar fora, será julgada pelos pares “por não amar e cuidar dos filhos, do marido e da casa”. Se se dedicar à família e à casa, não receberá salário e terá seu tempo reduzido – ou não terá nenhum – para se dedicar a projetos pessoais como estudo, profissão etc. Muitas vezes nem o reconhecimento da sociedade receberá, visto o sentido presente no imaginário social de que serviços domésticos e de cuidado são obrigação apenas das mulheres (efeito de sentido efetivo da ideologia capitalista/conservadora/religiosa, já citado).

[...] Tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país para país. Em alguns, somos forçadas a intensificar a produção de crianças; em outros, nos dizem para não nos reproduzirmos, sobretudo se formos negras ou recebermos auxílio social do Estado, caso contrário, corremos o risco de reproduzir “desajustados”. Em alguns países, produzimos força de trabalho não especializada para os campos; em outros, a demanda é especializada e técnica. Em todos os países, contudo, a função que exercemos para o capital é a mesma (FEDERICI, 2021, p. 29).

Outro efeito de sentido possível para a segunda estrofe aponta para a desigualdade que se manifesta na pobreza que leva à fome, vivenciada pela sociedade brasileira no momento histórico da publicação da poesia – condição imediata de enunciação. Como expressado anteriormente, durante o governo da extrema-direita no Brasil tivemos acesso a cenas indignas, de brasileiras e brasileiros em situação de vulnerabilidade alimentar se amontoando em filas para receberem ossos de maneira gratuita, oportunidade que tinham para inserir uma proteína no cardápio de suas famílias (G1, 2021a). Ainda, revirando lixeiras em busca de alimentos vencidos (FOLHA DE S. PAULO, 2021b). Nas fotos publicadas pela imprensa à época, nota-se a grande presença de mulheres. De acordo com Barroso e Gama,

vivendo sob regimes de precarização da vida anteriores à pandemia, as mulheres pobres, em sua maioria pretas, moradoras de periferias e favelas, têm o frágil orçamento doméstico facilmente desestabilizado. Todas essas camadas de vulnerabilidade apontam para as mulheres como aquelas

possivelmente mais profunda e severamente afetadas pela crise econômica imposta pela pandemia do coronavírus (BARROSO; GAMA, 2020, p. 88).

Os quatro primeiros versos da terceira estrofe, “caminha no silêncio da pedra | a mulher que desconfia & grita | sem nem conhecer o porquê | de tamanho silêncio”, apontam para a mudez (indiferença) da sociedade acerca de situações que a mulher enfrenta no seu cotidiano: a dupla jornada, a pobreza, a desigualdade de oportunidades devido ao gênero, a violência, a tentativa de subjugação, etc., situações essas invisíveis às pessoas cujo senso comum foi forjado e tem sido reiterado na ideologia capitalista. A falsa transparência mobilizada pela ideologia, que ocorre a partir dos discursos, afinal, “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2014a, p. 82), cuida para que não haja mudanças nessa realidade de esforço constante de submissão das mulheres (atravessadas por marcadores de gênero e raça articulados) e, também, para que o cuidado desmonetizado com a mão de obra – atual e do futuro (filhos) – continue a acontecer sem nenhum custo para o capital. A mulher que a poeta cita parece não compreender o motivo de tal silêncio social, apesar de demonstrar “desconfiança” e protestar (efeito de sentido possível pelo uso do verbo “grita”, conjugado na terceira pessoa do Presente do Indicativo – ela, a mulher, grita/protesta). De acordo com Tiburi, as mulheres

acumularão o trabalho remunerado com o não remunerado. Terceiras, e, até mesmo, quartas jornadas – vale dizer mais uma vez – nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida. Todas deverão acreditar que isso é natural e que uma menina ao nascer já vem com uma potência codificada em seu próprio DNA, uma predisposição para a servidão. Falo disso sem mencionar a escravidão emocional e psicológica vivida pelas mulheres, o que, a meu ver, resulta também dessa escravidão naturalizada em relação ao trabalho (TIBURI, 2020, p. 14-15).

Dando sequência à terceira estrofe, o simbólico formado pelos versos cinco, seis e sete, “ou a qualidade robusta | que lhe saltam aos olhos | em dias ou não de chuva”, aponta para uma “força” proveniente da mulher. Em nossa percepção, essa expressão tem uma ligação estreita com outra, “guerreira”, muito presente no interdiscurso e na memória discursiva brasileira, utilizada pelo capital a partir da ideologia para romantizar a sobrecarga de trabalho imposta às mulheres. Percebemos, nessa passagem, estranhamento (ERNEST-PEREIRA, 2009), visto ao efeito de sentido de romantização das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, em uma poesia que está presente em uma obra feminista. Mesmo em dias de “chuva”,

cujo efeito de sentido aponta na memória discursiva para “dificuldades”, a poeta fala de uma mulher que se percebe “robusta” (“a qualidade robusta | que lhe saltam aos olhos”), adjetivo que no masculino tem alguns significados como “forte, vigoroso, apto para resistir às fadigas” e “firme, inabalável” (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2023b). Importante salientar, que ao pesquisar o verbete “robusta”, o significado indica a espécie/variedade de café, ou a forma feminina de robusto – sem demonstrar a ideia de força e vigor, como no verbete no gênero masculino. Desta forma, percebemos a ideologia trabalhando em duas frentes, ambas com efeitos de sentido prejudiciais às mulheres. A primeira romantiza o excesso de demandas atribuídas a elas, colando-lhes um rótulo de “fortes/guerreiras” que se apresenta positivo ao capital, a fim de que possam dar conta das duplas jornadas sem reclamar e sem receber salário. A segunda, ao contrário, as apresenta como um gênero fraco, dependente da “força”, da “robustez” masculina, efeito de sentido que também é interessante e positivo ao patriarcado. E, apesar da relevância de que as dificuldades vivenciadas pelas mulheres façam parte dos discursos, inclusive os poéticos, como forma de luta em prol de mudança, a (falsa) transparência da língua pela ideologia acaba por cooptar até mesmo discursos que deveriam, por sua natureza feminista, estar em lado oposto ao capital e ao patriarcado.

Na quarta estrofe, o simbólico formado pelos versos “a mulher que pela pedra caminha | não se lasca com qualquer parede | avança vozeia & grita | pelo alimento necessário das crias | que ardem de fome à revelia”, percebemos a relação entre a figura “da mulher que não se lasca” e o período da Idade da Pedra Lascada (Paleolítico), em um diálogo que aponta para as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas por essa mulher no seu cotidiano. Observamos, mais uma vez, o efeito de estranhamento pelo trabalho da ideologia, que remete a um efeito de sentido romantizado quanto às vivências das dificuldades pelas mulheres, ao invés de apresentar um discurso de luta por igualdade, princípio do feminismo. A desigualdade social, mãe das dificuldades enfrentadas pela mulher no decorrer das estrofes, não é nomeada na poesia, apesar dos efeitos de sentido remeterem a ela. A ideologia capitalista no nosso país trabalha incessantemente para esconder os significantes “desigualdade social” do interdiscurso brasileiro e fornecer um sentido de transparência para a quase imutabilidade da condição social em que se nasce. Um exemplo de como o capitalismo perpetua a desigualdade vem de Florença, na Itália:

Séculos se passaram, mas as famílias mais ricas de Florença continuam as mesmas. É isso que indica um recente estudo realizado por dois economistas italianos, no qual é mostrado que a maior parte das riquezas da cidade está passando de geração em geração há nada menos que 600 anos.

O trabalho, feito por Guglielmo Barone e Sauro Mocetti, reuniu dados sobre o pagamento de impostos dos moradores de Florença desde 1427 até 2011, informações que agora estão digitalizadas e disponíveis na internet.

Observando os sobrenomes das famílias com as maiores rendas desde o século 15, os dois economistas perceberam que eles são os mesmos nos anos seguintes até o século 21 (OPERA MUNDI, 2016).

A ideia de riqueza via meritocracia, por exemplo, muito presente no interdiscurso da sociedade brasileira, é uma forma de silenciamento da criticidade quanto ao questionamento acerca da desigualdade sofrida pela maioria da população. Assim, revoltas e lutas por melhores condições de vida/mobilidade econômico-social são minimizadas – a (ampla) população pobre tende a se contentar com o lugar em que nasceu, com pouco ou nenhum questionamento sobre, em um dos países mais desiguais do mundo.

A fome dos filhos volta a ser citada no final da quarta estrofe. A poeta enfatiza que a mulher-mãe “avança” e “grita” “pelo alimento necessário das crias | que ardem de fome à revelia”. Os significantes, “avança vozeia & grita”, apontam para os desafios travados pelas mulheres, pessoal e profissionalmente, no contexto já expressado de desigualdade e tentativa de subjugaçãõ, a fim de que não falte alimento em seus lares. Publicaçãõ de 2020, mesmo ano em que foi publicada a obra *As 29 poetas hoje*, informava que estudo do Instituto de Pesquisa Econõmica Aplicada (IPEA) mostrava que “[...] o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018, devido, principalmente, ao crescimento da participaçãõ feminina no mercado de trabalho” (ESTADO DE MINAS ECONOMIA, 2020). No que se refere às polítics públicas de transferênciã de renda, 81,5% das mulheres eram as responsáveis em lares que recebiam o Auxílio Brasil no ano de 2022 (GOV.BR, 2022).

A escolha pelos verbos “avança, vozeia e grita”, todos no presente do Indicativo na terceira pessoa, aponta para um efeito de sentido que denota a primitividade do ser humano ao ser confrontado com suas necessidades básicas de sobrevivênciã. A crítica social aparece, assim, a partir do contraste temporal de um “contemporâneo pré-histõrico” vivenciado por essa mulher.

Ao analisarmos o primeiro verso da última estrofe, “a mulher de pedra caminha”, somos levados pela memória discursiva mais uma vez ao efeito de sentido que aponta para a “força” que essa “mulher de pedra” precisa ter na posição que ocupa na sociedade contemporânea. Percebemos, assim, a reiteração ideológica da romantização da desigualdade de gênero. O trabalho eficaz da ideologia se mostra mais uma vez, reforçando uma falsa transparência na linguagem, já presente no interdiscurso e na memória discursiva da sociedade brasileira, de que quem é mulher é forte (sentido marcado no verso pela locução adjetiva “de pedra”). O estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009) se apresenta mais uma vez.

De acordo com Pêcheux,

[...] é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014a, p. 146).

Um outro efeito de sentido possível ao verso “a mulher de pedra caminha” indica que, submetida a tais condições de dificuldades na vida, a mulher se torna embrutecida pela sociedade, precisando, desta maneira, tornar-se pedra para sobreviver (“a mulher de pedra”), para aguentar tantas intempéries pelo caminho, para resistir às violências que lhe cercam. Também este efeito de sentido contribui para uma perspectiva romantizada das muitas pedras encontradas nos caminhos percorridos pelas mulheres.

Os três próximos versos, “afronta protesta & uiva | tem pelos longos cabelos | desgrenhados poréns”, parecem se ligar ao verso anterior, assim, “a mulher que caminha, precisa afrontar, protestar e uivar” para conseguir o necessário para a sobrevivência de seus filhos e a sua própria. Mais uma vez, somos levados pela memória discursiva ao efeito de sentido daquilo que é primitivo/animalização da mulher (marcado pelo verbo uivar, na terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo – uiva), especialmente ao pensarmos nesses versos em diálogo com o título de poesia, *idade da pedra*. Eles apontam para um passado que não passou para as mulheres, no que se refere à falta de igualdade com os homens e todos os ônus que

tal situação entrega a elas. O simbólico escolhido pela poeta para a formação imagética dessa mulher, “pelos longos e cabelos desgrenhados” aponta para a primitividade, mas sem tirar o foco da contemporaneidade, afinal, mães exaustas em jornadas sem-fim de trabalho acabam sem tempo para cuidar de si mesmas no que tange à própria aparência, o que é, também, cobrado delas pela sociedade; elas devem ser boas mães, boas esposas, executarem com efetividade os trabalhos necessários fora e dentro de casa e ainda estarem de acordo com o modelo de beleza aceito socialmente na atualidade – devem ser magras (indispensável), ter cabelos lisos, se apresentarem sempre bem maquiadas e com as unhas feitas/pintadas. Ainda assim, filtros e programas de edição são uma necessidade contemporânea que também devem fazer parte da *nécessaire* de toda mulher. De acordo com Flávia Magalhães Novais, pesquisadora e integrante do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX/UFRGS), “refletir sobre o impacto da pressão estética é o primeiro passo para desconstruir padrões alimentados há anos pela mídia e pela indústria da moda” (HUMANISTA, 2018). A pesquisadora aponta, ainda, para o feminismo como ferramenta para o despertar da compreensão e questionamento do papel do corpo na sociedade, especialmente o da mulher. O homem branco tem um corpo sem necessidade de ser nomeado, suas especificidades, assim, não interessam. Já o corpo da mulher é visto como um outro corpo, subdividido em categorias como corpo da mulher gorda, corpo da mulher negra, etc. (HUMANISTA, 2018).

O trecho “desgrenhados poréns | valiosas dúvidas”, quarto e quinto versos da última estrofe, remete ao que Pêcheux chama de contraidentificação do sujeito com a Ideologia (PÊCHEUX, 2014a) – questionamentos que o sujeito identificado a dada ideologia começa a se fazer, e que vão minando aos poucos essa identificação, vão distanciando o sujeito desse assujeitamento ideológico.

Chegando ao final da poesia, os três últimos versos, “valiosas dúvidas | & dívidas muitas dívidas | que jamais foram suas”, apontam para questionamentos importantes à mulher (marcados pelo adjetivo “valiosas”, no plural) a respeito desse lugar hostil que elas ocupam, desigual e cheio de dificuldades. A escolha da poeta pelos significantes “dúvidas” e “dívidas” (substantivos, no plural), com diferença apenas nas primeiras sílabas (“dú” e “dí” – aliteração), remete a um efeito de sentido de ligação estreita entre os dois, apontando para uma vivência repleta de obstáculos

para as mulheres, “pedras” colocadas nos seus caminhos de “asfalto” ou “terra batida” pelo capital e o patriarcado (“dívidas”) em uma relação social desigual e de pouco esclarecimento a elas (“dívidas”) quanto ao próprio lugar, devido à opacidade dos discursos em trabalho competente das ideologias capitalista e patriarcal vigentes. Relação de desigualdade movida ideologicamente no decorrer da história em detrimento delas, apesar do papel fundamental que as mulheres tiveram e têm para a produção da riqueza. Mulheres que historicamente e ainda hoje permanecem aprisionadas às rotinas extenuantes de trabalho profissional e do lar, à pobreza, à tentativa constante de subjugação pela sociedade, à falta de oportunidades e à desigualdade econômica e social. A falsa transparência ideológica existente e reiterada cotidianamente na sociedade pelos donos do capital e do poder as aprisiona às duplas (ou mais) jornadas de trabalho, a serem multitarefa, a cuidarem dos outros “por amor”, a se responsabilizarem (praticamente com exclusividade) pelos filhos. Mulheres com “muitas dívidas, que jamais foram suas”. As dívidas, portanto, jamais foram delas, porque são dívidas sociais; a sociedade patriarcal capitalista tem uma dívida histórica com as mulheres, mas empurra/transfere essa dívida para elas.

Um outro efeito de sentido para o verso “& dívidas muitas dívidas” remete ao endividamento da(s) mulher(es) por contas não pagas, empréstimos, fatura de cartão de crédito etc. De acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência dos Consumidores (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), “o perfil da pessoa com dívida no Brasil é uma mulher, de menos de 35 anos, que não terminou o ensino médio e tem renda familiar de até dez salários mínimos” (EXAME, 2023). Para a economista Izis Ferreira, encarregada do levantamento, com a responsabilidade de serem chefes de família e, assim, incumbidas de maiores despesas, é natural que o endividamento das mulheres aumente (EXAME, 2023). Ainda de acordo com a economista, por conta de uma menor participação das mulheres no mercado de trabalho formal – normalmente são mais mulheres trabalhando na informalidade e por conta própria –, devido ao acúmulo de funções desempenhadas por elas, existe uma maior volatilidade da renda, com menor previsibilidade, o que as leva ao endividamento e à inadimplência (EXAME, 2023).

Pensamos ser relevante ao encerrar essa análise, retomar o título da poesia, *idade da pedra*. Ele nos leva ao imaginário que se tem, via memória discursiva, de uma época em que as mulheres ficavam em “casa”, nas cavernas, cuidando dos filhos

enquanto cabia ao homem sair para caçar, prover o sustento da família – significação edificada pela ideologia patriarcal no decorrer da história, cujo apagamento da importância das mulheres nas relações político-sociais e de produção de riqueza entrega a elas ainda hoje um lugar de desprestígio na sociedade.

Um novo estudo sugere que as mulheres do fim da Idade da Pedra e começo da Idade do Bronze, há cerca de 4 mil anos, viajavam longas distâncias na Europa Ocidental, tendo um papel fundamental para o desenvolvimento da tecnologia e cultura daquele tempo. As jornadas eram feitas em busca de novos vilarejos para fixar famílias, e trocar objetos e ideias culturais com outros povos. Pesquisadores da Universidade de Munique Ludwig-Maximilians, na Alemanha, usaram amostras de DNA e análise isotópica de 84 esqueletos encontrados em Lechtal, no sul do país, para o diagnóstico. O resultado apontou que a maioria das mulheres eram originárias de outras regiões, provavelmente da Boêmia ou da parte central da Alemanha, enquanto os homens aparentavam ter nascido em Lechtal — e não saíam de casa (GALILEU, 2017).

O apagamento da participação das mulheres em postos de importância e poder está presente no caminho “de pedras” percorrido pelas mulheres durante a história. No prefácio da obra “Mulheres e Caça às Bruxas”, de Silvia Federici, Bianca Santana afirma que

[...] Íamos que o trabalho de cuidado não era necessariamente menor fora do capitalismo. Que as mulheres cozinhando, limpando, plantando, cuidando coletivamente – não cada uma isolada em uma casa – organizavam-se em termos políticos e dividiam poder com os homens. [...] Na Europa e nas colônias do chamado Novo Mundo dos séculos XVI e XVII muitas delas, talvez por isso chamadas bruxas, resistiram de diversas formas ao confinamento e à subordinação exigidos pela nova ordem.

Foi-nos omitida a resistência das mulheres à invasão europeia nos territórios latino-americanos, à colonização, aos cercamentos de terras, à imposição da família nuclear, à apropriação e à destruição de seu corpo e seus saberes. Não tínhamos detalhes de como haviam sido acusadas de bruxas as parteiras, as que organizavam protestos contra o preço dos grãos, as que conheciam a cura pelas ervas, as que não aceitavam a escravização ou o intenso processo de pauperização, as que continuavam a exercer sua sexualidade como bem entendessem. Milhares de mulheres, centenas de milhares, foram torturadas, presas ou queimadas em praça pública.

[...] A caça às bruxas – assim como o tráfico transatlântico, a escravização negra, o extermínio de povos indígenas e a colonização das Américas – foi essencial à acumulação primitiva do capital (FEDERICI, 2019, p. 10-11).

Mediante esse quadro, o título, na construção poética, parece atuar como um elo entre todos os versos, cujo efeito de sentido ao pensarmos a materialidade completa, remete a um passado de dificuldades e desafios (econômicos, sociais, políticos, quanto à igualdade de gênero, quanto à violência etc.) ainda muito presente na vida das mulheres na contemporaneidade, especialmente para as negras.

A poesia procura desconstruir essa ideia, uma vez que nela, quem faz tudo é a mulher. O homem não aparece nos versos, o lugar social da personagem é, assim, de uma mãe-solo. Esse silenciamento da figura do pai/homem, em contraste com a função de provedor atribuída historicamente desde a “idade da pedra”, produz um efeito de sentido de denúncia da ausência paterna.

É, portanto, nesse ambiente de cruzeza e hostilidade, com a pesada carga de responsabilidades unicamente nos ombros da mulher-mãe, sem a presença do pai ou de uma rede de apoio (família ou comunidade), que a poeta constrói, aos poucos, uma identificação entre a mulher e a pedra – a vivência nesse ambiente deletério vai petrificando a mulher.

idade da pedra, coloca, pois, em lume, algumas das muitas dificuldades sociais vivenciadas pelas mulheres-mães no nosso país, principalmente aquelas atravessadas por marcadores interseccionais de raça/etnia e classe, em lutas travadas cotidianamente pela vida dos seus filhos, ameaçados pela desigualdade parida pelo capitalismo – ela, ironicamente, a “mãe” da fome.

3.5 ANÁLISE 5 – O AMOR MORREU: IDEOLOGIAS PATRIARCAIS E MACHISTAS NO CERNE DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

3.5.1 Sobre a poeta

Luna Vitrolira nasceu no Recife (PE), em 1992. Além de poeta, é escritora, declamadora, performer, cantora, compositora e apresentadora. É educadora e mestra em Teoria da Literatura. Ainda, idealizadora dos projetos “Estados em Poesia”, “Mulheres De Repente” e “De repente uma glosa”. Seu livro “Aquenda: o amor às vezes é isso” foi finalista do prêmio Jabuti na categoria poesia (HOLLANDA, 2021b) – nesta obra foi publicada pela primeira vez a poesia da autora que analisamos na sequência como materialidade discursiva.

A arte da poeta brota com suas vivências em diferentes locais pernambucanos. De acordo com ela, suas quebradas são várias, uma vez que foi criada entre o Alto de Santa Isabel e o Alto da Favela do Vasco da Gama, em Recife, além de Jardim Paulista Baixo, em Paulista (CULT UOL, 2021).

3.5.2 “Sem título”, Luna Vitrolira

Luna Vitrolira

Estrofe 1

1. o amor está morto e enterrado
2. soube esses dias
3. que foi arrastado pelas pernas
4. pra um terreno baldio

Estrofe 2

1. parece que não teve direito a velório
2. por motivos de

Estrofe 3

1. estado avançado de decomposição

Estrofe 4

1. o amor apodreceu
2. ficou só o osso

Estrofe 5

1. não recebeu flores
2. não recebeu velas
3. nem mensagens
4. da
5. multidão desconhecida

Estrofe 6

1. estava desaparecido

Estrofe 7

1. disseram que foi estrangulado por ciúme
2. que pediu socorro
3. mas ninguém ouviu

Estrofe 8

1. a vizinhança dormia
2. e dorme

Estrofe 9

1. o amor está morto e enterrado (HOLLANDA, 2021b, p. 141)

Enfermeira é assassinada a tiros pelo ex-marido na frente das filhas no ES (A GAZETA, 2021). Caso Milena Gottardi: ex-marido, ex-sogro e outros quatro réus são condenados por morte de médica (G1, 2021b). Mulher é morta pelo marido durante briga em São Gabriel da Palha (A GAZETA, 2023a). Mulher é morta a facadas pelo próprio companheiro dentro da loja do casal em Nova Venécia, no ES (G1 ESPÍRITO SANTO, 2023). Mulher é assassinada a tiros em Marataízes e ex-marido é suspeito (A GAZETA, 2023b). Mulher que estava desaparecida é encontrada morta no ES (TRIBUNA ONLINE, 2023).⁹

Bárbara Ana Clara Arielle Rosemary Nádia Cenimara Andriele Gabryella Kevelyn Araceli (G1, 2016).¹⁰

Tomamos, inicialmente, a epígrafe que escolhemos para abrir essa análise. O ódio emerge das manchetes que abordam casos de extrema violência e fim trágico, a morte de mulheres ocorridas no estado do Espírito Santo, local onde vivemos, entre

⁹ Manchetes de feminicídios ocorridos no estado do Espírito Santo entre os anos de 2021 e 2023.

¹⁰ Nomes de vítimas de feminicídio no Espírito Santo entre 2011 e julho de 2016.

2021 e 2023. Apesar do recorte estadual, realidade semelhante se repete país afora, em maior ou menor grau. De acordo com o estudo “Female homicides in Brazil and its major regions (1980-2019): An analysis of age, period, and cohort effects”, desenvolvido pela Fiocruz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), “a taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou 31,46% no período de 1980 a 2019, passando de 4,40 (1980-1984) para 6,09 (2015-2019) a cada 100 mil mulheres” (FIOCRUZ, 2023). Ainda segundo o mesmo estudo (FIOCRUZ, 2023), o Sudeste registra uma média de 3,45 assassinatos para cada 100 mil mulheres, enquanto a média do Centro-oeste é de 8,55 a cada 100 mil. As regiões Nordeste, Norte e a Centro-oeste (citada anteriormente), apresentam níveis acima da média nacional.

Trazemos, ainda, na epígrafe, nomes de mulheres – em diversas idades, incluindo uma criança-menina –, cujas vidas foram brutalmente interrompidas pela violência masculina, ainda em nosso estado: Bárbara, Ana Clara, Arielle, Rosemary, Nádia, Cenimara, Andriele, Gabryella, Kevelyn, Araceli (G1, 2016). De maneira metonímica, um protesto linguageiro à revoltante e absurda cultura violenta que envolve as relações de gênero pautadas em nosso país pelas ideologias patriarcal e machista, que nascem de um capitalismo que precisa dessa formação social de desigualdade para se manter. A repetição, que é histórica, de uma pretensa superioridade masculina, efeitos de sentido das ideologias patriarcal e machista que nascem do capitalismo, provocam a falsa transparência da relação assimétrica entre homens e mulheres, criando e reiterando no imaginário coletivo, uma sensação de “normalidade” à violência contra elas, silêncio velado e aceitação tácita, sintoma – desconhecimento (FIGUEIRA, 2021) ou fetiche – “[...] desautorização do conhecimento, [...] recusa do saber” (FIGUEIRA, 2021, p. 74).

A esse respeito, a percepção de Segato tem muito a contribuir com nossa reflexão. Segundo a antropóloga feminista, a violência letal contra mulheres é a

[...] expressão de uma sociedade que necessita de uma “pedagogia da crueldade” para destruir e anular a compaixão, a empatia, os vínculos e o enraizamento local e comunitário. Ou seja, todos esses elementos que se tornam em obstáculo em um capitalismo “de rapina”, que depende dessa pedagogia da crueldade para instruir. É, nesse sentido, o exercício da crueldade sobre o corpo das mulheres, porém que também se estende a crimes homofóbicos ou transfóbicos, todas essas violências “não são outra coisa que o disciplinamento que as forças patriarcais impõem a todos que moramos à margem da política, de crimes do patriarcado colonial moderno

de alta intensidade, contra tudo o que desestabiliza”. Nesses corpos escreve-se a mensagem doutrinadora que esse capitalismo patriarcal de alta intensidade necessita impor à sociedade (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020).

De acordo com Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), de maneira global, mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero durante sua vida, sendo que, neste contexto, muitos dos agressores são parceiros íntimos – responsáveis por 38% dos assassinatos delas. Ainda segundo as mesmas autoras, a violência contra mulheres é uma realidade da sociedade capitalista e ocorre em todo país, toda classe e todo grupo étnico-racial, não de maneira acidental, mas como uma estrutura institucional básica dessa formação socioeconômica (ARRUZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019). São, portanto, nas relações sociais capitalistas – e as ideologias que nascem do capitalismo, como o patriarcalismo e o machismo –, que se baseiam e ocorrem as violências de gênero. O capitalismo se mostra, assim, como princípio e fim, ciclo de lucro e perpetuação de poder de poucos a despeito de violações e subjugação das mulheres.

Dentro do exposto, iniciamos, pois, nossa análise, diante, mais uma vez, de uma materialidade poética de protesto, agora, contra o feminicídio¹¹, crime tão cruel como cotidiano na vida das brasileiras. Existe no Brasil uma lei específica que caracteriza o feminicídio, a 13.104/15, promulgada em 09 de março de 2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (2019) “para se enquadrar o assassinato de uma mulher como crime de feminicídio, é necessário que o autor tenha cometido o ato em razão de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A nova legislação alterou o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40) e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Também modificou a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), para incluir o feminicídio na lista.

Com isso, o crime de homicídio simples tem pena de seis meses a 20 anos de prisão, e o de feminicídio, um homicídio qualificado, de 12 a 30 anos de prisão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

¹¹ De acordo com Caicedo-Roa et al. (2022, p. 5), “a antropóloga feminista Rita Laura Segato reforça que um feminicídio é um crime que caracteriza relações de poder desiguais. A autora estabelece uma relação entre o corpo feminino e o território. Ela aponta a dimensão expressiva e não só instrumental dos crimes; assim, a violência se torna uma linguagem, em que a presença de interlocutores é tão ou mais importante que a da própria vítima (SEGATO, 2006)”.

Ressaltamos que em alguns momentos utilizamos os termos “morte de mulheres” ou “assassinato” e não apenas “feminicídio”, visto a diferença existente na caracterização/tipificação do homicídio e do feminicídio. Natale (2015, p. 27) contribui para a explicitação do termo ao afirmar que

o termo femicídio, entendido como homicídio decorrente de conflitos de gênero, foi utilizado pela primeira vez por Radford e Russell no livro *Femicide: the politics of woman killing* (1992) para designar assassinatos de mulheres que foram mortas pelo fato de serem mulheres e não por outros motivos como os relacionados à etnia, religião, política, etc. Esse termo surge, segundo Radford e Russell (1992), da combinação do prefixo "fem", que conota feminino, e "icide" que conota matar, tais como as terminologias: homicídio, suicídio, genocídio, parricídio, matricídio, infanticídio.

Importante salientar que o termo femicídio possui o mesmo significado semântico de feminicídio, a partir do pensamento da criadora do termo, Diana Russell (LOUREIRO, 2020).

Com uma legislação ainda recente no Brasil, chamamos atenção a uma possível subnotificação dos casos de feminicídio no país, uma vez que os dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) são insuficientes, seja pela limitação de dados ou, ainda, pelo fato de as forças policiais não terem o preparo adequado para a identificação deste tipo de ocorrência (FIOCRUZ, 2023).

Dando sequência, percebemos a enunciativa em uma posição-sujeito que aqui nomeamos como “narradora de uma violência cabal”; ela é a porta-voz de uma história de fim que poderia ser a de qualquer mulher, dado o panorama de violência de gênero existente atualmente no nosso país. Acerca do conceito de posição-sujeito, de acordo com Peron (2022, p. 36), “[...] o indivíduo não é considerado origem, mas, ao contrário, para tornar-se sujeito, ele ocupa uma posição e é o suporte das significações dessa posição; assujeita-se, portanto”. O assujeitamento, desta maneira, torna o indivíduo sujeito do discurso, com capacidade de compreender, produzir e interpretar efeitos de sentido (PERON, 2022). Desta maneira, o sujeito ocupa uma posição, um lugar, onde, atravessado pela história e interpelado pela ideologia, produz significações.

Dentro do exposto, o discurso de denúncia contra o feminicídio presente na materialidade e sua presença na antologia “As 29 poetisas hoje”, que tem viés progressista e feminista, apontam para a inscrição dessas mesmas ideologias na formação discursiva da enunciativa.

Não existe título nessa poesia-materialidade. Esse espaço em branco aponta para o silêncio, e o silêncio significa, conforme Orlandi (2018). Em nosso gesto de leitura, esse espaço em branco remete, pela memória discursiva, ao silêncio da morte, ao vazio que nasce da ruptura da vida, silenciada pelo nunca mais, enfim, às mortes/assassinatos de mulheres, o que inclui o feminicídio. Explorando mais a equivocidade e a polissemia do silêncio desse não-título, podemos pensar, ainda, em outras possibilidades de efeitos de sentido: o silêncio do luto; o silêncio da indiferença da sociedade patriarcal frente ao assassinato de mulheres (retomado na última estrofe); o silêncio de um real traumático, daquilo que de tão horrível é impossível nomear, é impossível simbolizar na linguagem. Esse não-dito, presente na falta de signos verbais, apresenta-se como algo subentendido, que, de acordo com Orlandi (2007, p. 80), “[...] depende do contexto” para ser compreendido.

Sabendo-se que para a produção de efeitos de sentido é necessária a consideração de que ele (o sentido) é produzido em um processo de sobredeterminação histórico, em que o real da língua se encontra com o real da história e que a língua fornece pistas para a significação, mas o sentido tem caráter material sendo, assim, produzido histórico-ideologicamente (PERON, 2017), anotamos, pela metáfora (ORLANDI, 2020), o deslize de sentido do substantivo abstrato “amor” no primeiro verso da primeira estrofe, cuja significação aponta, pela memória discursiva/interdiscurso para uma mulher em relacionamento amoroso de casal, marcado pelo significante “ciúme”, presente adiante na materialidade, no verso 1 da estrofe 8. Ademais, visto que as mortes delas são acontecimentos que estampam cotidianamente os meios de comunicação profissional do nosso país.

Segundo Orlandi (2020, p. 77), “[...] a metáfora é constitutiva do processo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos da metáfora não vista como desvio, mas como transferência”. Cattelan (2022, p. 2) afirma que o conceito de metáfora foi “[...] concebido por Pêcheux como um primeiro curto-circuito simbólico, devido à importação de um pré-construído de uma região discursiva por outra por meio do interdiscurso”. Assim, o efeito de sentido pré-construído (PÊCHEUX, 2014a) de “amor” = afeto/relações sociais contribui para essa percepção de significação que anotamos.

Esse deslizamento do abstrato (sentimento amoroso, afeto) para o concreto (mulher) gera um efeito estético de estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009) muito peculiar. Inicialmente podemos pensar no fim do relacionamento, devido ao fim do sentimento. Contudo, nos deparamos depois com um crime: não foi só o sentimento ou o relacionamento que acabou, foi a vida daquela mulher. Essa transição brusca nos põe a pensar sobre o absurdo de homens que não aceitam o fim do relacionamento e cometem o feminicídio. O que acabou foi o relacionamento, a vida de ambos deve seguir. Mas a vida da mulher não segue, é brutalmente interrompida pelo homem. O efeito de estranhamento se reduplica: será que podemos afirmar que havia algum tipo de amor ali, da parte do homem? Pensamos que não, que nunca houve. O significante "amor" numa FD patriarcal-machista tem sentido de "posse", "dominação", "violência".

Os assassinatos de mulheres, o que inclui os feminicídios, neste contexto, são a culminância de um caminho histórico-social patriarcal que vem se repetindo desde os primórdios da nossa sociedade. O controle pela força deriva da colonização, e é reiterado pelas permanentes tentativas de sujeição das mulheres pelos homens durante a história. Segundo Saffioti (2019, p. 155), “[...] ainda que existam diferenças entre a relação de força e a violência, esta é uma forma de manifestação daquela”. Perante esta cena, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, demonstra que os feminicídios cresceram 6,1% em 2022; 1437 mulheres morreram por serem mulheres. Os homicídios dolosos também tiveram aumento no período, 1,2% em relação ao ano anterior (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

As mulheres podem ser vítimas, ainda, de outros tipos de violência doméstica antes do desfecho trágico da morte, atos que, na maioria das vezes, são cometidos por pessoas muito próximas. Segundo relatório das Nações Unidas, “parceiros íntimos ou outros familiares cometeram quase 6 a cada 10 assassinatos de mulheres no mundo em 2021” (BBC NEWS BRASIL, 2022). Ainda segundo o mesmo relatório, essa taxa é cinco vezes maior contra as mulheres, 56%, sendo que 11% de homicídios foram cometidos contra homens na esfera privada/doméstica/familiar (BBC NEWS BRASIL, 2022).

Fazem parte da violência doméstica diversos crimes/violações, como a violência física, a psicológica, a patrimonial e a moral. Normalmente, antes da tragédia do assassinato existe uma escalada dessas diferentes formas. Entre janeiro e julho de 2022, foram recebidas 31.398 denúncias de 169.676 diferentes violações (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2022). Ainda de acordo com a mesma instituição:

Violência física é qualquer ação que ofenda a integridade ou a saúde do corpo, como bater ou espancar; empurrar, atirar objetos na direção da mulher; sacudir, chutar, apertar; queimar, cortar, ferir. Já as violações sexuais consistem em qualquer ação que force a mulher a fazer, manter ou presenciar ato sexual sem que ela queira, por meio de força, ameaça ou constrangimento físico ou moral. Entre os exemplos estão obrigar a fazer sexo com outras pessoas; forçar a ver imagens pornográficas; induzir ou obrigar o aborto, o matrimônio ou a prostituição.

No que se refere à violência psicológica, conforme a Lei nº 13.772/18, é “qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”.

As violações psicológicas incluem xingar; humilhar; ameaçar e amedrontar; tirar liberdade de escolha ou ação; controlar o que faz; vigiar e inspecionar celular e computador da mulher ou seus e-mails e redes sociais; isolar de amigos e de familiares; impedir que trabalhe, estude ou saia de casa; fazer com que acredite que está louca.

No âmbito patrimonial, a violência consiste em qualquer ação que envolva retirar o dinheiro conquistado pela mulher com seu próprio trabalho, assim como destruir qualquer patrimônio, bem pessoal ou instrumento profissional. Entre as ações, constam destruir material profissional para impedir que a mulher trabalhe; controlar o dinheiro gasto, obrigando-a a fazer prestação de contas, mesmo quando ela trabalhe fora; queimar, rasgar fotos ou documentos pessoais.

Quanto à violência moral, esta é caracterizada por qualquer ação que desonre a mulher diante da sociedade com mentiras ou ofensas. É também acusá-la publicamente de ter praticado crime. Os exemplos incluem xingar diante dos amigos; acusar de algo que não fez; falar coisas que não são verdadeiras sobre ela para os outros (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2022).

Além de nossas raízes históricas e sociais já citadas, a escassez de políticas públicas de educação em gênero contribui para a aceitação de ideologias que submetem e violentam as mulheres, dentro de um contexto macro bem mais complexo e difícil de resolver que é o capitalismo, de onde nascem relações assimétricas de poder. A punição (encarceramento) por si só parece ser incapaz de mudar esta cena,

uma vez que atinge de maneira desigual pobres e ricos. Estamos de acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 60-61), ao afirmarem que

as respostas feministas convencionais à violência de gênero são compreensíveis, mas, ainda assim, inadequadas. A resposta mais comum é a reivindicação de criminalização e punição. Esse “feminismo carcerário”, como tem sido chamado, aceita como natural precisamente o que deve ser questionado: a suposição equivocada de que as leis, a polícia e os tribunais mantêm autonomia suficiente em relação à estrutura de poder capitalista para contestar sua profunda tendência a gerar a violência de gênero. Na verdade, o sistema de justiça criminal atinge, de maneira desproporcional, homens de grupos étnicos minoritários pobres e da classe trabalhadora, incluindo imigrantes, enquanto deixa seus colegas de colarinho branco livres para estuprar e espancar [...].

A ideologia capitalista contribui, assim, para a formação de indivíduos machistas desde a mais tenra idade, devido ao imaginário dominante que ela produz no interdiscurso e é reproduzido nos diversos ambientes sociais. Neste contexto, o poder político constituído, especialmente a nível federal, tem grande projeção na reiteração dos discursos e imagens das ideologias dominantes, de forma que aqueles que não têm consciência e/ou acesso a uma formação crítico-político-ideológica sejam incapazes de compreender os interesses por trás destes simbólicos inseridos e repetidos no interdiscurso.

Em 2021, ano de publicação da poesia, o país era governado pela extrema-direita, neoliberal, conservadora-religiosa, que, desde sua eleição, fez por minguar os recursos voltados às mulheres, inclusive os que dizem respeito à mitigação da violência doméstica contra elas. De acordo com o “Boletim de Políticas Sociais”, estudo publicado pelo IPEA, “[...] desde 2019 ‘instituiu-se um movimento de desmonte’ das políticas para a população feminina” (UNIVERSA, 2022). Entre 2019 e 2020, mesmo com a dura vivência na pandemia de Covid-19 (falta de emprego, de dinheiro, de vacina, entre outros) e a percepção clara do aumento da violência doméstica contra as mulheres, efeito colateral dessa especificidade sanitária por conta do maior convívio das mulheres com seus violentadores durante o lockdown (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020), 85% dos gastos em políticas públicas para as mulheres foram apenas com o “Disque 180”, central do governo que recebe denúncias de violência de gênero, uma ferramenta importante para a proteção das mulheres, mas não a única necessária. Restaram, assim, apenas 15% do orçamento para outras iniciativas de proteção e promoção destinadas a elas (UNIVERSA, 2022).

Desta maneira, o frequente empreendimento de desestruturação da proteção das mulheres pelo Estado, a partir da falta de entrega de políticas públicas, bem como a tentativa de desmobilização das lutas feministas, seja por discursos ou atos, foram frentes muito exploradas pela extrema-direita durante todo o governo de Jair Bolsonaro e contribuíram para um cenário de grandes dificuldades a elas.

Neste quadro de violência e violações, é o feminicídio que abre e fecha a materialidade discursiva que analisamos, a partir do enunciado “o amor está morto e enterrado”, que remete, pela memória discursiva, aos relatos diários de violência contra as mulheres que vemos na mídia, como já citado, ou ainda, perto de nós. A repetição do mesmo enunciado no início e no fim da materialidade intensifica o olhar sobre esses significantes que, em nossa leitura, apontam para um ciclo, algo que sempre se repete.

Como já afirmado, o cotidiano de violência e de tentativa de subjugação das mulheres remonta ao passado de nossa constituição pela força e esses valores ideológicos violentos estão ainda muito presentes na contemporaneidade. Só no ano de 2021, ano de publicação desta poesia-materialidade, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas no nosso país, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (G1, 2022b). A situação se agrava quando levamos em consideração o recorte étnico-racial. De acordo com o Atlas da Violência 2021 (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 38),

em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1”. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

A violência contra as mulheres é um problema público no Brasil, com legislação própria, a Lei Maria da Penha, que vigora desde 22 de setembro de 2006 e estabelece que todo caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime e deve ser apurado (CNJ, 2023). Entretanto, apesar dos avanços obtidos quanto à proteção das mulheres a partir da promulgação desta lei, ainda hoje, mais de 17 anos depois, são altos os índices de violência contra elas no país, o que demonstra que as lutas pela garantia dos direitos das mulheres, e, especialmente, de suas existências, são urgentes e necessárias.

Em continuação à nossa análise, a partir do verso 3 (estrofe 1), detalhes cruéis da ação do feminicídio são narrados a partir das sequências discursivas “[...] foi arrastado pelas pernas | pra um terreno baldio” (estrofe 1, versos 3-4); “parece que não teve direito a velório | por motivos de” (estrofe 2, versos 1-2); “estado avançado de decomposição” (estrofe 3, verso 1); “o amor apodreceu | ficou só osso” (estrofe 4, versos 1-2); “estava desaparecido” (estrofe 6, verso 1) e “disseram que foi estrangulado por ciúme” (estrofe 7, verso 1). O efeito de sentido formado por todas essas sequências discursivas nos levam, pelo interdiscurso, ao horror detalhado do ato do assassinato/femicídio. O deslizamento pela metáfora do substantivo abstrato “amor” para o substantivo “mulher” permanece.

Pensamos ser importante destacar, ainda, as sequências discursivas que seguem: “que pediu socorro | mas ninguém ouviu” (versos 2 e 3, estrofe 7) e “a vizinhança dormia | e dorme” (versos 1 e 2, estrofe 8), visto que, em nossa percepção, elas remetem a dois efeitos de sentido. O primeiro aponta para a falta de ajuda de outras pessoas em situações de violência e o outro sentido remete para o silêncio social, para a falta de posicionamento e atitude da sociedade para uma mudança de paradigma que combata o horror do assassinato de mulheres/femicídios. Ambos os efeitos confluem na convivência da sociedade. Neste ano de 2023, entre janeiro e julho, ou seja, em apenas seis meses, o Brasil já contabiliza quase 600 mortes por feminicídio (G1, 2023b), o que deveria ser inaceitável socialmente.

De maneira semelhante é o nosso gesto de análise da estrofe 5 (versos 1 a 5), “não recebeu flores | não recebeu velas | nem mensagens | da | multidão desconhecida”. Essa sequência discursiva, aponta, também, a uma crítica à falta de posicionamento da sociedade, marcada pelos significantes “multidão desconhecida”, sintoma ou fetiche (FIGUEIRA, 2021), no que diz respeito à desconstrução das ideologias patriarcal e machista, derivadas do capitalismo. O imaginário proveniente dessas ideologias ainda é muito arraigado na sociedade brasileira sob a égide do conservadorismo. A respeito, afirma Angela Alonso, professora da Universidade de São Paulo, que

este é um país muito conservador. [...] Não é um país que muda fácil, nem rápido e nem sem reação. As mudanças que tivemos no país desde a Constituinte de 1988 levaram as instituições numa direção mais de centro esquerda. Temos uma Constituição muito progressista, instituímos políticas de inclusão social, e isso não é um consenso. Então existem na sociedade

brasileira vários polos de insatisfação contra essa direção progressista e que foram se acumulando ao longo do tempo. A história não é progressiva num sentido evolutivo. Há movimentos em uma direção e reações do outro lado (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

Dando continuidade à análise, destacamos, também, o verso 1 da estrofe 7, “disseram que foi estrangulado por ciúme”, uma vez que esse enunciado retoma o que dissemos anteriormente acerca de um suposto “direito” dos homens em controlar as mulheres pela força, (falsa) transparência da ideologia machista que habita o interdiscurso brasileiro, e que precisa ser desconstruída. Sabemos que isso não ocorrerá de maneira fácil, visto o poder que os detentores do capital têm sobre o Estado e, por conseguinte, o controle sobre os seus aparelhos ideológicos – religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e cultural (ALTHUSSER, 1980).

Percebemos, ademais, outro funcionamento discursivo diferente ao interpretarmos a materialidade em sua totalidade. O primeiro, como já abordamos, parte do deslize de sentido do significante “amor” para “mulher” e retrata, de maneira extremamente crítica à sociedade brasileira “adormecida”, um caso de feminicídio - metonímia para a morte de mulheres no Brasil. Um outro efeito coloca o gesto de análise sobre o sentido da palavra “amor” como sentimento e nos retorna à ausência dele na sociedade; temos assim, a morte do sentimento amor, da amorosidade. Ainda, outro efeito surge ao juntarmos esses dois sentidos; temos, portanto, que os assassinatos/femicídios acontecem, pois o amor na sociedade morreu/não existe mais.

Por fim, interpretamos que as escolhas de forma, versos curtos em pequenas estrofes com pausas (espaçamentos) entre elas, contribuem, durante a leitura, para a percepção de um tom extremamente melancólico em toda a materialidade, cujo efeito de sentido nos remete para o pesar e a tristeza profunda, provenientes da revoltante cotidianidade dos assassinatos e feminicídios no Brasil – ciclo de crueldade patriarcal e machista constituída a partir do capitalismo, violência de gênero que se repete:

O sonho da babá Juliana dos Santos Pereira, de 31 anos, de se tornar cantora foi interrompido pelo marido dela, Marcos John Pedroso, de 35 anos, na noite de sábado (16), no bairro Araçatiba, em Viana, onde eles moravam. O homem matou a esposa a facadas, após passar a tarde e o início da noite conversando e bebendo com a vítima em casa, conforme relato de familiares dela.

Segundo relato da prima de Juliana aos policiais militares que estiveram no local, *ninguém ouviu gritos ou qualquer situação anormal*. Ela também relatou que o casal estava sozinho em casa (A GAZETA ES, 2023, destaque nosso).

O feminicídio bárbaro narrado na citação que encerra nossa análise aconteceu no dia 16 de setembro de 2023: “A vizinhança dormia | e dorme. | O amor está morto e enterrado” (versos 1 e 2, estrofe 8 e verso 1, estrofe 9). As escolhas lexicais da enunciadora-poeta não são coincidência, são precisas. Da poesia-materialidade de Vitrolira emana o grito: até quando?

3.6 ANÁLISE 6 – A DESCONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO ÚTERO-CORPO: O DIREITO DE ESCOLHA

3.6.1 Sobre a poeta

Jarid Arraes nasceu no ano de 1991 em Juazeiro do Norte – região do Cariri (CE); é escritora, cordelista e poeta. É autora da obra “Redemoinho em dia quente”, publicada pela Companhia das Letras em 2019, finalista do Jabuti e vencedora do APCA de Literatura (Contos) e do Prêmio da Biblioteca Nacional. Também publicou “Um buraco com meu nome” (Ferina, 2018), “As lendas de Dandara” (De Cultura, 2015) e “Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis” (Pólen, 2017; Seguinte, 2020). Arraes tem mais de setenta títulos publicados em cordel. Vive em São Paulo na atualidade, local onde criou o “Clube de Escrita para Mulheres” (Hollanda, 2021b).

A poeta começou a publicar com vinte anos de idade no blog “Mulher Dialética”. Posteriormente, passou a colaborar com blogs, como o “Blogueira Feminista” e o “Blogueiras Negras”. De 2013 a 2016, produziu o blog “Questão de Gênero”, na Revista Fórum. Já colaborou com o portal Folha de São Paulo e as revistas impressas Cláudia e Cult, entre outras (JARID ARRAES, 2023).

A poesia “vocação” foi publicada pela primeira vez em 2018, na obra “Um buraco com meu nome”, citada anteriormente (HOLLANDA, 2021b).

3.6.2 “vocaçãõ”, de Jarid Arraes

vocaçãõ

Jarid Arraes

Estrofe 1

1. um corpo que carrega
2. um útero
3. é submetido ao decreto
4. da incondicionalidade
5. é submetido ao destino
6. de um útero

Estrofe 2

1. os grandes sacerdotes
2. e os pequenos
3. as figuras de autoridade
4. como as telas
5. como os corredores brancos
6. todos ensinam
7. o percurso do útero

Estrofe 3

1. que haja vida
2. porque um útero crescido
3. – às vezes nem tanto
4. deve fazer brotar vida
5. pernas braços olhos
6. espírito

Estrofe 4

1. um corpo que carrega
2. um útero
3. precisa de um espírito
4. que o preencha
5. o espírito forçado entre as pernas
6. enfiado enfiado enfiado
7. obrigatório

Estrofe 5

1. um útero é um sarcófago
2. de uma mulher
3. é a máquina
4. inquebrantável
5. de uma mulher

Estrofe 6

1. uma mulher é um útero
2. que carrega algo
3. há dias em que gente
4. há dias em que chumbo (HOLLANDA, 2021b, p. 135-136)

A maternidade é escolha, não obrigação coercitiva. Impor a continuidade da gravidez, a despeito das particularidades que identificam a realidade experimentada pela gestante, representa forma de violência institucional contra a integridade física, psíquica e moral da mulher, colocando-a como instrumento a serviço das decisões do Estado e da sociedade, mas não suas [...] – Ministra Rosa Weber, Supremo Tribunal Federal (BBC NEWS BRASIL, 2023).

A epígrafe que escolhemos para esta análise traz um excerto do voto da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), uma das duas únicas mulheres entre os onze ministros da corte, proferido em 22 de setembro de 2023, favorável à descriminalização do aborto voluntário no Brasil para gestações de até 12 semanas (BBC NEWS BRASIL, 2023). A legislação que torna a interrupção da gravidez em crime data de 1940 e imputa às mulheres que o cometerem, de um a três anos de detenção. Atualmente, o aborto só é permitido no país em casos de estupro, anencefalia do embrião ou risco para a mãe.

O voto da ministra foi o primeiro do julgamento e tem importância histórica ao afirmar que as decisões das mulheres sobre seus corpos devem ser tomadas por elas mesmas e não pelo Estado e/ou a sociedade. Ainda, prevê justiça social reprodutiva, uma vez que todas as mulheres, igualitariamente, ou seja, sem distinção de classe econômica ou etnia/raça poderão ter acesso ao procedimento com segurança, a partir de políticas públicas de saúde que deverão ser implementadas. É importante e necessário citarmos que o que está em julgamento não é a defesa do aborto, mas a defesa do direito à escolha de cada mulher sobre o próprio corpo. Ainda, neste contexto, pensamos ser fundamental citar a necessidade do acesso amplo da população a outras políticas públicas, como a educação sexual/reprodutiva e a gratuidade de contraceptivos, o que minimizaria a necessidade e/ou escolha do aborto.

O hiato de 83 anos entre a promulgação da lei que criminaliza o aborto e a discussão do tema neste ano de 2023 pelo STF demonstram o quanto a pauta é espinhosa para a sociedade brasileira, visto o enredamento ideológico capitalista, patriarcal, conservador, machista e religioso-cristão entranhado nas suas bases de formação e reiterados no decorrer do tempo até os dias atuais.

Alguma vanguarda que hoje vemos em parte dos ministros do STF se opõe ao atraso presente no grande número de políticos conservadores eleitos para o Congresso Federal no último pleito de 2022, ainda sob o efeito da alta do conservadorismo no mundo; no Brasil a partir da extrema-direita. Como já citado, a ideologia conservadora nunca deixou de estar presente no Brasil – o Congresso é o espelho da sociedade que o elegeu –, apesar do progressismo presente na Constituição de 1988.

Assim, a discussão acerca do aborto e, quem sabe, uma mudança de paradigma irão passar por caminhos tortuosos, haja vista que estratos poderosos da sociedade filiados às ideologias capitalistas, patriarcais, machistas, conservadoras e religiosas detêm grande poder e contam com a possibilidade de diversos aparelhos ideológicos de estado – AIE (ALTHUSSER, 1980) para a manutenção dos próprios interesses em desfavor das mulheres. São Aparelhos Ideológicos de Estado¹²:

- O AIE religioso (o sistema de diferentes igrejas),
- O AIE escolar (o sistema de diferentes escolas públicas e particulares,
- O AIE familiar¹³,
- O AIE jurídico¹⁴,
- o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos),
- o AIE sindical,
- o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc),
- o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) (ALTHUSSER, 1980, p. 44).

Enquanto um Supremo e um Congresso compostos quase que exclusivamente por homens brancos discutem situações que não vivenciam, as mulheres, atravessadas pela interseccionalidade e seus marcadores sociais, ou seja, especialmente as negras, indígenas e pobres, seguem correndo riscos de morte e sem poder de decisão sobre os próprios corpos e as próprias vidas (sonhos, intenções, objetivos pessoais e profissionais que podem ser impactados diretamente por uma gravidez e maternidade não desejadas). Segundo a Organização Mundial da Saúde,

entre 14 mil e 39 mil mortes maternas por ano são causadas pela falha em fornecer aborto seguro. Os relatores de direitos humanos destacam que é de suma importância prevenir a gravidez indesejada por meio do acesso à contracepção, serviços de aborto seguro e atenção pós-aborto de qualidade (ONU NEWS, 2022).

¹² Podemos dizer a mesma coisa partindo agora dos nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Pouco importa que as instituições que os realizam sejam <<públicas>> ou <<privadas>>. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente <<funcionar>> como Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980, p. 44).

¹³ A Família desempenha manifestamente outras funções para além das de um AIE. Intervêm na reprodução da força de trabalho. E, segundo os modos de produção, unidade de produção e (ou) unidade de consumo (ALTHUSSER, 1980, p. 44).

¹⁴ O <<Direito>> pertence simultaneamente ao Aparelho (repressivo) de Estado e ao sistema dos AIE (ALTHUSSER, 1980, p. 44).

O controle social sobre os corpos das mulheres bem como dos rumos das suas vidas se materializa na criminalização do aborto, que percebemos como a penúltima instância de demonstração de poder dos homens sobre as mulheres, ficando atrás apenas do nível máximo de crueldade que é o crime de feminicídio. Essa busca por controle a partir da violência remonta a nossa constituição patriarcal enquanto sociedade.

A partir do exposto, “vocação” coloca em lume a centralidade social do útero, que pelo deslize lemos como “reprodução”, na existência das mulheres. Percebemos uma enunciadora em posição-sujeito de mulher feminista e progressista, que denuncia e luta, poeticamente, contra a permanente tentativa de controle de uma sociedade como a brasileira, cujas ideologias patriarcais, conservadoras e machistas se destacam e têm entregado às mulheres violência e morte.

Como já expressado, a poesia, nossa materialidade de análise, foi inicialmente publicada no ano de 2018 e depois em 2021, um período de três anos de grande expressão do conservadorismo na cena política nacional e que resultou na chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto – a onda conservadora já aparecia de maneira significativa no Brasil desde as manifestações de junho de 2013, e se fortaleceu com a eleição de Donald Trump em 2016 para a presidência dos Estados Unidos e com o seu apoio a Bolsonaro na campanha presidencial.

Nesta cena, a crítica da poeta aparece logo no título da poesia-materialidade, formado apenas pelo significante “vocação”, que aponta para pelo menos dois efeitos de sentido. O primeiro remete aos dogmas sagrados/religiosos, como se toda mulher fosse chamada/convocada por um ser superior, um deus,   maternidade. Pela memória discursiva, somos levados ao pr -construído da história cristã de Maria, mãe de Jesus, que aceita/obedece sem questionamento ou contestação a ordem de Deus para gerar o seu Filho. Esse efeito de sentido proveniente da ideologia cristã/religiosa é bastante presente no interdiscurso/memória discursiva do povo brasileiro e contribui, sobremaneira, para a filiação, manutenção e reiteração das ideologias patriarcal e machista na sociedade.

O outro sentido aponta para o ser mãe como “profissão”, só que sem s lrio. Não   toa, desde muito cedo as meninas são ensinadas a cuidar, a partir das

brincadeiras de boneca e de “casinha”. Assim, ser mãe = vocação = profissão = trabalho de cuidado com a família e a casa, sem remuneração. Lembramos, inclusive, de ouvir muitas vezes, seja nos meios de comunicação ou nas relações interpessoais, mulheres, ao serem perguntadas sobre sua profissão, responderem que são “donas de casa”, sem compreender que trabalham cotidianamente sem retorno financeiro – olhos vendados por (falsas) transparências lançadas no interdiscurso pelas ideologias capitalista e patriarcal. Nesse sentido, Federici (2021, p. 33) aponta que

a família é, em essência, a institucionalização de nosso trabalho não assalariado, de nossa dependência não assalariada dos homens, e, portanto, a institucionalização de uma divisão no interior da classe trabalhadora que disciplinou também os homens. Pois nossa condição de não assalariadas, nossa dependência econômica, manteve os homens presos a seus empregos, garantindo que, se quisessem recusar trabalho, seriam confrontados com a esposa e as crianças que dependiam de seu salário.

Dentro do abordado, as mulheres brasileiras têm uma especificidade que as coloca em situação ainda mais complexa do que a abordada por Federici, uma vez que muitas são mães solo e, por isso, as únicas responsáveis pelo cuidado e sustento dos filhos e de si mesmas. De acordo com a pesquisa “As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho” do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2023, p. 5),

a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

No Brasil, onde o abandono paterno é uma realidade cotidiana, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, 11 milhões de mães criam seus filhos sozinhas, sendo que 90% delas são mulheres negras (MARIE CLAIRE, 2023). Assim, enquanto trabalhadoras/mão de obra do capitalismo, precisam se desdobrar em rotinas extenuantes de trabalho profissional, de cuidado dos filhos, de si mesmas e de suas casas.

Dando sequência à análise, ao pensarmos nos cinco versos que compõem a primeira estrofe, “um corpo que carrega | um útero | é submetido ao decreto | da incondicionalidade | é submetido ao destino | de um útero”, temos um efeito de sentido que aponta para a centralidade do útero na função/lugar social de mãe, que é atribuído à mulher, visto que “um corpo que carrega um útero” é o corpo dela. A escolha lexical

da poeta pelo artigo indefinido “um” e não “o” antes do significante “corpo” nos remete a pelo menos dois efeitos de sentido. Um deles aponta para um destino que é de todas, não de uma mulher em específico. O outro remete aos homens trans, como questionamento à ideologia do cisheteropatriarcado, que obriga as pessoas a performarem gêneros impostos pela condição do sexo biológico, negando suas existências.

Da mesma forma percebemos o significante “útero”, como metonímia para o significante “mulher”. Assim, as mulheres são percebidas e valoradas pela presença do útero → obrigatoriedade de ser mãe.

Os versos 3 e 4, “é submetido ao decreto | da incondicionalidade”, apontam para uma pretensa adesão irrestrita e/ou falta de escolha da mulher em ser mãe, imposta pela sociedade. Pela memória discursiva, o significante “decreto” (ordem vinda de autoridade) aponta para as “leis” impostas à mulher. Essas “leis/ordens” podem partir de alguns tipos de autoridade, como a jurídica, institucionalmente constituída, que criminaliza o aborto; ou uma “lei” ideológica, que seja aceita por certas formações discursivas (FD’s), como a proveniente da “autoridade” religiosa, por exemplo, que é contrária ao aborto; ou a “autoridade” patriarcal, que cobra o papel de mãe das mulheres – aparelhos ideológicos jurídico, religioso e familiar. Cada um, a seu modo, visa o controle dos corpos das mulheres. Os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIE’s – são “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43).

Temos, assim, o sentido de que o destino da mulher é ser mãe. A falta de escolha e/ou adesão da mulher em se tornar mãe é marcada, ainda, pelo significante “incondicionalidade” (verso 4). É fato que desde os primeiros anos de vida as meninas são motivadas a cuidar de bonecas, a brincar com fogões, panelas etc., uma construção ideológica patriarcal ainda muito presente e aceita nos dias de hoje. De maneira oposta, ainda é muito incomum que meninos sejam estimulados a brincar “de casinha” ou com bonecas e bonecos, mesmo que no futuro venham a ser pais ou precisem cuidar de si e da própria casa.

Os versos 5 e 6, “é submetido ao destino | de um útero”, apontam para a reiteração da falta de controle da mulher sobre o próprio corpo, marcado pelo significante “destino”. A mulher, assim, não tem outra escolha senão a de ser mãe. O mesmo significante pode apontar também para uma esfera transcendental, sobre-humana, divina. Percebemos nestas duas sequências discursivas a forte presença das ideologias patriarcal e religiosa como autoridade inquestionável, não deixando escolha para as mulheres.

O controle dos corpos das mulheres por diferentes AIE’s aparece mais uma vez na estrofe 2. Nos versos 1 e 2, “os grandes sacerdotes e os pequenos” temos o AIE religioso, igrejas, pastores, padres etc., de grandes ou pequenas denominações que se multiplicam país afora. De acordo com o FFLCH USP (2023), “[...] em 2019, foram abertas 6.356 Igrejas Evangélicas no Brasil, uma média de 17 novos templos por dia”, o que amplia a influência e o poder dessa ideologia na sociedade.

Nos versos 3 e 4, a crítica da enunciadora se volta à função de autoridade da mídia (televisão, internet, redes sociais etc.) como AIE e a sua busca pelo controle da escolha da mulher em ser mãe. Em 2022, por exemplo, a atriz e militante da direita brasileira, Antonia Fontenelle, causou grande repercussão na internet ao vazar a informação sigilosa e íntima por lei de que a também atriz Klara Castanho entregou um filho recém-nascido para adoção, acusando-a de abandono de incapaz. Castanho, que havia, sim, entregue o filho à adoção por ser fruto de um estupro, precisou lidar, além da dor descomunal da violação sexual e de uma gravidez não esperada nem querida, com a gigantesca exposição e os julgamentos/comentários de um “tribunal on-line” em um momento extremamente delicado e de dor (TERRA, 2023). Disse Klara Castanho a respeito do episódio:

Este é o relato mais difícil da minha vida. Pensei que levaria essa dor e esse peso somente comigo. Sempre mantive a minha vida afetiva privada, assim, expô-la dessa maneira é algo que me apavora e remexe dores profundas e recentes. No entanto, não posso silenciar ao ver pessoas conspirando e criando versões sobre uma violência repulsiva e de um trauma que sofri. Fui estuprada. Relembrar esse episódio traz uma sensação de morte, porque algo morreu dentro de mim. Não estava na minha cidade, não estava perto da minha família nem dos meus amigos.

[...]

Bom, agora a notícia se tornou pública, e com ela vieram mil informações erradas e ilações mentirosas e cruéis. Vocês não têm noção da dor que eu sinto. Tudo o que fiz foi pensando em resguardar a vida e o futuro da criança.

Cada passo está documentado e de acordo com a lei. A criança merece ser cuidada por uma família amorosa, devidamente habilitada à adoção, que não tenha lembranças de um fato tão traumático. E ela não precisa saber que foi resultado de uma violência tão cruel. Como mulher, eu fui violentada primeiramente por um homem e, agora, sou reiteradamente violentada por tantas outras pessoas que me julgam. Ter que me pronunciar sobre um assunto tão íntimo e doloroso me faz ter que continuar vivendo essa angústia que carrego todos os dias. A verdade é dura, mas essa é a história real. Essa é a dor que me dilacera (G1, 2022c).

Antonia Fontenelle foi condenada a pagar uma indenização à atriz Klara Castanho (TERRA, 2023), mas a punição financeira é por si só incapaz de extirpar o sofrimento que o julgamento midiático pode acarretar psicologicamente a uma pessoa, especialmente àquela vítima de uma violência tão vil como o estupro. E, se para Castanho, uma mulher branca, com destaque na mídia e boa condição socioeconômica a sensação foi de “morte”, pensamos nas mulheres pretas, indígenas, periféricas e pobres, que, sem oportunidade de escolha, morrem todo dia, seja social e/ou psicologicamente ao serem obrigadas a lidar com um filho não desejado; ou, ainda, morrem biologicamente ao tentarem o aborto em clínicas clandestinas. A ideologia patriarcal-conservadora-religiosa busca a desunião das mulheres e a destruição da sororidade entre elas, uma vez que a divisão é essencial à subordinação sem revolta e amparo mútuo dentro da organização social capitalista. De acordo com Akotirene (2022, p. 22),

[...] enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e ser cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional ou militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo.

Os versos 5, 6 e 7 da estrofe 2, “como os corredores brancos | todos ensinam | o percurso do útero”, remetem, também, ao controle sobre os corpos das mulheres. O artigo definido “o” usado pela enunciadora, marca o “único” percurso do útero: gestar. Os significantes “corredores brancos” nos retornam, pela memória discursiva, aos serviços de saúde, hospitais, clínicas etc., locais onde também agem as ideologias patriarcal, conservadora e cristã, criando uma (falsa) transparência sobre a “vocaçãõ” da mulher para a maternidade. O caso da atriz Klara Castanho joga luz sobre mais essa violência. Ela diz o seguinte:

[...]

Em uma consulta médica contei ter sido estuprada, expliquei tudo o que aconteceu. O médico não teve nenhuma empatia por mim. Eu não era uma

mulher que estava grávida por vontade e desejo, eu tinha sofrido uma violência.

E mesmo assim esse profissional me obrigou a ouvir o coração da criança, disse que 50% do DNA eram meus e que eu seria obrigada a amá-lo. Essa foi mais uma da série de violências que aconteceram comigo. [...] (G1, 2022c).

Dando continuidade à análise, o verso 1 da estrofe 3 se conecta ao último verso da estrofe anterior: “o percurso do útero” (estrofe 2, verso 7) | “que haja vida” (estrofe 3, verso 1). Temos, desta maneira, que o único caminho do útero, marcado pelo artigo definido “o”, é fazer nascer vida, marcado pela flexão do verbo haver – “haja”, que, pela memória discursiva nos leva à ideologia religiosa mais uma vez. A estrutura sintático-lexical parece com certos enunciados bíblicos, como do livro do Gênesis: “Faça-se a luz”; “Que as águas que estão debaixo dos céus se ajuntem”; “Que deem fruto segundo a sua espécie”. Há uma oscilação entre modo subjuntivo e imperativo que expressa o desejo do divino como ordem. Assim, temos “que haja vida pelo útero” = que exista vida, que a vida aconteça, que surja vida, que se produza vida, sempre pelo útero, ou seja, por meio do corpo da mulher.

Neste contexto, a estrofe 3 (versos 1 a 6) e a estrofe 4 (versos 1-7) se conectam, em um efeito de sentido que aponta para o domínio/controlado dos corpos, não apenas das mulheres, mas também das meninas, no que tange à gravidez:

Estrofe 3

1. que haja vida
2. porque um útero crescido
3. – às vezes nem tanto
4. deve fazer brotar vida
5. pernas braços olhos
6. espírito

Estrofe 4

1. um corpo que carrega
2. um útero
3. precisa de um espírito
4. que o preencha

5. o espírito forçado entre as pernas

6. enfiado enfiado enfiado

7. obrigatório

Os significantes “útero crescido” apontam para o efeito de sentido da gravidez de uma mulher adulta, enquanto os significantes “às vezes nem tanto”, remetem à absurda e revoltante gravidez de crianças, adolescentes e jovens, o que ocorre normalmente por estupro. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, aconteceram, em 2021, 66.020 estupros, sendo que em 75,5% dos casos as vítimas eram vulneráveis, ou seja, sem capacidade de consentimento. Ainda, que 61,3% das vítimas tinham até 13 anos de idade e em 79,6% dos casos, o violentador era conhecido da vítima (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Tomando mais uma vez o estado do Espírito Santo de maneira metonímica para o que ocorre em semelhança no Brasil, trazemos o excerto de uma publicação jornalística que trata de um acontecimento abjeto e revoltante, acontecido no ano de 2020: o estupro que se tornou a gravidez de uma criança de dez anos, que era violentada pelo tio desde os seis, e a extrema dificuldade da realização do aborto (EL PAÍS, 2020). Esse caso, como o da atriz Klara Castanho, foi levado ao tribunal da internet, desta vez por figura do Estado, a Ministra da Secretaria de Mulheres do governo federal de extrema-direita à época e pastora evangélica, Damares Alves. A ação da Ministra tinha o objetivo de atrapalhar a realização do aborto, que é garantido pela lei brasileira, visto a gestação ter sido proveniente de um estupro. Não bastasse a vil violência masculina contra um ser humano indefeso, em início da vida e, portanto, sem condições físicas e psicológicas de defesa, bem como todas as consequências danosas que o ato em si provocou e poderá acarretar no decorrer do tempo à menina, o aborto legal só ocorreu em outro estado da federação e ainda sob forte protesto de ativistas radicais da ideologia conservadora e religiosa da extrema-direita brasileira, como havia acontecido anteriormente no estado de origem da criança. A violência e a hipocrisia das pessoas que protestaram e agiram de maneira contrária ao aborto impressionam, inicialmente, porque falamos de uma criança grávida. Também, pois elas muito provavelmente não seriam uma rede de apoio de cuidado dessa nova vida, tampouco financeiro, afetivo, etc. Acordamos com Federici (BOITEMPO, 2023) ao afirmar o seguinte a respeito das campanhas de “direito à vida”: “O direito à vida só dura enquanto o feto está no útero. Eles não se importam se a criança, depois de

nascer, vai viver ou morrer, mas eles vão perseguir a mulher, chamando-a de assassina”. Assim, a criminalização do aborto diz muito mais sobre o controle das mulheres do que acerca do direito à vida.

Ainda a respeito das estrofes 3 e 4, a crítica da enunciativa se volta especialmente à ideologia cristã, marcada pelo significante “espírito”. Há o deslizamento desse sentido na estrofe 3 (verso 6) para o órgão sexual masculino na estrofe 4, “o espírito forçado entre as pernas (verso 5)”. No verso que segue, o 6, a revolta da enunciativa fica muito evidente pela repetição do significante “enfiado enfiado enfiado”, que, juntamente com o verso anterior (“o espírito forçado entre as pernas), produzem o efeito de sentido do estupro, marcado pelo significante “forçado”. Essa construção parece deslizar e confundir os sentidos de estupro e maternidade obrigatória, como se a poeta estivesse demonstrando o quanto é violenta a maternidade por obrigação. Temos, assim, que o “espírito” (ideologia religiosa/cristã) que preenche o corpo da mulher (aquele que “carrega um útero”) é o órgão sexual masculino, com vistas a uma necessidade (“vocação), marcada pelo significante “precisa”, da mulher em ser mãe, em fazer “brotar vida”. O bebê é apresentado na materialidade dentro de um imaginário cristão (marcado pelo significante “espírito”), “pernas, braços, olhos, espírito”; mais uma crítica da poeta à tentativa de controle propagada pelo AIE religioso (ALTHUSSER, 1980) e reiterada pelas FD’s filiadas a essa ideologia na sociedade.

Ao refletirmos a respeito da escolha lexical da poeta pelo verbo “preencher” (“preencha”, estrofe 4, verso 4), temos um efeito de sentido de que uma mulher é “vazia”, que só se completa se for mãe, afinal, normalmente algo a ser preenchido não se encontra cheio. Inclusive, já ouvimos que “a mulher que não tem o útero é vazia” e o verbo escolhido pela poeta-enunciativa contribuiu para a retomada desse sentido pela memória discursiva, efeito esse que é uma (falsa) transparência no interdiscurso, propagada e reiterada pelas ideologias capitalista e patriarcal, de forma que as mulheres se sintam na obrigação de serem mães. Em pesquisa qualitativa a respeito do significado para as mulheres da retirada do útero por indicação médica, Sbroggio; Osis e Bedone (2005) demonstram justamente essa significação por parte delas: ficar oca; no que se refere à feminilidade, à vida afetiva e sexual, e ao olhar de seu companheiro a seu respeito.

Em seguimento à análise, passamos às duas últimas estrofes (5 e 6):

Estrofe 5

1. um útero é um sarcófago
2. de uma mulher
3. é a máquina
4. inquebrantável
5. de uma mulher

Estrofe 6

1. uma mulher é um útero
2. que carrega algo
3. há dias em que gente
4. há dias em que chumbo.

No primeiro verso da estrofe 5, pensamos que o significante “sarcófago” desliza pela metáfora para “morte”. Assim, o útero é a morte de uma mulher. E, ao pensarmos no útero como a morte de uma mulher, somos levados pelo interdiscurso a, ao menos, dois efeitos de sentido. Um deles remete ao sentimento de morte enquanto tristeza extrema, proveniente da vida materna (“há dias em que gente” = gravidez → maternidade, estrofe 6, verso 3) que acontece não por uma escolha da mulher, mas por uma obrigatoriedade imposta na sociedade por diferentes ideologias e seus interesses (capitalista, religiosa-cristã, conservadora e patriarcal, por exemplo). Em decorrência dessa não-escolha temos a tristeza extremada da mulher, o sentimento de “morte”.

O outro sentido ocorre a partir de três sequências discursivas, “uma mulher é um útero” | “que carrega algo” (estrofe 6, versos 1 e 2), “há dias em que chumbo” (estrofe 6, verso 4). Um efeito de sentido aponta para o feminicídio, a interrupção violenta da vida de uma mulher pelo simples fato de seu gênero, determinado biológica e socialmente pelo útero. O significante “chumbo” remete pelo interdiscurso à violência por arma de fogo; em 2021, ano de publicação da antologia, esse tipo de arma foi responsável por 29,2% dos feminicídios (PÚBLICA, 2022b). Outra possibilidade é pensarmos na palavra “chumbo” como símbolo/metáfora de todo esse peso que as

mulheres carregam, da pressão pela maternidade obrigatória, da redução de suas vidas e suas subjetividades apenas ao ser mãe, independente se isso é um desejo ou escolha da mulher. “Chumbo” pode derivar, ainda, para veneno, que também causa a morte – como se a sociedade patriarcal condenasse à morte (simbólica ou real) toda mulher que se recusasse a ser mãe. O chumbo, inclusive, era utilizado na antiguidade chinesa como contraceptivo ou para provocar aborto:

“Na obra ‘Tales of Contraception (‘Histórias da Contracepção’, em tradução livre), o pesquisador Percy Skuy conta que, por volta de 2.000 a.C, as chinesas eram encorajadas a beber óleo com chumbo ou mercúrio para evitar filhos ou provocar o aborto. Funcionava: quem não ficava estéril, morria” (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2021).

Na estrofe 5, o adjetivo “inquebrantável” (verso 4) que se refere e adjetiva/qualifica o significante útero (verso 1), aponta para ao menos três sentidos. O primeiro remete a algo que não quebra, algo perfeito, portanto, divino; o que percebemos como reiteração do caráter de crítica à ideologia religiosa na materialidade. O outro sentido aponta para “inquebrantável” = incansável, e, pela memória discursiva, somos levados à religião mais uma vez, porquanto o sexo no cristianismo é destinado somente à procriação/reprodução, como já citado anteriormente, não fornecendo escolha à mulher, que trabalhará incansavelmente para a criação de sua prole. “Inquebrantável” refere-se, ainda, à “máquina” (“é a máquina | inquebrantável | de uma mulher”). A mulher, assim, é destituída de sua humanidade, reduzida apenas a uma máquina para desempenhar a função reprodutiva.

Dada a polissemia, diversos significantes escolhidos pela poeta-enunciadora no decorrer da poesia deslizam para um efeito de sentido de crítica à pretensa “obrigatoriedade” de que “um corpo que carrega um útero” deve/precisa/foi feito para gestar um filho, ou seja, que existe nos corpos do gênero feminino uma vocação natural à maternidade, conforme procuram estabelecer como transparência na sociedade – e têm obtido êxito no decorrer da história – as ideologias capitalista, patriarcal, machista e conservadora-religiosa. Os significantes a que nos referimos são: “submetido” (estrofe 1, verso 3), “decreto” (estrofe 1, verso 3), “incondicionalidade” (estrofe 1, verso 4), “destino” (estrofe 1, verso 5), “deve fazer” (estrofe 3, verso 4), “precisa” (estrofe 4, verso 3), obrigatório (estrofe 4, verso 7), “uma mulher é um útero” (estrofe 6, verso 1).

Ademais, ao refletirmos acerca da poesia em sua totalidade chama a nossa atenção a repetição do significante “útero”, que aparece em todas as estrofes, excesso, que segundo Ernst-Pereira (2009) é uma estratégia discursiva caracterizada por algo que aparece de maneira demasiada no discurso. Por outro lado, a palavra “mulher” só aparece na quinta estrofe. O apagamento do significante remete ao apagamento da própria mulher. Ela só existe enquanto função reprodutora, peça na engrenagem da máquina patriarcal-capitalista. Contradiscurso que é, a materialidade tece uma dura crítica a esse lugar que essas ideologias têm buscado fornecer à mulher durante a história e ainda hoje, que é o da (re)produção (mãe) da força de trabalho (“uma mulher é um útero”). Sob o manto da vocação enquanto inclinação natural cobrada socialmente das mulheres, o capitalismo segue aprisionando-as em duplas, triplas jornadas de cuidado. Seu trabalho sem remuneração segue sendo parte essencial na produção de riqueza do capital, sem que muitas sequer tenham consciência disso.

Por fim, é importante citarmos que o AIE religioso segue sendo um importante meio de disseminação das ideologias patriarcal e machista que contribuem para a desigualdade de gênero no Brasil, o país que mais acredita em Deus no mundo (O GLOBO, 2023). O livro de Gênesis, 3:16 ilustra bem o que afirmamos: “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor dará à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (BÍBLIA ON, 2023).

Perante tudo que abordamos, em nosso gesto de leitura compreendemos “vocação” como um protesto contundente, um contradiscurso de uma enunciativa-mulher, supostamente a própria poeta, em oposição ao empreendimento permanente de controle, não apenas do próprio corpo (que aqui, pela metáfora, lemos, também, como suas escolhas), mas dos corpos de uma coletividade de mulheres/e ou sujeitos dotados de útero – especialmente aqueles atravessados pela interseccionalidade, como os pretos, indígenas e os de classe socioeconômica desprivilegiada –, por certos estratos sociais brasileiros detentores de poder, filiados às ideologias patriarcal, machista, conservadora e religiosa (especialmente a cristã), em vista dos próprios interesses. Desta maneira, a classe dominante do capital, nesse caso a conservadora, – conforme Althusser (1985, p. 71) “a ideologia dominante [...] é a ideologia da ‘classe dominante’ [...]” –, utiliza os diferentes AIES’s para a disseminação e a reiteração de (falsas) transparências no imaginário social que levem à subordinação das mulheres

perante os homens, em prol de sua própria existência, que depende desse arranjo social para acontecer plenamente. A violência, neste contexto, acontece pela repressão àqueles corpos que carregam úteros e que não cumprem as “ordens”; ou pelo consentimento construído (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), que compreendemos como a (falsa) transparência ideológica. Repressão e consentimento que acontecem a partir das ideologias propagadas pela classe dominante, com vistas ao controle de mentes e corpos, para manutenção dos seus privilégios financeiros.

A violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista – pois é, apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição. Uma forma de violência que não pode ser impedida sem impedir as outras (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 65).

Althusser (1980, p. 46) afirma que “[...] qualquer Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, <<funciona>> simultaneamente pela violência e pela ideologia”; mas afirma, também, que além de serem máquinas ideológicas que produzem relações de trabalho, os AIE são palco da luta de classes (ALTHUSSER, 1980). Desta forma, percebemos “vocalização” em posição de embate nesse palco, lutando de maneira corajosa, a partir da linguagem, contra um *status quo* poderoso de re(produção) do trabalho, ou seja, capitalista.

Já finalizando, compreendemos que a última estrofe, “uma mulher é um útero | que carrega algo | há dias em que gente | há dias em que chumbo”, sintetiza o discurso crítico e de revolta da enunciativa em toda a materialidade: um corpo dotado de útero não é designado pela natureza à maternidade, tampouco sujeito à “pretensa” obrigatoriedade ideológico-capitalista de se tornar mãe. Quando a sociedade, enfim, respeitar o corpo do gênero feminino como o faz com o masculino, não teremos corpos com útero mortos por suas escolhas, quaisquer que sejam elas.

Após a apresentação das seis análises discursivas, a seguir passamos às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos às considerações finais, reafirmamos que não temos a pretensão de esgotar as discussões acerca do objeto abordado nesta pesquisa; assim, o que apresentamos aqui, como também já asseverado, são os efeitos de sentido que encontramos após análise das materialidades poético-discursivas em sua opacidade, procurando minuciosamente por pistas, marcas linguísticas, ruídos e silêncios que significam (SOUSA; GARCIA; FARIA, 2014).

Tendo como objetivo geral analisar discursivamente como os conflitos sociais da contemporaneidade brasileira se manifestam em poesias presentes na antologia “As 29 poetisas hoje”, de forma a denunciar essas fissuras, contribuir com a amplificação e a circulação dos discursos dessas mulheres poetisas e colaborar com a politização, a partir da criticidade que emerge da Análise de Discurso Materialista, anotamos abaixo nossas ponderações.

Na análise 1, da poesia “dia 1. nome completo.” vislumbramos a violência da colonização-estupro, de mulheres e de recursos naturais, a partir da chegada dos portugueses no Brasil, além da herança colonial, patriarcal e machista legada desde então às mulheres brasileiras, sobretudo às indígenas e negras. Ainda, a nossa história violenta de arroubos autoritários e ditatoriais, passado sempre-aqui – atualizado, mas sem sucesso, na tentativa de golpe em 08 de janeiro deste ano, quando os prédios dos Três Poderes foram destruídos por bolsonaristas que não aceitavam a derrota da extrema-direita para a presidência.

Em “Matriarcal cunhã”, análise 2, a poeta-enunciadora denuncia “com pressa” (“não tenho tempo”), dada a urgência, as violações e a violência contra os povos originários, além de amplificar com sua voz a voz de um povo, suas lutas pela posse dos territórios (demarcação) e pela defesa do meio ambiente, pela coletividade em detrimento do individualismo, por sua cultura, religiosidade e ancestralidade, contra o avanço do capitalismo predatório ansioso por “passar a boiada” (G1, 2020b), enfim, por um futuro ancestral.

Na análise 3, da poesia “Universo das Saias”, percebemos que a violência do período escravocrata ainda sangra o Brasil, e a vingança desse tempo pode ser percebida na subjetividade de uma enunciativa-poeta, que em sua posição-sujeito de mulher-preta-mucama “dá um tapa estralado na cara da Sinhá” ao se libertar do serviço doméstico e partir para a universidade, ou seja, denota a esperança pela mobilidade/ascensão social por meio da educação universitária, além da ocupação de espaços de poder.

Em “idade da pedra”, análise 4, vislumbramos a desigualdade parida pelo capitalismo e concretizada em problemas sociais, econômicos e de gênero, pedras no caminho cotidiano de uma mulher-mãe brasileira, provavelmente negra, visto que 90% das mães solo no Brasil pertencem a essa raça/etnia (G1, 2023c), na sua luta diária para levar o alimento a seus filhos. Nesse nosso país, um dos mais desiguais do mundo, ela vive em um ambiente hostil (comparado pela poeta à idade da pedra), “carregando muito mais que peso” nas “cidades esquinas asfaltos & chãos de terra batida”: a realidade de falta de oportunidades, a violência masculina, a tentativa permanente de subjugação pela sociedade e o excesso de demandas de cuidado parental e da casa. Essas demandas a petrificam no decorrer do poema, endurecendo-a, de maneira que possa suportar sozinha tamanha carga, visto que a figura paterna não aparece na poesia, realidade de grande parte das famílias brasileiras comandadas por mães-solo.

Na análise 5, da poesia sem título, de Luna Vitrolira, o ápice de horror e desumanidade gerado pela desigualdade de gênero, patriarcal e machista é colocado em foco: o feminicídio. Ainda, a convivência por omissão da sociedade que “dormia e dorme”, e assim pouco ou nada faz para uma mudança dessa realidade absurdamente cotidiana sobre os corpos das mulheres.

Fechando nossa seção de análises, nosso gesto de leitura sobre “vocaçãõ” aborda um corpo-existência percebido pela sociedade neoliberal como útero e a violência da não possibilidade de escolha deste sobre a maternidade, desumanizado pela ótica capitalista ao nascer “vacionado” pela ideologia dominante a gestar e parir. Sob uma falsa transparência ideológica de sentido conservadora-religiosa-cristã, a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado, “um corpo que carrega um útero” é

engrenagem da (re)produção da força de trabalho, essencial para a maximização de lucros do capital.

Dentro do exposto, em todas as análises, um significante interliga as diferentes enunciadoras e seus discursos: a violência. Violência que se materializa na pobreza de gênero; na investida constante de sujeição social sobre elas; na falta de oportunidades e ocupação de espaços de decisão e poder; na impossibilidade jurídica e ideológica de escolha sobre o próprio corpo quanto à maternidade; na dependência de um outro masculino que se percebe no “direito” de decidir se ela vai viver ou morrer. Violência-consequência, herança de um passado-sempre-presente, looping de violações que aterroriza o corpo, a mente, e em consequência, a existência de quem nasceu com útero; ferramenta de controle sem a qual o capitalismo não se mantém e que é denunciada nas materialidades poéticas que aqui analisamos. Contradiscursos, gritos de resistência, pela existência.

Pensamos ser relevante apresentar um breve panorama a partir de alguns eventos que aconteceram neste ano de 2023 e que denotam simbolismos importantes de ocupação de espaços de poder por mulheres, no Brasil e no mundo. Iniciamos com a professora Heloisa, ex-Buarque de Hollanda, agora Teixeira em homenagem à sua mãe (ABL, 2023), que se tornou imortal da Academia Brasileira de Letras neste ano, levando a questão das mulheres da periferia consigo, a partir de projetos como o Universidade das Quebradas e o Mulheres nas Quebradas, ambos pertencentes ao Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras da UFRJ, do qual ela faz parte.

Atualmente, temos três ministras negras, Anielle Franco, Margareth Menezes e Marina Silva no governo federal, a primeira à frente do Ministério da Igualdade Racial, a segunda, do Ministério da Cultura e a terceira, do Meio Ambiente, além de uma ministra indígena, Sônia Guajajara, comandando o Ministério dos Povos Indígenas. Também uma mulher ocupa a cadeira de Ministra da Saúde, Nísia Trindade, o que ocorre pela primeira vez na história do nosso país (CONASS, 2023). Ainda, Cida Gonçalves à frente do Ministério de Mulheres, Simone Tebet, comandando o Ministério do Planejamento e Orçamento, Esther Dweck, à frente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Luciana Santos, no comando do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também neste ano, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido a uma mulher, Narges Mohammadi, voz da revolução feminina histórica do Irã contra a opressão do atual regime. A ativista de direitos humanos foi a décima nona mulher a receber o prêmio, ante noventa e dois entregues a homens. Ela encontra-se neste momento presa, condenada a 31 anos e 154 chibatadas (G1, 2023d).

Além disso, o Prêmio Nobel de Economia foi concedido à estadunidense Claudia Goldin, por sua pesquisa a respeito das mulheres no mercado de trabalho, que demonstrou o peso da maternidade para a disparidade salarial e de oportunidades entre os gêneros. Goldin é apenas a terceira mulher a receber a honraria em 55 anos de existência do prêmio (G1, 2023e).

Esses são pequenos avanços que, sabemos, não chegam de maneira igualitária a todas as mulheres, mas que a nosso ver devem ser colocados em lume, uma vez que podem contribuir e/ou inspirar uma perspectiva de mudança social.

Assinalamos enfaticamente os muitos e grandes desafios das mulheres brasileiras a esses espaços, cujas existências são atravessadas por marcadores interseccionais de raça/etnia, gênero e classe, e que vivem em uma sociedade de lógica neoliberal capitalista de desigualdade abissal.

Em face do exposto, a publicação e circulação de “As 29 poetas hoje” é resistência das mulheres brasileiras contemporâneas, tomada de espaços de poder de fala e de escrita, de publicação, de denúncia, de grito, de existência. Discurso engajado que se afasta do imaginário ideológico de poesia “feminina” tida no interdiscurso/memória discursiva como amena, ingênua, delicada e doce. Dicção própria que não mimetiza vozes masculinas e se levanta para adentrar “chutando a porta”, se preciso for, nos espaços antes não permitidos a elas, em busca de mudança social. Vozes de mulheres que se (re)voltam em combate às violências postas; esperança-ação de um futuro de vida plena a partir da igualdade-direito em oposição ao capitalismo, cerne de ideologias violentas que beneficiam o lucro individual em detrimento do coletivo.

Ainda, à semelhança de anos atrás quando Hollanda publicava “26 poetas hoje”, as poetas contemporâneas questionam e combatem, de maneira corajosa, além

das opressões, desigualdades históricas e fissuras sociais atuais, também o conservadorismo presente e crescente no momento de publicação da antologia.

Consideramos, por fim, a contribuição da nossa pesquisa com a politização ao abordar e circular teorias e análises discursivas. Como afirmado por Orlandi (2020, p. 6-7),

não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL. Academia Brasileira de Letras. **ABL na mídia - O Globo - Veja a prova do fardão de Heloisa Teixeira, que irá tomar posse como imortal da ABL.** 2023. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/noticias/abl-na-midia-o-globo-veja-prova-do-fardao-de-heloisa-teixeira-que-ira-tomar-posse-como>>. Acesso em 12 out. 2023.

A GAZETA. **Enfermeira é assassinada a tiros pelo ex-marido na frente das filhas no ES.** 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/policia/enfermeira-e-assassinada-a-tiros-na-frente-das-filhas-pelo-ex-marido-no-es-0921>>. Acesso em: 06 set. 2023.

A GAZETA. **Mulher é morta pelo marido durante briga em São Gabriel da Palha.** 2023a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/policia/mulher-e-morta-pelo-marido-durante-briga-em-sao-gabriel-da-palha-0323>>. Acesso em: 06 set. 2023.

A GAZETA. **Mulher é assassinada a tiros em Marataízes e ex-marido é suspeito.** 2023b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/policia/mulher-e-assassinada-a-tiros-em-marataizes-e-ex-marido-e-suspeito-0523>>. Acesso em 06 set. 2023.

A GAZETA ES. **Feminicídio: marido mata a facadas esposa que sonhava ser cantora no Espírito Santo.** Vitória, 17 set. 2023. Instagram: @agazetaes. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CxTILgmBxxq/>>. Acesso em 17 set. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas.** 2023a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/no-brasil-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-cada-quatro-horas>>. Acesso em 21 abr. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país.** 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **FGV: mais pobres sofrem maior impacto na pandemia.** 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>. Acesso em 10 out. 2023.

AGÊNCIA IBGE. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens.** 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

AGÊNCIA IBGE. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país.** 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. **Pesquisador da Fiocruz explica como crise humanitária se originou no território Yanomami.** 2023. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/pesquisador-da-fiocruz-explica-como-crise-humanitaria-se-originou-no-territorio-yanomami.>>. Acesso em 18 out. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres.** 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença | Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMANTE, Vandrezza. **43 mulheres indígenas do Brasil e da América Latina para se inspirar**. Disponível em: <<https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

ANDIFES. **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país**. 2021. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=89578>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em 15 set. 2023.

ARRIBAÇÃO. **Com intervenção artística, curso e simpósio, Coletiva Palabreria divulga atividades de janeiro e fevereiro**. 2022. Disponível em: <<https://arribacao.com.br/2022/01/17/com-intervencao-artistica-curso-e-simposio-coletiva-palabreria-divulga-atividades-de-janeiro-e-fevereiro/>>. Acesso em 15 jul. 2023.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. **Entenda o que diz a lei sobre aborto legal no Brasil**. 2022. Disponível em: <[AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Sem anticoncepcional: Quais eram os métodos contraceptivos na antiguidade?** 2021. Disponível em:](https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/entenda-o-que-diz-a-lei-sobre-aborto-legal-no-brasil#:~:text=O%20aborto%20%C3%A9%20autorizado%20em,o%20C%C3%B3dig o%20Penal%2C%20de%201940.>>. Acesso em 02 set. 2023.</p></div><div data-bbox=)

<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/como-faziamos-sem-anticoncepcional.phtml>>. Acesso em 11 out. 2023.

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Tradução: Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARROSO, Ayesca Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. **Revista do Ceam**. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. Brasília, v. 6, n. 1, jan./jul. 2020.

BBC NEWS BRASIL. **'Fomos silenciadas!': os detalhes do voto de Rosa Weber pela liberação do aborto**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce52523njv4o>>. Acesso em 26 set. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Parentes cometem 56% dos feminicídios no mundo, alerta ONU**. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-63744407>>. Acesso em: 15 set. 2023.

BÍBLIA ON. **Gênesis 3:16**. 2023. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis_3_16/>. Acesso em 29 set. 2023.

BOITEMPO. 28/09/2023. Instagram: @boitempo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cxte8qbpWTK/>> Acesso em 01 out. 2023.

BRITO, Antônio Carlos de. **Lero-Lero (1967-1985)**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Fado Tropical**. Disponível em: <<https://www.ruyguerra.com.br/musica.php?id=41&idioma=1>>. Acesso em: 01 set. 2023.

CAICEDO-ROA, Mônica *et al.* Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando conceitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 30, número 3, 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários**. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>>. 2023. Acesso em 09 out. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cinco indígenas são eleitos para a Câmara dos Deputados**. 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911616-cinco-indigenas-sao-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/#:~:text=Foram%20eleitos%20cinco%20ind%C3%ADgenas%20nas,Paulo%20e%20recebeu%20156.966%20votos.>>. Acesso em 09 set. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei do feminicídio faz cinco anos**. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-feminicidio-faz-cinco-anos/>>. Acesso em 27 nov. 2023.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. **A voz que canta na voz que fala: poética e política na trajetória de Gilberto Gil**. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5630/5395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 24 nov. 2021.

CATELLAN, João Carlos. Interdiscurso e Memória: a metáfora e a metonímia em Pêcheux/Herbert. **Alfa**, São Paulo, v.66, e14408, 2022.

CENTRO DE CRÍTICA DA MÍDIA. **Ilha das Flores: Recortes e Colagens de Uma Verdade Fragmentada**. 2022. Disponível em: <<https://blogfca.pucminas.br/ccm/ilha-das-flores-recortes-e-colagens-de-uma-verdade-fragmentada/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em 15 set. 2023.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Sobre a lei Maria da Penha**. 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/sobre-a-lei-maria-da-penha/#:~:text=A%20Lei%20Maria%20da%20Penha%20estabelece%20que%20todo%20o%20caso,ser%20remetido%20ao%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico.>>. Acesso em 15 set. 2023.

CNN BRASIL. **Com pandemia, participação de negros no ENEM cai 7,5 pontos percentuais**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com->

pandemia-participacao-de-negros-no-enem-cai-75-pontos-percentuais/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMISSÃO DA VERDADE PUC SP. **Mortos e desaparecidos**. 2023. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html#:~:text=Ainda%20conforme%20levantamento%20feito%20pel a,434%20militantes%20mortos%20e%20desaparecidos.>> . Acesso em 30 ago. 2023.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Nísia Trindade é a primeira mulher a assumir comando do Ministério da Saúde**. 2023. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/nisia-trindade-e-a-primeira-mulher-a-assumir-comando-do-ministerio-da-saude/>>. Acesso em 12 out. 2023.

CONJUR. **A morte de Dom e Bruno, o crime organizado e a perda de território**. 2022. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2022-jun-19/segunda-leitura-morte-dom-bruno-crime-organizado-territorio>>. Acesso em 08 out. 2023.

COSTA, Ana; DUNCAN, Zélia. Princípio da interseccionalidade. In____: **Eu sou mulher, eu sou feliz (cd)**. Biscoito Fino, 2019.

COSTA, Gissele Bonafé. **As margens na literatura: uma análise discursiva de versos marginais**. Campinas, SP : [s.n.], 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Estudos Feministas**, UFSC, v.10, n.1 p.171-188, 2002.

CRUZ, Vilma Aparecida. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 182p.

CULT UOL. **Da ponte pra cá | Luna Vitrolira**. 2021. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/da-ponte-pra-ca-luna-vitrolira/>> Acesso em 05 set. 2023.

DIAS, Jamille Pinheiro; CAMARGO, Raquel. Nota da tradução. In____: **Um feminismo decolonial**. Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Cunhã**. 2023a. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cunh%C3%A3>>. Acesso em 01 out. 2023.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Robusta**. 2023b. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/robusta>>. Acesso em: 09 abr. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em 28 set. 2023.

D´OLIVO, Fernanda Moraes. **O social no cordel: uma análise discursiva**. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5630/5395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 08 set. 2021.

EDITORA URUTAU. **Cecília Floresta**. 2023. Disponível em: <<https://editoraurutau.com/autor/2533>>. Acesso em 23 mar. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>>. Acesso em 26 set. 2023.

ERNEST-PEREIRA, Aracy. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo**. 2009. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso – SEAD, Porto Alegre, 2009.

ERNST-PEREIRA, Aracy; QUEVEDO, Marchiori. Pré-construído e discurso-transverso: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. **Revista do Programa**

de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2 - p. 325-339 - jul./dez. 2013.

ESTADO DE MINAS ECONOMIA. **Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres.** 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml>. Acesso em 09 abr. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EXAME. **Por que as mulheres são hoje maioria entre os endividados?** 2023. Disponível em: <<https://exame.com/conta-em-dia/organizar/mulheres-sao-maioria-endividados/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

EXAME. **Presidente do Inpe é exonerado após embate sobre dados de desmatamento.** 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/presidente-do-inpe-e-exonerado-apos-polemica-sobre-dados-de-desmatamento/>>. Acesso em 08 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. Povos originários em contextos de desigualdade social: Afetividade e bem viver como modos de (re)existência ético-política. In: ____ **Psicologia Política**. vol. 20. n.49. pp. 719-734. 2020.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. O bem viver indígena como compromisso ético-político-afetivo com a coletividade. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 3, 2018.

FERLINGHETTI, Lawrence. **Poesia como arte insurgente**. São Paulo: Editora 34, 2023.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, Rio Grande do Sul, v. 17 n. 35 (2003): Discurso, língua e memória.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. 2007. **Atravessamentos polêmicos em estudos literários**. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15509>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. **O althusserianismo em Linguística: a teoria do discurso de Michel Pêcheux**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 260p.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. **A construção do corpus e do dispositivo de análise: questões metodológicas da Teoria do Discurso**. In: BORGES, G.; BRITO, C.; FRANÇA, T. (orgs.) Diálogos Entre Análise Do Discurso E Linguística Aplicada. Diálogos entre Análise do Discurso e Linguística Aplicada. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 91-112.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. In: FLORES, Giovanna Benedetto et al. (orgs). Discurso, Cultura E Mídia: Pesquisas Em Rede. **A mão mutilada de Lula: do sintoma do discurso anticorrupção ao fetiche do discurso antiesquerdista**. Campinas: Pontes Editores, 2021.

FIGURA 2000. **Ilha das Flores**. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xxuei6Br6Fg>>. Acesso em 28 mar. 2023.

FILHO, João Estevam dos Santos. **A biopolítica do bolsonarismo e a ideologia do “cidadão de bem”**. 2022. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-biopolitica-do-bolsonarismo-e-a-ideologia-do-cidadao-de-bem/>>. Acesso em 05 set. 2023.

FIOCRUZ. **Pesquisador da Fiocruz explica como crise humanitária se originou no território Yanomami**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisador-da-fiocruz-explica-como-crise-humanitaria-se-originou-no-territorio-yanomami>>. 2023. Acesso em 06 out. 2023.

FFLCH USP. **Igrejas Evangélicas abrem 17 novos templos em média por dia no Brasil em 2019.** 2023. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/igrejas-evangelicas-abriram-17-novos-templos-em-media-por-dia-no-brasil-em-2019>>. Acesso em 02 out. 2023.

FFLCH USP. **Ditadura decreta o Ato Institucional nº 5.** 2022. Disponível em: <<https://www.fflch.usp.br/42239>>. Acesso em 01 set. 2023.

FIOCRUZ. **Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas.** Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas>>. Acesso em 15 set. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Congresso terá ao menos oito empresários ou articuladores do garimpo e da mineração.** 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/congresso-tera-ao-menos-oito-empresarios-ou-articuladores-do-garimpo-e-da-mineracao.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **"As 29 poetas hoje" traz voz explosiva de mulheres que viram no corpo uma luta.** 2021a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/02/as-29-poetas-hoje-traz-voz-explosiva-de-mulheres-que-viram-no-corpo-uma-luta.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Pessoas procuram comida em caminhão de lixo em Fortaleza; veja vídeo.** 2021b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/pessoas-procuram-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza-veja-video.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país.** 2021c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml>>. Acesso em 06 out. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro.** 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contr-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 06 out. 2023.

FOLHA ONLINE. **Moradores podem se expressar com palavras no Sarau da Cooperifa.** 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd030505b.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021.** 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contr-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Cultura: música nas tradições indígenas.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-a-musica-nas-tradicoes-indigenas#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20musical%20ind%C3%ADgena%20apresenta,aves%20e%20de%20animais%20silvestres.>>>. Acesso em 01 out. 2023.

GALILEU. **Mulheres da Idade da Pedra viajavam enquanto homens ficavam em casa.** 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/09/mulheres-da-idade-da-pedra-viajavam-enquanto-homens-ficavam-em-casa.html>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

GAMA, Rinaldo. Alfredo Bosi: **Poesia como resposta à opressão.** 2003. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/poesia-como-resposta-a-opressao/>>. Acesso em 12 out. 2023.

GOES, Fernanda Lira et al. **Atlas das Periferias no Brasil:** aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro : Ipea : 2021. 435 p.

GOULART, Clarice de Mattos. Manoel de Barros, entre limites e deslimites: poesia, ruptura e análise do discurso. **LING.– Est. e Pesq.**, Catalão-GO, vol. 17, n. 2, p. 101-119, jul./dez. 2013.

GOV.BR. **Ministério dos povos indígenas.** 2023a. <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/composicao/ministerio/sonia-guajajara>>. Acesso em 01 out. 2023.

GOV.BR. Ministra Sonia Guajajara em entrevista ao vivo para a rádio Voz do Brasil - 02/10/2023. 2023b. Disponível em: <[GOV.BR. **Mulheres são responsáveis familiares em 81,5% dos lares que recebem Auxílio Brasil.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/10/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-5-dos-lares-que-recebem-auxilio-brasil>>. Acesso em: 09 abr. 2023.](https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/entrevistas/2023/10/ministra-sonia-guajajara-em-entrevista-ao-vivo-para-a-radio-voz-do-brasil-02-10-2023#:~:text=O%20que%20h%C3%A1%20%C3%A9%20uma,explora%C3%A7%C3%A3o%20ilegal%20do%20territ%C3%B3rio%20ind%C3%ADgena.>. Acesso em 10 out. 2023.</p></div><div data-bbox=)

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2021, 104p.

GUEDES, Octavio. **Bolsonaro já lamentou que o Brasil não dizimou os indígenas.** 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/03/16/bolsonaro-ja-lamentou-que-o-brasil-nao-dizimou-os-indigenas.ghtml>>. Acesso em 06 out. 2023.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Mulher é morta a facadas pelo próprio companheiro dentro da loja do casal em Nova Venécia, no ES.** 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/norte-noroeste-es/noticia/2023/08/17/mulher-e-morta-a-facadas-pelo-proprio-companheiro-em-nova-venecia-no-es.ghtml>>. Acesso em 06 set. 2023.

G1. **Rejeitado pelo STF, marco temporal é aprovado no Congresso; veja o que pode acontecer.** 2023a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/27/marco-temporal-e-aprovado-em-comissao-do-senado-mas-stf-tem-entendimento-diferente-veja-o-que-pode-acontecer.ghtml>>. Acesso em 05 out. 2023.

G1. **Brasil tem quase 600 mortes por feminicídio em seis meses; Ceará oferece serviços de ajuda às vítimas de violência doméstica.** 2023b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/09/11/brasil-tem-quase-600-mortes-por-femicidio-em-seis-meses-ceara-oferece-servicos-de-ajuda-as-vitimas-de-violencia-domestica.ghtml>>. Acesso em 30 ago. 2023.

G1. **Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas.** 2023c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>>. Acesso em 10 out. 2023.

G1. **Prêmio Nobel da Paz vai para Narges Mohammadi, voz da revolução feminina no Irã.** 2023d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/06/premio-nobel-da-paz-vai-para.ghtml>>. Acesso em 12 out. 2023.

G1. **Nobel de Economia 2023 vai para Claudia Goldin, por seus estudos sobre mulheres no mercado de trabalho.** 2023e. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/09/nobel-de-economia-2023-vai-para-claudia-goldin.ghtml>>. Acesso em 12 out. 2023.

G1. **Mulheres na política: os obstáculos e as violências que dificultam a representatividade feminina - e prejudicam a democracia.** 2023f. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/08/mulheres-na-politica-os-obstaculos-e-as-violencias-que-dificultam-a-representatividade-feminina-e-prejudicam-a-democracia.ghtml>>. Acesso em 15 mar. 2023.

G1. **Arma de fogo é instrumento mais utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil.** 2022a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/17/arma-de-fogo-e-instrumento-mais-utilizado-em-femicidios-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2023.

G1. **Brasil teve um estupro a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas em 2021.** 2022b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/07/brasil-teve-um-estupro-a-cada-10-minutos-e-um-femicidio-a-cada-7-horas-em-2021.ghtml>>. Acesso em 25 set. 2023.

G1. **'Minha história se tornar pública não foi um desejo meu': leia o relato de Klara Castanho.** 2022c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/06/26/klara-castanho-veja-a-integra-da-carta-aberta-sobre-estupro-gravidez-e-adocao.ghtml>>. Acesso em 28 set. 2023.

G1. **O que frases e medidas de Bolsonaro mostram sobre visão dos indígenas? Veja em 3 pontos.** 2022d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/03/16/o-que-frases-e-medidas-de-bolsonaro-mostram-sobre-visao-dos-indigenas-especialistas-explicam-em-3-pontos.ghtml>>. Acesso em 06 out. 2023.

G1. **Moradores dormem na 'fila de ossinhos' para garantir cesta básica em Cuiabá.** 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/21/pessoas-dormem-na-rua-para-garantir-cesta-basica-na-fila-dos-ossos-em-cuiaba.ghtml>>. Acesso em 30 mar. 2023.

G1. **Caso Milena Gottardi: ex-marido, ex-sogro e outros quatro réus são condenados por morte de médica.** 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2021/08/30/caso-milena-gottardi-ex-marido-sogro-e-outros-quatro-reus-sao-condenados-por-morte-de-medica-no-es.ghtml>>. Acesso em 06 set. 2023.

G1. **Indígenas denunciam Bolsonaro por 'crime contra a humanidade e genocídio' no Tribunal Penal Internacional de Haia.** 2021c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/09/indigenas-denunciam-bolsonaro-por-crime-contra-a-humanidade-e-genocidio-no-tribunal-penal-internacional-de-haia.ghtml>>. Acesso em 06 out. 2023.

G1. **Tamanho de área indígena é 'abusivo', diz Bolsonaro em ato do Conselho da Amazônia.** 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/11/tamanho-de-area-indigena-e-abusivo-diz-bolsonaro-em-ato-do-conselho-da-amazonia.ghtml>>. Acesso em 06 ago. 2023.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19.** 2020b. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em 10 set. 2023.

G1. **Os generais de Bolsonaro:** quem são os militares de mais alta patente no círculo do presidente eleito. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/16/os-generais-de-bolsonaro-quem-sao-os-militares-de-mais-alta-patente-no-circulo-do-presidente-eleito.ghtml>>. Acesso em 01 set. 2023.

G1. **Violência contra mulher:** G1 lista no ES mais de 180 casos em 5 anos. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/08/violencia-contra-mulher-g1-lista-no-es-mais-de-180-casos-em-5-anos.html>>. Acesso em: 08 set. 2023.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **26 poetas hoje:** Antologia [1976]. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **As 29 poetas hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

HUMANISTA. **Padrões de beleza restritivos causam sofrimento a mulheres.** 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/05/24/padroes-de-beleza-restritivos-causam-sofrimento-a-mulheres/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL PUC PR. 2023. **Vidas de jovens negros importam: racismo e violência policial contra jovens.** Disponível em: <https://identidade.pucpr.br/webapp/caleidoscopio_interna.html?id_caleidoscopio=41>. Acesso em 31 ago. 2023

IELA/UFSC; Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina. **O Ministério dos Povos Originários.** 2022. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/o-ministerio-dos-povos-originarios/>>. Acesso em 01 out. 2023.

INSPER. Você sabe o que é interseccionalidade? Entenda por que isso é importante. 2022. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-interseccionalidade-entenda-por-que-isso-e-importante/>> Acesso em: 06 abr. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Quase 800 indígenas foram assassinados durante governo Bolsonaro, aponta relatório.** 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/630866-quase-800-indigenas-foram-assassinados-durante-governo-bolsonaro-aponta-relatorio>>. Acesso em: 01 out. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **“Uma falha do pensamento feminista é acreditar que a violência de gênero é um problema de homens e mulheres”, aponta Rita Segato.** 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596618-uma-falha-do-pensamento-feminista-e-acreditar-que-a-violencia-de-genero-e-um-problema-de-homens-e-mulheres-aponta-rita-segato>>. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **“O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”.** Entrevista com Angela Alonso. 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/586457-o-brasil-e-um-pais-muito-conservador-que-nao-muda-facil-nem-rapido-e-nem-sem-reacao-entrevista-com-angela-alonso>>. Acesso em: 11 set. 2023.

IPEA. **Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto.** 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>>. Acesso em: 01 set. 2023.

ITAÚ SOCIAL. **Conceição Evaristo:** “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em 12 out. 2023.

JARID ARRAES. **Minibiografia.** 2023. Disponível em <<https://jaridarraes.com/biografia/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

JORNAL DA USP. **Tesoura orçamentária do governo Bolsonaro deixou vulneráveis indígenas, quilombolas, negros e mulheres.** 2023. Disponível em <<https://jornal.usp.br/diversidade/tesoura-orcamentaria-do-governo-bolsonaro-deixou-vulneraveis-indigenas-quilombolas-negros-e>>

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (Re)Ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MARIE CLAIRE. **Onde estão os pais no Brasil? O abandono paterno machuca milhares de crianças e mães solo.** 2023. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/maes-e-filhos/noticia/2023/08/abandono-paterno-brasil-machuca-criancas-maes-solo.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Militares que disseram não.** 2023. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/militares-que-disseram-nao/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva.** **22 (9)**. P. 3077-3086, 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>>. Acesso em: 15 set. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Ações Afirmativas em Educação.** 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/acoes-afirmativas-em-educacao>>. Acesso em: 05 out. 2023.

NATALE, Raquelli. **A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1800/1/tese_9059_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Raquelli%20Natale%20PDF.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

NOGUEIRA, Mayara de Oliveira. **Ethos discursivo e gênero canção: a construção das imagens de si e do outro nas canções de Os Afro-Sambas.** Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1665/1/ETHOS%20DISCURSIVO%20E%20G%c3%8aNERO%20CAN%c3%87%c3%83O%20A.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

O GLOBO. **'Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo.** 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em 01 set. 2023.

O GLOBO. **Brasil é país que mais crê em Deus no mundo, diz estudo: 89% da população.** 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/05/brasil-e-pais-que-mais-cre-em-deus-no-mundo-diz-estudo-89percent.ghtml>>. Acesso em 25 set. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de; WUNDER, Alil (organizadores). **Casa dos saberes ancestrais: diálogos com sabedorias indígenas** [recurso eletrônico] Campinas, SP. BCCL/UNICAMP, 2020.

ONU NEWS. **Escolhas reprodutivas de mulheres e meninas devem ser respeitadas.** 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1802181>>. Acesso em 25 set. 2023.

OPERA MUNDI. **Famílias mais ricas de Florença permanecem as mesmas há 600 anos, diz estudo.** 2016. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/44319/familias-mais-ricas-de-florenca-permanecem-as-mesmas-ha-600-anos-diz-estudo>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018 – 5a reimpressão.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Análise de discurso: Michel Pêcheux.** Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo.** 2a Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5a Edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

OXFAM BRASIL. **O 1% mais rico do mundo embolsou quase duas vezes a riqueza obtida pelo resto do mundo nos últimos dois anos**. 2023a. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

OXFAM BRASIL. **Famílias negras sofrem mais com a fome do que famílias brancas, revelam novos dados da pesquisa da Rede Penssan**. 2023b. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/familias-negras-sofrem-mais-com-a-fome-do-que-familias-brancas-revelam-novos-dados-da-pesquisa-da-rede-penssan/>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OXFAM. **An economy that works for women: achieving women's economic empowerment in an increasingly unequal world**. 2017. Disponível em: <https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-an-economy-that-works-for-women-020317-en.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b, p. 159-249.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: 3 épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b, p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. 1976. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno et al. **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PERON, Ana Paula. Mulheres e violências: a humilhação pela palavra na condição de violência conjugal. In: GARCIA, Dantilelli Assumpção; LUNKES, Fernanda Luzia. **Mulheres e...** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022, p. 33-50.

PERON, Ana Paula. A produção de sentidos sobre a mulher-mãe em relatos de violência conjugal. In: FONTANA, Mônica G. Zoppi; FERRARI, Ana Josefina. **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PODER 360. **Em Marcha para Jesus, Bolsonaro diz que ideologia de gênero ‘é coisa do capeta’**. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-durante-marcha/>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PORTAL GELEDÉS. **Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam**. 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam/>>. Acesso em: 03 out. 2023.

POSSENTI, Sirio. Discurso transversal em piadas de corintiano. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 144-155, Maio/Ago. 2017.

PÚBLICA. **‘Nenhum centímetro de terra indígena’: como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa**. 2023a. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/04/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-como-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/#:~:text=De%20todas%20as%20promessas%20feitas,ao%20longo%20de%20quatro%20anos>>. Acesso em: 06 out. 2023.

PÚBLICA. **O que registraram as atas enquanto Covid-19 se espalhava entre indígenas e quilombolas**. 2023b. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/02/o-que-registraram-as-atas-enquanto-covid-19-se-espalhava-entre-indigenas-e-quilombolas/>>. Acesso em: 28 out. 2023.

PÚBLICA. **“É a volta dos que nunca foram”, diz pesquisador sobre militares no governo Bolsonaro.** 2022a. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/07/e-a-volta-dos-que-nunca-foram-diz-pesquisador-sobre-militares-no-governo-bolsonaro/>>.

Acesso em: 07 set. 2023.

PÚBLICA. **Feminicídio armamentista: calibres liberados por Bolsonaro são usados para matar mulheres.** Disponível em:

<[Acesso em: 28 set. 2023.](https://apublica.org/2022/10/feminicidio-armamentista-calibres-liberados-por-bolsonaro-sao-usados-para-matar-mulheres/#:~:text=Um%20estudo%20divulgado%20pelo%20Instituto,com%20o%20Anu%C3%A1rio%20do%20FBSP.>.</p></div><div data-bbox=)

PUC PLAY. **Terra em Transe – Os militares no governo.** 2020. Disponível em:

<<https://www.pucsp.br/pucplay/video/terra-em-transe-os-militares-no-governo-exibido-01072020>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

RADIOAGÊNCIA NACIONAL. **Dupla jornada e salários menores: realidade que ainda afeta mulheres.** 2021. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-03/dupla-jornada-e-salarios-menores-realidade-que-ainda-afeta-mulheres>>.

Acesso em: 08 abr. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Editora 34, 2005.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.** 1. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 139-161.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. **Coronavírus: Governo propõe empregado sem salário e fiscalização sem multa.** 2020. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/23/coronavirus-governo-propoe-empregado-sem-salario-e-fiscalizacao-sem-multa.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA; Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SBROGGIO, Adriana Magrin Rivera; OSIS, Maria José Martins Duarte; BEDONE, Aloísio José. O significado da retirada do útero para as mulheres: um estudo qualitativo. **Rev Assoc Med Bras**, 2005; 51(5): 270-4.

SCHIFFLER, Michele Freire; NATHANAILIDIS, Andressa Zoi. O sujeito indígena brasileiro e os projetos globais: protagonismo e resistência no rap guarani. III **Congresso Internacional OBSERVARE. 17-18-19 de Maio 2017 / Fundação Gulbenkian**. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3354/1/Acta_IIICongresso_MicheleSchiffler_AndressaNathanailidis%20.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>>. Acesso em 01 mar. 2023.

SILVA; Elizângela Cardoso de Araújo. Povos Indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção; FARIA, Daiana de Oliveira. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 33, jan-jun 2014.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Poemas**. Tradução de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TAB UOL. **Estudar ou comer? Com crise e sem bolsa, jovens desistem de fazer faculdade**. 2022. Disponível em:

<<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/03/o-sonho-acabou-cada-vez-mais-jovens-desistem-das-universidades-federais.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

TERRA. **Klara Castanho vence ação por danos morais contra Antônia Fontenelle; relembre o caso.** 2023. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/klara-castanho-vence-acao-por-danos-morais-contra-antonia-fontenelle-relembre-o-caso,d570e2db33a9ce1d515d2b912801df5677q54b7p.html#:~:text=A%20atriz%20Klara%20Castanho%2C%20de,Tijuca%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro.>>>. Acesso em 28 set. 2023.

TIBURI, Marcia. **Feminismo: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

TRIBUNA ON-LINE. **Mulher que estava desaparecida é encontrada morta no ES.** 2023. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/policia/mulher-que-estava-desaparecida-e-encontrada-morta-no-es-132904?home=esp%C3%ADrito+santo>>. Acesso em: 08 set. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **"A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira"**. 2019. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 05 set. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Justiça pela Paz em Casa: entenda o que caracteriza o feminicídio.** 2019. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/informes/justica-pela-paz-em-casa-entende-o-que-caracteriza-o-feminicidio.htm#>>>. Acesso em 15 set. 2023.

UNIVERSA. **Governo Bolsonaro acentuou desmonte de políticas para mulheres, diz estudo.** 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/01/governo-bolsonaro>>

acentuou-desmonte-de-politicas-para-mulheres-diz-ipea.htm>. Acesso em: 19 jan. de 2023.

UOL. **Brasil abriu quase um clube de tiro por dia sob governo Bolsonaro.** 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/16/brasil-abriu-quase-um-clube-de-tiro-por-dia-sob-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 01 junho 2023.

UOL. **Luiza Romão, vencedora do Jabuti 2022, fala sobre a influência do Slam e da Ilíada em sua poesia.** 2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/01/29/luiza-romao-vencedora-do-jabuti-2022-fala-sobre-a-influencia-do-slam-e-da-iliada-em-sua-poesia.htm>>. Acesso em 15 jul. 2023.

UOL CONFERE. **Bolsonaro promete reduzir cotas para universidades e concursos.** 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/08/24/bolsonaro-promete-reduzir-cotas-para-universidades-e-concursos.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VERGÈS, François. **Um feminismo decolonial.** Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Artigo especial, Rev. Bras. Epidemiol, n. 23, 2020.

WWF. **Sônia Guajajara assume como a primeira ministra dos Povos Indígenas prometendo “aldear a política”.** 2023. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?84700/Sonia-Guajajara-assume-como-ministra-dos-Povos-Indigenas>>. Acesso em: 04 out. 2023.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016. 314p.

ANEXO I – POESIAS ESCOLHIDAS**dia 1. nome completo**

Luiza Romão

eu queria escrever a palavra br*+^%

a palavra br*+^% queria escrever eu

palavra eu br*+^% escrever queria

BRASIL

eu queria escrever a palavra brasil

aquela em nome da qual

tanto homem se faz bicho

tanto bandido general

aquele em nome de quem

a borracha vira bala

a perversidade qualidade de bem

aquela empunhado em canto

atestada e docs

que esconde pranto

mãe do dops

eu queria escrever a palavra brasil

mas a caneta

num ato de legítima revolta

feito quem se cansa

de narrar sempre a mesma trajetória

me disse “PARA
e VOLTA
pro começo da frase
do livro
da história
volta pra cabral e as cruces lusitanas
e se pergunte
DA ONDE VEM ESSE NOME?”

palavra-mercadoria
brasil

PAU-BRASIL

o pau-branco hegemônico
enfiado a torto e a direito
suposto direito
de violar mulheres
o pau-a-pique
o pau-de-arara
o pau-de-araque
o pau-de-sebo
o pau-de-selfie
o pau-de-fogo
o pau-de-fita
O PAU
face e orgulho nacional

A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO

matas virgens

virgens mortas

A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO

pedro ejaculando-se

dom precoce

deodoro metendo a espada

entre as pernas

de uma princesa babel

costa e silva gemendo cinco vezes

AI AI AI AI AI

getúlio juscélino geisel

collor jânio sarney

a decisão parte da cabeça

do membro ereto

de quem é a favor da redução

mas vê vida num feto

é o pau-brasil

multiplicado trinta e três vezes

e enterrado numa só garota

olho pra caneta e tenho certeza

não escreverei mais o nome desse país

enquanto estupro for prática cotidiana

e o modelo de mulher

a mãe gentil (HOLLANDA, 2021b, p. 166-168)

Matriarcal cunhã

Renata Machado Tupinambá

Vocês acham que podem me ver?

Vocês acham que podem me ver?

Sou penumbra

luminosidade

o canto do povo e sua liberdade

na mão carrego afetividade

sou o sangue que jorra da rua, fazenda e comunidade

seu coração sangra de mentira

o meu é morto todos os dias e renasce

não sou a índia potyra

sou Aratykyra

então pode atirar

uma arma na minha cabeça

não foi capaz de me matar

eu disse atira, atira

não importa quantas vezes eu tombar

sempre vou retornar

sou as marcas da violência

sou as cicatrizes de viver

sou o espelho de justiça da terra

não da igreja

sou tempestade que vai destruir o concreto
e os frios olhares da cidade
não sou o sono dos justos
não durmo
sobrevivo por todos prisioneiros do afeto
sou todos que sentem dor, amor, raiva, compaixão
sou quem caça os senhores de escravos
sou todos que queimam e explodem nos cemitérios
[clandestinos da omissão
exterminam e comem gente viva
acham que podem costurar o tamanho da ferida?
esperam que sejamos passivas, calmas, obedientes,
[silenciosas

mulheres não são humanas
são onças, serpentes, águias

eu sou um animal não domesticado
não faço o que querem
sou devota do que desejo

difícil de seduzir ou induzir
eu teço a teia dos sonhos
sou uma guardadora de sementes
árvore antiga de pé

Ainda Aracy, mãe do dia, do amanhecer dos pássaros

sou a fé que carregam no peito, para cantar, gozar e

[sentir

eu compartilho encantaria

é preciso saber me invocar

para fazer o mundo como conhece desabar

eu estou fora do tempo

não tenho tempo

tenho uma faca apontada para meus olhos. (HOLLANDA, 2021b, p. 61-63)

Universo das saias

Elizandra Souza

Saias!

Saia!

Aia!

De saias, elas despem as aias!

Arrumam o turbante

Sai com os olhos brilhantes...

Despedem da mucama...

Com um tapa estralado na face da Sinhá!

Ela passou de Aia a universitária!

Saiu dos cômodos do lar para os caminhos das

[alamedas

Saia, que a mulher de saias, além de passar,

[permanecerá (HOLLANDA, 2021b, p. 60)

idade da pedra

Cecília Floresta

a mulher que caminha na pedra
carrega muito mais que peso
enfrenta desafios
cidades esquinas
asfaltos & chãos de terra batida

a mulher que caminha
sai à procura da comida
que os seios pros filhos seus
não pôde dar sem luta

caminha no silêncio da pedra
a mulher que desconfia & grita
sem nem conhecer o porquê
de tamanho silêncio
ou a qualidade robusta
que lhe saltam aos olhos
em dias ou não de chuva
a mulher que pela pedra caminha
não se lasca com qualquer parede
avança vozeia & grita
pelo alimento necessário das crias
que ardem de fome à revelia

a mulher de pedra caminha
afrota protesta & uiva
tem pelos longos cabelos
desgrenhados poréns
valiosas dúvidas
& dívidas muitas dívidas
que jamais foram suas (HOLLANDA, 2021b, p. 177-178)

Sem título

Luna Vitrolira

o amor está morto e enterrado
soube esses dias
que foi arrastado pelas pernas
pra um terreno baldio

parece que não teve direito a velório
por motivos de

estado avançado de decomposição

o amor apodreceu
ficou só o osso

não recebeu flores
não recebeu velas

nem mensagens

da

multidão desconhecida

estava desaparecido

disseram que foi estrangulado por ciúme

que pediu socorro

mas ninguém ouviu

a vizinhança dormia

e dorme

o amor está morto e enterrado (HOLLANDA, 2021b, p. 141)

vocação

Jarid Arraes

um corpo que carrega

um útero

é submetido ao decreto

da incondicionalidade

é submetido ao destino

de um útero

os grandes sacerdotes

e os pequenos

as figuras de autoridade

como as telas
como os corredores brancos
todos ensinam
o percurso do útero

que haja vida
porque um útero crescido
– às vezes nem tanto
deve fazer brotar vida
pernas braços olhos
espírito

um corpo que carrega
um útero
precisa de um espírito
que o preencha
o espírito forçado entre as pernas
enfiado enfiado enfiado
obrigatório

um útero é um sarcófago
de uma mulher
é a máquina
inquebrantável
de uma mulher

uma mulher é um útero

que carrega algo

há dias em que gente

há dias em que chumbo (HOLLANDA, 2021b, p. 135-136)